



Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes Cruz (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 3537/2022 – Proposta n.º 30/2022 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do “Projeto do Plano de Gestão dos Riscos e Inundações do Sado e Mira (RH6) – 2.º Ciclo (2022/2027)”**
 - 2. **Deliberação n.º 3538/2022 – Proposta n.º 31/2022 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública relativa ao Processo de Licenciamento Único de Ambiente da ampliação da unidade industrial da OMYA, S.A.**
 - 3. **Deliberação n.º 3539/2022 – Proposta n.º 2535/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 4 - R/C Esq., em setúbal**
 - 4. **Deliberação n.º 3540/2022 – Proposta n.º 2536/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, Lote 14 – 2.º B, em Setúbal**

5. **Deliberação n.º 3541/2022 – Proposta n.º 2537/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Pulido Valente, n.º 5 - R/C Esq., em Setúbal**
6. **Deliberação n.º 3542/2022 – Proposta n.º 2538/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 21 – 2.º Dto., em Setúbal**
7. **Deliberação n.º 3543/2022 – Proposta n.º 2539/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 69 a 73, em Setúbal**
8. **Deliberação n.º 3544/2022 – Proposta n.º 2540/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Natália Correia, n.ºs 8 e 8A, em Azeitão**
9. **Deliberação n.º 3545/2022 – Proposta n.º 2541/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Algodeia - Machadas de Baixo, em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 3546/2022 – Proposta n.º 2542/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Tortinhas, Casas de Azeitão - Núcleo Poente 2, Lote 48, em Azeitão**
11. **Deliberação n.º 3547/2022 – Proposta n.º 2543/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Beco Garcia Peres, n.º 10, em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 3548/2022 – Proposta n.º 2544/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Barreto Gomes, n.ºs 1, 3, 5 e 7 - Duplex R/C e C/V, em Azeitão**
13. **Deliberação n.º 3549/2022 – Proposta n.º 2545/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Clérigo, em Azeitão**
14. **Deliberação n.º 3550/2022 – Proposta n.º 2546/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tomás Ribeiro, n.º 110 – 2.º E, em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 3551/2022 – Proposta n.º 2547/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Maria Eusébio, n.ºs 68 e 70, em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 3552/2022 – Proposta n.º 2548/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Lopes Júnior, n.º 14 - Moradia Sul, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 3553/2022 – Proposta n.º 2549/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Rosmaninho, n.º 3 – 1.º Esq., em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 3554/2022 – Proposta n.º 2550/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 60, 62 a 62C, 64 a 64D, tornejando para a Rua D. Gertrudes Ligeiro, n.ºs 5 e 5A e Rua Diogo Fernandes Pereira, n.ºs 25 e 27–3D-B5, em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 3555/2022 – Proposta n.º 2551/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.ºs 77 a 85 e Avenida Cinco de Outubro, n.º 27 - R/C, em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 3556/2022 – Proposta n.º 2552/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.ºs 77 a 85 e Avenida Cinco de Outubro, n.º 27 - R/C, em Setúbal**

21. **Deliberação n.º 3557/2022 – Proposta n.º 2553/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Cosider, n.ºs 2, 4, 6, 8 e 10 - Moradia Dta., em Azeitão**
22. **Deliberação n.º 3558/2022 – Proposta n.º 2554/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio da Besuga, em Azeitão**
23. **Deliberação n.º 3559/2022 – Proposta n.º 2555/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Montinho da Cotovia, n.ºs 103 e 105, em Setúbal**
24. **Deliberação n.º 3560/2022 – Proposta n.º 2556/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 27 – 5.º REC., em Setúbal**
25. **Deliberação n.º 3561/2022 – Proposta n.º 2557/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Felisberto Santos, n.º 13, em Azeitão**
26. **Deliberação n.º 3562/2022 – Proposta n.º 2558/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 14 - C/V Dta., em Setúbal**
27. **Deliberação n.º 3563/2022 – Proposta n.º 2559/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale Ana Gomes, Rua das Tulipas, Lote 136, em Setúbal**
28. **Deliberação n.º 3564/2022 – Proposta n.º 2560/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 3565/2022 – Proposta n.º 2561/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Aldeia de Irmãos, Rua de São Lourenço, n.ºs 3 e 5 e Rua da Parreira, n.ºs 2 e 4, em Azeitão**
30. **Deliberação n.º 3566/2022 – Proposta n.º 2562/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – GAR. C/V Dta., em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 3567/2022 – Proposta n.º 2563/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso, Lote 20, em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 3568/2022 – Proposta n.º 2564/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso, Lote 21, em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 3569/2022 – Proposta n.º 2565/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Cerejeiras ou Monte Belo, Rua da Praceta Afonso Paiva, n.º 2 – 10.º Dto., em Setúbal**
34. **Deliberação n.º 3570/2022 – Proposta n.º 2566/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 138 a 138F - R/C, Loja, n.º 3, em Setúbal**
35. **Deliberação n.º 3571/2022 – Proposta n.º 2567/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Lotes 92 e 93 – 1.º Esq., em Azeitão**
36. **Deliberação n.º 3572/2022 – Proposta n.º 2568/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 196, em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 3573/2022 – Proposta n.º 2569/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Rúben de Carvalho, n.º 1 e Rua José Carlos Ferreira, n.º 2 – 2.º A, em Setúbal**

38. **Deliberação n.º 3574/2022 – Proposta n.º 2570/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Cerejeiras, Estrada do Alentejo, n.º 9 – 2.º Dto., em Setúbal**
39. **Deliberação n.º 3575/2022 – Proposta n.º 2571/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Paulo Barros, n.º 5 – 3.º B, em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 3576/2022 – Proposta n.º 2572/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 1, 3, 5 e 7 – 3.º Dto., em Setúbal**
41. **Deliberação n.º 3577/2022 – Proposta n.º 2573/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Malaca, n.ºs 5, 5A e 5B e Rua de Ormuz, n.ºs 4, 4A e 4B – 3.º Frt., em Setúbal**
42. **Deliberação n.º 3578/2022 – Proposta n.º 2574/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 18 – 2.º Esq., em Setúbal**
43. **Deliberação n.º 3579/2022 – Proposta n.º 2575/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização dos Jardins do Sado, Praceta Sociedade Arqueológica Lusitana, Lote 11 – 2.º B, em Setúbal**
44. **Deliberação n.º 3580/2022 – Proposta n.º 2576/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 54 – 5.º Centro Dto., em Setúbal**
45. **Deliberação n.º 3581/2022 – Proposta n.º 2577/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Jorge Afonso, n.º 10 - R/C ET., em Setúbal**
46. **Deliberação n.º 3582/2022 – Proposta n.º 2578/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Cobro, Praça Professora Virgínia Rau, Lote 5 – 9.º D, em Setúbal**
47. **Deliberação n.º 3583/2022 – Proposta n.º 2579/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Afonso Costa, n.º 24 – 1.º Esq., em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 3584/2022 – Proposta n.º 2580/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Montinho da Cotovia, n.º 97, em Setúbal**
49. **Deliberação n.º 3585/2022 – Proposta n.º 2581/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 1 – 3.º C, em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 3586/2022 – Proposta n.º 2582/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta José Malhoa, n.º 3 e Praceta Santa Rita Pintor, n.ºs 10, 11 e 12 – 2.º Esq., em Setúbal**
51. **Deliberação n.º 3587/2022 – Proposta n.º 2583/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.ºs 89, 89A, 91 e 91A - Bloco Nascente, R/C Esq., em Setúbal**
52. **Deliberação n.º 3588/2022 – Proposta n.º 2584/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Praia da Saúde, n.ºs 11, 11A a 11E, 13, 13A, 13B, 15, 15A a 15H - R/C Loja, n.º 6, em Setúbal**
53. **Deliberação n.º 3589/2022 – Proposta n.º 2585/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 3 – 6.º Esq., em Setúbal**

54. **Deliberação n.º 3590/2022 – Proposta n.º 2586/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de Jorge Afonso, n.º 10 – 2.º Esq., em Setúbal**
55. **Deliberação n.º 3591/2022 – Proposta n.º 2587/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Moinho, n.º 7 – 2.º D 42, em Setúbal**
56. **Deliberação n.º 3592/2022 – Proposta n.º 2588/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Rei Lavrador, n.º 11, em Azeitão**
57. **Deliberação n.º 3593/2022 – Proposta n.º 2589/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Bonifácio Lázaro, n.º 2 – 3.º D, em Setúbal**
58. **Deliberação n.º 3594/2022 – Proposta n.º 2590/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Poço Mouro, Alto da Guerra, em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 3595/2022 – Proposta n.º 2591/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 3 – 7.º Dto., em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 3596/2022 – Proposta n.º 2592/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal de Bolinhos, Rua Baltazar Guimarães, n.º 10, em Azeitão**
61. **Deliberação n.º 3597/2022 – Proposta n.º 2593/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Juventude Azeitonense, Lote 152, em Azeitão**
62. **Deliberação n.º 3598/2022 – Proposta n.º 2594/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Professor Hernâni Cidade, n.º 2 – 3.º B, em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 3599/2022 – Proposta n.º 2595/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 32 - C/V Dta., em Setúbal**
64. **Deliberação n.º 3600/2022 – Proposta n.º 2596/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lopo Homem, n.º 4 - R/C C., em Setúbal**
65. **Deliberação n.º 3601/2022 – Proposta n.º 2597/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização do Bairro Afonso Costa, Rua São João de Deus, Lote 87 – 2.º A, em Setúbal**
66. **Deliberação n.º 3602/2022 – Proposta n.º 2598/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Oliveiras, n.º 32, tornejando para a Rua Paulino de Oliveira, n.º 62 – 2.º Frt., em Setúbal**
67. **Deliberação n.º 3603/2022 – Proposta n.º 2599/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Afonso do Paço, n.º 13, em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 3604/2022 – Proposta n.º 2600/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Antigo Olival, n.º 8 e Rua da Figueira Grande, n.ºs 5 e 7 – 3.º B 42, em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 3605/2022 – Proposta n.º 2601/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cova da Onça, Areias - Rua Formosa e Rua Camilo Castelo Branco, em Setúbal**

70. **Deliberação n.º 3606/2022 – Proposta n.º 2602/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 14, em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 3607/2022 – Proposta n.º 2603/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 156, 158, 160, 162 e 164 – 3.º B, em Setúbal**
72. **Deliberação n.º 3608/2022 – Proposta n.º 2604/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Padaria, n.º 133, em Azeitão**
73. **Deliberação n.º 3609/2022 – Proposta n.º 2605/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cidade de Setúbal, n.º 2, em Setúbal**
74. **Deliberação n.º 3610/2022 – Proposta n.º 2606/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 39, em Setúbal**
75. **Deliberação n.º 3611/2022 – Proposta n.º 2607/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 5.º B, em Setúbal**
76. **Deliberação n.º 3612/2022 – Proposta n.º 2608/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Melros, n.º 11, em Setúbal**
77. **Deliberação n.º 3613/2022 – Proposta n.º 2609/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 47, 49 e 51, em Setúbal**
78. **Deliberação n.º 3614/2022 – Proposta n.º 2610/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Natália Correia, n.º 8 – 2.º Esq., em Setúbal**
79. **Deliberação n.º 3615/2022 – Proposta n.º 2611/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta João dos Santos, n.º 3 e Rua Henrique Rosa, n.ºs 24 e 26 - R/C Dto., em Setúbal**
80. **Deliberação n.º 3616/2022 – Proposta n.º 2612/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta dos Vidais, Rua Falcão Machado, Lote 17 - R/C Esq., em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 3617/2022 – Proposta n.º 2613/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Fernando vale, n.ºs 12 e 12A, em Azeitão**
82. **Deliberação n.º 3618/2022 – Proposta n.º 2614/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bombeiros Voluntários de Setúbal, n.º 40, em Setúbal**
83. **Deliberação n.º 3619/2022 – Proposta n.º 2615/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Losano, n.º 15 - R/C Dto., em Setúbal**
84. **Deliberação n.º 3620/2022 – Proposta n.º 2616/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 - R/C C., em Setúbal**
85. **Deliberação n.º 3621/2022 – Proposta n.º 2617/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Joaquim Brandão, n.ºs 10, 12 e 14 e Avenida Mariano de Carvalho, n.ºs 23, 23A e 23B – 4.º A, em Setúbal**
86. **Deliberação n.º 3622/2022 – Proposta n.º 2618/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência**

- Rua dos Leques, Casas de Azeitão, Núcleo Poente II, Lote 4 – 1.º Bloco 4-A, em Azeitão
87. Deliberação n.º 3623/2022 – Proposta n.º 2619/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Aldeia Rica, Quinta dos Foios, Lote 47, em Azeitão
88. Deliberação n.º 3624/2022 – Proposta n.º 2620/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua José Carlos da Maia, n.ºs 60, 62 e 64, tornejando para a Rua das Oliveiras, n.ºs 1, 3 e 5 – 1.º Dto., em Setúbal
89. Deliberação n.º 3625/2022 – Proposta n.º 2621/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Óscar Pacheco, n.º 11 – 1.º Esq., em Setúbal
90. Deliberação n.º 3626/2022 – Proposta n.º 2622/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Ocidental do Convento, n.ºs 7 e 7A e Rua da Encosta, n.º 8 - R/C Esq., em Setúbal
91. Deliberação n.º 3627/2022 – Proposta n.º 2623/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Nuno Álvares, n.º 44 – 6.º andar, em Setúbal
92. Deliberação n.º 3628/2022 – Proposta n.º 2624/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Luísa Todí, n.ºs 359, 361 e 363, em Setúbal
93. Deliberação n.º 3629/2022 – Proposta n.º 2625/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Principal de Praias do Sado, n.º 114 - R/C Dto., em Setúbal
94. Deliberação n.º 3630/2022 – Proposta n.º 2626/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida da Independência das Colónias, n.º 30 (Lote B -1) – 8.º A, em Setúbal
95. Deliberação n.º 3631/2022 – Proposta n.º 2627/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Avelar Brotero, n.º 53 - R/C Esq., em Setúbal
96. Deliberação n.º 3632/2022 – Proposta n.º 2628/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Rio da Figueira à Baixa de Brancanes, Lote 6 - R/C Frt., em Setúbal
97. Deliberação n.º 3633/2022 – Proposta n.º 2629/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua da Fé, Lote 17 – 3.º Esq., em Setúbal
98. Deliberação n.º 3634/2022 – Proposta n.º 2630/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Abel Salazar, n.º 25 – 2.º Esq., em Setúbal
99. Deliberação n.º 3635/2022 – Proposta n.º 2631/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praceta Armindo Martins, n.º 3 – 2.º Esq., em Setúbal
100. Deliberação n.º 3636/2022 – Proposta n.º 2632/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua de Damão, n.º 8 - R/C Dto e R/C Esq., em Setúbal
101. Deliberação n.º 3637/2022 – Proposta n.º 2633/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua da Batalha do Viso, n.ºs 119 e 119A - R/C D., em Setúbal
102. Deliberação n.º 3638/2022 – Proposta n.º 2634/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Casal das Figueiras, Lote 288, em Setúbal

103. **Deliberação n.º 3639/2022 – Proposta n.º 2635/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vila Nogueira de Azeitão, Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.ºs 25 e 27 - Moradia Esq., em Azeitão**
104. **Deliberação n.º 3640/2022 – Proposta n.º 2636/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. João II, n.º 22 – 3.º Dto., em Setúbal**
105. **Deliberação n.º 3641/2022 – Proposta n.º 2637/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 07/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas, individuais e consolidadas, para os anos de 2022 a 2024 – Ratificação da adjudicação**
106. **Deliberação n.º 3642/2022 – Proposta n.º 2642/2022 – DAF/DICOR – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2022 a cobrar em 2023 e participação variável do IRS no ano de 2023**
107. **Deliberação n.º 3643/2022 – Proposta n.º 2643/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Celebração de contrato de arrendamento - Serviços Municipalizados de Setúbal**
108. **Deliberação n.º 3644/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2022, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**
109. **Deliberação n.º 3645/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**
110. **Deliberação n.º 3646/2022 – Proposta n.º 2640/2022 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal, para o ano de 2023**
111. **Deliberação n.º 3647/2022 – Proposta n.º 2638/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste Direto n.º 299/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT), para alimentar todas as infraestruturas, equipamentos e instalações integradas nos Serviços Municipalizados de Setúbal, ao abrigo dos Lotes 1, 2 e 3 do Acordo Quadro AQ-ELE-2020, da ESPAP – PAQ n.º 2859/2022/GAVCR**
112. **Deliberação n.º 3648/2022 – Proposta n.º 2639/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste Direto n.º 298/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2022/2023, ao abrigo do Lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2019, da ESPAP – PAQ n.º 2322/2022/DITEM**
113. **Deliberação n.º 3649/2022 – Proposta n.º 37/2022 – DOM - Empreitada CP 10/2022/DOM - “EN 10-4 entre KM 15 + 255 e o KM 21 + 072 – Beneficiação” - Aprovação da autorização para adjudicação excecional acima do preço base e aumento da despesa**
114. **Deliberação n.º 3650/2022 – Proposta n.º 38/2022 – DOM – Empreitada “CP 13/2011 – RESET – Modernização e Ampliação do Fórum Municipal Luísa Todi” - Auto de Receção Definitiva – Homologação**

115. **Deliberação n.º 3651/2022 – Proposta n.º 39/2022 – DOM – Empreitada CP 34/2016 - “Desenvolvimento das Infraestruturas de Ensino – Setúbal (EB1/JI Arcos, EB1/JI Monte Belo, EB1 Fonte do Lavra, EB1 Pinheirinhos e EB1/JI S. Gabriel” - Libertação da garantia**
116. **Deliberação n.º 3652/2022 – Proposta n.º 2641/2022 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 30/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de segurança e vigilância no Parque Santiago, pelo período de 18 meses e na Feira de Santiago, durante a edição de 2023**
117. **Deliberação n.º 3653/2022 – Proposta n.º 92/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Outdoor Clube de Setúbal - X Duratrail – Circuito Nacional de Trail**
118. **Deliberação n.º 3654/2022 – Proposta n.º 93/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas - Taça do Mundo de Damas Clássicas 2022**
119. **Deliberação n.º 3655/2022 – Proposta n.º 94/2022 – DCDJ/DICUL – Doação de artefactos etnográficos de Possidónio José Felício Chitas**
120. **Deliberação n.º 3656/2022 – Proposta n.º 95/2022 – DCDJ/DISOC – Banco Alimentar Contra a Fome - Apoio financeiro**
121. **Deliberação n.º 3657/2022 – Proposta n.º 96/2022 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2022**
122. **Deliberação n.º 3658/2022 – Proposta n.º 760/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação - Processo n.º 290/22**
123. **Deliberação n.º 3659/2022 – Proposta n.º 761/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 210/22**
124. **Deliberação n.º 3660/2022 – Proposta n.º 762/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 26/22**
125. **Deliberação n.º 3661/2022 – Proposta n.º 763/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 544/21**
126. **Deliberação n.º 3662/2022 – Proposta n.º 764/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 543/21**
127. **Deliberação n.º 3663/2022 – Proposta n.º 765/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação - Processo n.º 328/22**
128. **Deliberação n.º 3664/2022 – Proposta n.º 766/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de 4 moradias, 4 garagens, 4 piscinas e muro de vedação - Processo n.º 334/22**
129. **Deliberação n.º 3665/2022 – Proposta n.º 767/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de garagem, alpendre e muro de vedação - Processo n.º 249/22**
130. **Deliberação n.º 3666/2022 – Proposta n.º 768/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação - Processo n.º 177/22**
131. **Deliberação n.º 3667/2022 – Proposta n.º 769/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação - Processo n.º 128/22**
132. **Deliberação n.º 3668/2022 – Proposta n.º 770/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia - Processo n.º 368/21**

133. **Deliberação n.º 3669/2022 – Proposta n.º 771/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia - Processo n.º 239/22**
134. **Deliberação n.º 3670/2022 – Proposta n.º 772/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alteração de moradia e construção de abrigo automóvel, piscina e muro de vedação - Processo n.º 68/22**
135. **Deliberação n.º 3671/2022 – Proposta n.º 773/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações a moradia e construção de piscina - Processo n.º 730/18**
136. **Deliberação n.º 3672/2022 – Proposta n.º 774/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura, ampliação da implantação do edifício - Processo n.º 316/22**
137. **Deliberação n.º 3673/2022 – Proposta n.º 775/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de ampliação de unidade de supermercado “Pingo Doce” - Processo n.º 403/06**
138. **Deliberação n.º 3674/2022 – Proposta n.º 776/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de construção de parque de estacionamento - Processo n.º 250/22**
139. **Deliberação n.º 3675/2022 – Proposta n.º 777/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para obras de demolição total de um edifício, com vista à construção de uma moradia unifamiliar, com 2 pisos - Processo n.º 227/22**
140. **Deliberação n.º 3676/2022 – Proposta n.º 778/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia, abrigo automóvel, piscina e muros de vedação - Processo n.º 56/22**
141. **Deliberação n.º 3677/2022 – Proposta n.º 779/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia térrea, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação - Processo n.º 57/22**
142. **Deliberação n.º 3678/2022 – Proposta n.º 780/2022 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de licença de obras de reconstrução e alteração em imóvel em vias de classificação - Processo n.º 167/20**
143. **Deliberação n.º 3679/2022 – Proposta n.º 781/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 35/22**
144. **Deliberação n.º 3680/2022 – Proposta n.º 782/2022 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de edifício de habitação coletiva, legalização de moradia e de apoios agrícolas, tanque e ocupação do solo - Processo n.º 28/22**
145. **Deliberação n.º 3681/2022 – Proposta n.º 783/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de informação prévia para instalação de central de produção de hidrogénio verde - Processo n.º 25/21**
146. **Deliberação n.º 3682/2022 – Proposta n.º 784/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações e ampliação do edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º 73/22**
147. **Deliberação n.º 3683/2022 – Proposta n.º 785/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º 545/21**
148. **Deliberação n.º 3684/2022 – Proposta n.º 786/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 956/18**
149. **Deliberação n.º 3685/2022 – Proposta n.º 787/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 364/19**

150. *Deliberação n.º 3686/2022 – Proposta n.º 788/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de ampliação, alteração, com alteração de utilização de fração para habitação - Processo n.º 85/20*
 151. *Deliberação n.º 3687/2022 – Proposta n.º 789/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de ampliação e alteração de edifício habitacional - Processo n.º 116/20*
 152. *Deliberação n.º 3688/2022 – Proposta n.º 790/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 28/22*
 153. *Deliberação n.º 3689/2022 – Proposta n.º 791/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 290/21*
 154. *Deliberação n.º 3690/2022 – Proposta n.º 792/2022 – DURB/GAPRU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 21/18*
 155. *Deliberação n.º 3691/2022 – Proposta n.º 793/2022 – DURB/GAPRU – Pedido de informação prévia sobre viabilidade de reconstrução e alteração de edifício existente e construção de um novo edifício - Processo n.º 59/21*
 156. *Deliberação n.º 3692/2022 – Proposta n.º 794/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 120/22*
 157. *Deliberação n.º 3693/2022 – Proposta n.º 795/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 133/22*
 158. *Deliberação n.º 3694/2022 – Proposta n.º 796/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 152/22*
 159. *Deliberação n.º 3695/2022 – Proposta n.º 797/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 153/22*
 160. *Deliberação n.º 3696/2022 – Proposta n.º 798/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 164/22*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 6.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 7.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Presidente – Disse que ia começar por transmitir à Câmara, tal como havia colocado a questão na Assembleia Municipal de solicitar os contributos dos partidos políticos representados na Assembleia Municipal, que houve uma reunião com todos os partidos, e quis ali, publicamente, agradecer a disponibilidade manifestada para terem aquelas reuniões, acertando agenda, sabia que nem sempre era fácil, e também o facto de todos terem apresentado contributos para darem andamento àquela iniciativa que, conforme as reuniões que tinha havido era uma manifestação no entendimento comum de fazer tudo o que estivesse ao alcance deles, para apoiar naqueles tempos de crise as famílias e as franjas

mais fragilizadas da sociedade setubalense. Foi nesse sentido que vieram os contributos, estavam agora a analisar a forma de traduzir aquilo em condições práticas para que de facto esses apoios chegassem a esses sectores da nossa sociedade. Naturalmente, como também salientara, eram apoios no âmbito das competências do Município e do poder local, e que, no caso da Câmara Municipal, tinham de estar contidos naquilo que sempre havia referido, de não pôr em causa o equilíbrio das contas municipais.

Portanto, era esse o trabalho que desenvolveram. Não poderia deixar no início daquela reunião de referir essa questão, porque achava que era de grande relevância, a de todos os partidos que estavam representados na Assembleia Municipal serem coincidentes na posição de tomarem medidas nesse sentido, naturalmente, as medidas que fossem possíveis. Com aquelas iniciativas e, com as medidas que iriam ser tomadas, no sentido de em 2023 poderem ter os meios para darem esses apoios, naturalmente, que havia ali uma componente que não podia deixar de ser considerada. Aquilo eram só apenas, como havia referido, medidas no âmbito das competências dos municípios. Como sabiam havia medidas que cabiam no âmbito da governação, e para além de saberem, acompanhavam naturalmente as medidas que iam sendo anunciadas pelo governo, com a preocupação de essas camadas da população mais fragilizadas, poderem ser menos penalizadas com crise que ali estava, com a inflação crescente a que assistiam. Era necessário que o Governo tomasse medidas, todos reconheciam que já tinham sido tomadas algumas, mas todos reconheciam serem ainda limitadas naquilo que eram as preocupações crescentes relativamente aos efeitos daquela crise.

Voltou a referir que no conjunto de medidas anunciadas pelo Governo, não houve nenhuma referente à situação dos pescadores e da pesca. Como Presidente da Câmara de Setúbal, não podia deixar de referir, tendo eles tradições, história - muitas famílias a depender diretamente da pesca em Setúbal -, e sendo uma atividade económica relevante na nossa cidade e um contributo importante para o país, que não tenha havido, até àquele momento, nenhuma medida nesse domínio.

Também, referiu grande preocupação no que dizia respeito à situação dos professores. Todos sabiam que os professores para darem aulas eram colocados a dezenas, centenas de quilómetros da residência onde tinham as famílias, etc. Quando estavam numa crise as preocupações eram maiores porque nessas deslocações, quando havia dificuldades maiores, as consequências eram sempre de quem beneficiava dos contributos do trabalho que os professores podiam dar.

A instabilidade, a insegurança, a falta de condições dos professores, naturalmente, que se refletiam nas nossas escolas. Refletia-se no ensino e por isso, também, pensavam que o Governo deveria ter medidas no sentido de os professores serem os menos afetados possível, sobretudo aqueles que eram obrigados a fazer essas deslocações.

Salientou, com a sua intervenção, fundamentalmente essa disponibilidade e os contributos de todos os partidos representados na Assembleia Municipal, com contributos para darem passos no sentido de estarem preparados, pelo menos naquela fase da situação, para apoiar essas famílias de rendimentos e de orçamentos mais frágeis.

Referiu que o problema do funcionamento dos transportes públicos era preocupante. Era conhecida a iniciativa do Executivo Municipal e das Juntas de Freguesia no sentido de estarem junto das populações, para que esse problema fosse sentido por todos e para que não houvesse ali a ideia de que o Executivo ou a Câmara Municipal estavam afastados daquele problema e que o problema era dos municípios que sofriam as consequências da falta dos transportes.

Disse que, na última reunião que houvera com a Alsa Todi - empresa que tinha a concessão dos transportes em Setúbal - que se havia dado cumprimento àquilo que havia sido a promessa da última reunião que tiveram. Estavam mais 20 motoristas ao serviço, e também já tinha a informação que isso teve consequências positivas no serviço. Naturalmente que não falavam de uma regularização da situação ou de uma estabilidade da situação, não era aí ainda que estavam, mas era um sinal e do ponto de vista deles resultava também da pressão

que tiveram sobre a empresa, no sentido de encontrar os meios para dar resposta rápida àquelas exigências, que era a das pessoas terem transporte para se poderem deslocar. Deu outra nota que também era positiva. Finalmente naquele dia, os 60 motoristas, contratados em Cabo Verde, já tinham o visto. Finalmente, ao fim de todo aquele tempo embarcaram, apanhando os lugares que conseguiam ter disponíveis nos aviões para vir. A informação que tinham, naquele momento, era que uma semana de formação seria suficiente para entrarem mais uma dezena ou duas dezenas de imediato no funcionamento dos autocarros e isso era no sentido positivo. Como disse, a situação não ficava regularizada, mas tinham também de referenciar aquele esforço que a empresa fez, no sentido de dar resposta aquilo que eram compromissos que assumiu e que, naturalmente, tinham de exigir que fossem cumpridos.

Deixou aquela nota, e disse que continuariam a acompanhar aquele assunto. Tinha marcada outra reunião para dia 31, com a TML, com a Área Metropolitana e com a Alsa Todi, no sentido de fazerem novo ponto de situação. Até porque na última reunião houve uma informação a dizer que finalmente estavam em condições de garantir que a partir do dia 2 de novembro, estariam finalmente a atingir um nível de regularidade dos compromissos assumidos. Por isso, é que na altura marcou para o dia 31, porque pensava que no dia 31 estariam em condições de garantir-lhes, em definitivo, que a partir do dia 2 a situação estaria numa fase mesmo de regularização final. Naturalmente que haveria de haver sempre acertos a fazer, mas era preciso que primeiro os autocarros estivessem a funcionar, que tivessem condições para funcionar, e que os motoristas estivessem em condições de o fazer. Sabiam que havia outras dificuldades, porque os motoristas que desempenhavam funções naquela pressão, poucos motoristas para tantos horários e tantas carreiras. Sofreram as consequências, trabalharam horas para além do que era normal, com uma pressão muito grande e, por isso, era necessário também compensar esses motoristas, que estiveram sujeitos a essa pressão maior, com a vinda daqueles novos motoristas. Portanto, no sentido que a situação se regularizasse, estabilizasse e, que tivessem em funcionamento esse projeto de transportes públicos, que anunciaram com tanta evidência, e com tanta confiança, e que tinha, infelizmente, tido aqueles momentos tão difíceis para os nossos municípios, e para a Área Metropolitana de Lisboa, no seu conjunto.

Esperavam e tinham confiança que, a breve prazo, isso entrasse na estabilidade e atingissem os objetivos que traçaram, quando decidiram criar aquela empresa Metropolitana de Transportes e, naturalmente, ser essa empresa Metropolitana, uma empresa pública a gerir os transportes, ainda que numa forma indireta.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que relativamente ao primeiro ponto que o senhor Presidente referiu, e que tinha a ver com a situação económica, que já por duas vezes tinha feito intervenções, relativamente a essa situação.

Disse que a situação era preocupante, porque o que acontecia em Portugal, a mensagem passada aos portugueses, era uma mensagem de que tudo aquilo passaria rapidamente, e que viveriam brevemente como antes, ou muito melhor do que a forma que viviam antes. Era um erro essa mensagem passada aos portugueses. Faziam todos votos, obviamente, para a situação melhorar e para que nada do pior que pudesse acontecer se concretizasse. Com tudo o que os últimos meses lhes tinham ensinado era que a situação era difícil, e era difícil particularmente para os mais necessitados.

Fazia um exercício de ir a cada 15 dias, a algum supermercado ou hipermercado e levava uma lista de bens e via a evolução dos preços. Todos os 15 dias havia aumento desses preços e falava nos bens essenciais de alimentação das pessoas. No sábado anterior, tiveram a notícia de que as latas de conserva, nos supermercados, estavam expostas, mas guardadas com um alarme para não serem furtadas e que o produto que era mais furtado nos estabelecimentos de bens alimentares era o leite. Portanto, aqueles dois produtos davam bem a dimensão da crise que passavam. Não eram pessoas que furtavam para gáudio, por hedonismo, por prazer, para gozarem aquilo que haviam furtado, não, eram pessoas que furtavam leite e conservas, era nitidamente para alimentação pessoal e para alimentação

daqueles que tinham em casa, designadamente os seus filhos. E aquela situação tendia a agravar-se, e ia agravar-se, designadamente com as prestações à habitação. Atualmente isso já era uma realidade.

Ainda recentemente, o BCE voltou a subir as taxas de juro, com a menção de que dali a 15 dias poderiam aumentar novamente. As prestações que as pessoas pagavam no empréstimo das casas ia aumentando com frequência, até que as pessoas não teriam dinheiro para pagar essas prestações e teriam de optar, eventualmente muitas delas, entre os medicamentos e a alimentação.

Portanto, não queria ser pessimista, mas achava que se deviam preparar para uma situação que ia piorar todas as semanas. Folgava em saber que o senhor Presidente da Câmara, tinha tido a iniciativa de receber as outras forças políticas e com elas falar sobre esse problema.

Eles já tinham feito uma apresentação pública de algumas medidas que consideravam essenciais, foram cuidadosos, na medida em que também sabiam das dificuldades do orçamento da Câmara Municipal de Setúbal e de outras necessidades que a Câmara tinha.

Não podia deixar de terminar com uma mensagem, no sentido de que, se fosse preciso sacrificar outras coisas, que se fizesse esse sacrifício em nome da defesa, dos interesses e da qualidade de vida das pessoas mais necessitadas, e mais carentes no que dizia respeito a bens de primeira necessidade, como os alimentos ou a farmácia.

Relativamente ao segundo ponto, ouviu com toda a atenção, uma vez que acompanhava aquela questão dos transportes públicos com preocupação e atenção, porque foi um problema que afetou milhares de setubalenses, vários concelhos e todo o Concelho de Setúbal, as pessoas estavam revoltadas com aquilo que aconteceu.

As pessoas ainda não sabiam bem quem é que deviam responsabilizar, mas era mais fácil responsabilizar a Câmara, porque estava mais próxima, ainda não se percebeu bem quem era o autor daquela questão dos transportes públicos e daquelas mudanças todas que ocorreram. A Câmara Municipal não era, embora fizesse parte de um órgão que tinha a responsabilidade da gestão daqueles transportes públicos.

Perguntou ao senhor Presidente, relativamente àquele prejuízo que tinha sido causado a todas aquelas pessoas, se já tinha havido a preocupação de tentar, com algum dos órgãos existentes, fiscalizar e pedir responsabilidades sobre os prejuízos que tinham sido causados às pessoas e à economia do concelho.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que ia dar duas breves notas. A primeira no que respeitava a um projeto que não sendo no Município de Setúbal impactava diretamente naquilo que era a vida, os costumes e as tradições dos setubalenses e que se prendia com o projeto da UNOP 4, que a Sonae Capital pretendia ver aprovado para a península de Troia, nomeadamente para a zona da Caldeira. Era algo que os preocupava. Embora não sendo no nosso território, mas, porque as tradições não tinham o reflexo e não respeitavam o mapeamento que resultava da divisão administrativa do território, era algo que os preocupava na medida em que aquela zona - Caldeira -, era utilizada anualmente nas festas de Troia por mais de 10 mil pessoas. Era algo que estava ligado àquilo que eram as tradições, não só da nossa comunidade piscatória, mas também de todos aqueles que já não dependiam da atividade da pesca, nem da atividade conserveira - que já não existia no concelho -, eram descendentes de quem desenvolvendo essa atividade, também construiu aquela tradição. Quiseram demonstrar a preocupação que sentiam com a potencial inibição da utilização daquele espaço, para que a tradição se mantivesse e as festas possam ser realizadas de acordo com aquilo que era o seu histórico.

Quis dar aquela nota porque pensava ser importante que o Município - apesar de não se tratar de uma operação no território abrangido pelo Município de Setúbal -, devia, ainda assim, pronunciar-se de uma forma mais informal, porque não havia um formalismo que adviesse dessa pronúncia, porque, naturalmente, não tinham responsabilidades na gestão daquele espaço, mas devia pronunciar-se no sentido de tentar acautelar aquilo que eram as tradições da nossa comunidade.

Não podia deixar de intervir, na sequência daquilo que foi a intervenção do senhor Vereador Fernando Negrão. As dificuldades da crise económica, que todos sentiam, eram uma realidade inegável e complexa e, como qualquer realidade complexa, não tinha soluções simples e imediatas. Tinha sido feito um trabalho significativo do ponto de vista da Administração Central e de alguns municípios, e Setúbal também queria trilhar esse caminho, e foi nesse sentido que também os partidos puderam expressar a sua opinião e apresentar as suas propostas, no sentido de se apresentarem ferramentas que ajudassem as famílias que tinham maiores necessidades.

Disse que não sabia a que supermercado é que o senhor Vereador Fernando Negrão costumava deslocar-se no seu exercício quinzenal. Ainda há poucas horas estive num hipermercado do concelho e não viu conservas com alarmes, aliás, pensava que a inexistência de alarmes, era uma realidade transversal, aos corredores da comida enlatada dos supermercados e hipermercados do nosso país. Era verdade que houve uma fotografia que circulou na comunicação social e nas redes sociais, que não representava aquilo que todos eles, de uma forma séria, entendiam que era a realidade do país, não representava de todo aquilo que acontecia no nosso território. Uma empresa tinha entendido exercer um nível de segurança, numa determinada loja da sua cadeia, e que não tinha sequer reflexo noutras lojas da mesma cadeia.

Portanto, achava que declarações alarmistas que tendessem a criar na sociedade uma noção desfasada da realidade daquilo que era a situação com a qual passavam, como já tinha tido oportunidade de dizer que era naturalmente complexa, todos sabiam que era complexa e que era difícil, mas os alarmismos não ajudavam ninguém. Não ajudavam quer no discurso político partidário, quer na resolução daquilo que eram os problemas das pessoas.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que aquela intervenção que acabaram de ouvir, era a prova cabal de que a nível nacional, iam continuar a ter ausência de resposta aos verdadeiros problemas das pessoas, principalmente dos mais necessitados. Lamentou muito o que o senhor Vereador acabara de dizer ao desvalorizar a crise que atravessavam. A crise que atravessavam era grave, afetava todos, desde a classe média, mesmo os mais ricos, mas esses, enfim, que tratassem da vida deles, até às classes mais necessitadas e mais carentes. E a capacidade de resposta tinha que existir, as medidas tinham que existir, não podiam estar a negar a realidade.

Pedi desculpa e disse que a intervenção do senhor Vereador foi uma intervenção nitidamente de quem negava a realidade.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse querer fazer uma intervenção muito rápida, apenas para reforçar que não havia, na intervenção que fizera anteriormente, nenhuma desvalorização, aquilo que também não se registava na sua intervenção era alarmismo. As medidas tomadas, quer pela Administração Central, quer por alguns Municípios, e teve oportunidade ali de reforçar a necessidade de colaborarem, no sentido de que essas medidas também existissem em Setúbal, eram medidas que naturalmente, não sendo eventualmente suficientes, e todos sabiam que era sempre possível desejar mais, eram as medidas que eram possíveis e que davam respostas efetivas às necessidades da população. Mas talvez o senhor Vereador Fernando Negrão quisesse elencar ali as medidas que os governos do PSD tomaram na última crise que viveram. Certamente que lhe tomaria poucos segundos, porque mesmo que as tivesse escritas e não precisasse de recorrer à memória, não demoraria muito tempo a lê-las.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse estarem fartos de ouvir aquele discurso, fartíssimos. Quando todos sabiam que os responsáveis pela bancarrota em Portugal tinha sido o Partido Socialista. Foi o Partido Socialista que assinou o memorando, o senhor ia ouvir aquilo que estava farto de ouvir, mas também já estava farto de ouvir aquilo que o senhor disse, mas agora ia ter de ouvir, o memorando onde estavam e constavam todas as medidas que o

Governo do PSD/CDS teve de tomar, constava no memorando assinado pelo seu partido e pelos responsáveis do seu o partido.

Portanto, não viesse agora dizer que a responsabilidade era do PSD, não era. E sabiam bem o que aconteceu a seguir, um governo entre o PS e a extrema-esquerda cujo resultado sabiam bem qual foi. Foi de empobrecer o país, não houve uma reforma, uma medida importante para a economia nacional.

Foi só para empobrecer o país, foi isso que os senhores fizeram no governo anterior.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a sua intervenção nada tinha a ver com a discussão que estava ali a ser gerada.

Em primeiro lugar, a bancada pretendia ser esclarecida sobre algumas questões sobre a Estratégia Local de Habitação. Aquele era um instrumento que esperava um diagnóstico, segundo informação obtida no Conselho Municipal de Habitação, era um instrumento que podia ser revisto a cada 6 meses e foi feita uma atualização da estratégia em junho de 2021. Contudo, a situação que viviam atualmente, era claramente diferente de quando se iniciara o primeiro diagnóstico. Por isso, pretendiam saber se o diagnóstico da estratégia tinha sido revisitado, quando e quais as alterações mais significativas.

Em segundo, era do conhecimento público que as operações referentes à reabilitação do Parque Habitacional se encontravam em bom curso. Contudo, desconheciam em que ponto se encontravam as restantes operações. Os quatro novos empreendimentos para a construção de 582 fogos de renda apoiada e reduzida, assim como da resposta ao alojamento urgente e temporário para o qual o Município definiu três operações de reabilitação de edifícios, da sua propriedade e de um edifício de propriedade do Estado, que iam possibilitar criar vinte cinco alojamentos para integrar pessoas em situação de sem-abrigo e vítimas de violência doméstica.

Pretendiam ter uma ideia sobre o progresso das outras ações, tendo em mente que o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) divulgou um concurso para 98 fogos, Rua do Monte, em Setúbal, cujo concurso de concessão se encontrava concluído, segundo informação do website do IHRU, e que também lançou 5 concursos de concessão para a promoção de 702 habitações de renda acessível.

Relativamente ao relatório da execução do protocolo para a resolução habitacional dos moradores da Quinta da Parvoíce, no quadro do Programa Porta de Entrada, aproveitavam a oportunidade para agradecer o envio do mesmo, acompanhavam as preocupações nele vertidas e já ali mencionadas pela bancada em intervenções anteriores, sobre as condições do mercado habitacional, a reduzida oferta de casas para arrendar, as rendas elevadas, as exigências de caução e documentação, e uma vez que dos 76 agregados, 39 já tinham solução habitacional, pretenderam saber um ponto de situação sobre os restantes 37, uma vez que devido às dificuldades identificadas naquele relatório, havia uma dificuldade na oferta de T1 e ao valor de rendas. Questionaram se já tinham sido encontradas soluções.

Por último, no dia 24 de outubro, assinalaram o dia Municipal da Igualdade. Em novembro de 2021, abordaram que a autarquia celebrou um protocolo, que à data saudaram, com a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, no âmbito da implementação do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação. À data, tinha-lhes sido transmitido, pelo senhor Vereador, que estavam num processo de elaboração de diagnóstico.

Pretendiam um panorama atual do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação do Município de Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tinha duas matérias.

Uma tinha que ver com o compromisso que o senhor Presidente tinha assumido ali, na passada reunião de câmara, relativamente à questão da Comenda.

De acordo com aquilo que tinha sido questionado por eles, relativamente a uma reportagem televisiva, e não só, na imprensa também, sobre o que se passava na Comenda, em que uma das coisas que se ficou a saber, ou a confirmar, foi que havia uma série de processos de contraordenação, alguns deles levantados pelos serviços da Câmara Municipal de Setúbal. O

senhor Presidente ficou de fazer um balanço sobre essa situação. Porque a pior coisa que podia acontecer numa situação como aquela era que os processos prescrevessem por falta de impulso processual.

Portanto, mais uma vez deixavam ali a questão, de saber exatamente em que pé é que estava a situação. Independentemente de quem tivesse razão, fosse a câmara, ou fossem os proprietários da Comenda. O importante era que se percebesse que não havia ruas privadas em Portugal, como havia em Inglaterra, que não havia pessoas que tinham exceções em relação aos outros cidadãos e tinham de perceber exatamente o que se passava ali.

Fez esse repto, como o senhor Presidente não fez a intervenção inicial, pelo menos não referiu essa questão, imaginava que ainda não tivesse conseguido fazer esse balanço, mas pensava que era muito importante àquela Câmara que fosse apresentado.

Outro ponto, tinha que ver com o que se passava no trânsito em Setúbal, principalmente ao início da manhã, final da tarde, determinadas vias encontravam-se completamente congestionados, e, pensava que a Divisão de Trânsito devia olhar com algum cuidado, para esses pontos, onde confluem muitas viaturas, e era um tráfego excessivo. Porque achava, sinceramente, que algumas podiam ter decorrido de intervenções, do mandato passado, no qual a CDU tinha maioria absoluta, mas achava que não devia haver receio em alterar aquilo que pudesse estar mal feito. Havia um conjunto de artérias, não ia estar a dar detalhes, como era óbvio, quem circulava em Setúbal sabia quais eram, onde até se questionava porque é que não havia polícias sinaleiros porque, de facto, se calhar mais facilmente se conseguia gerir o trânsito. E isso por força da situação em que se encontravam essas vias, e também do excesso de tráfego.

Deixou o repto, pensava ser importante olhar para isso, porque, obviamente, isso também causava mal-estar e atrasos aos cidadãos e não tornava Setúbal, de certeza, mais bonita.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que fora das suas funções de Vereador não trabalhava com latas de conserva, trabalhava com crianças, era professor. E melhor do que elas, era difícil encontrar para perceber que não viviam um bom momento. Iam identificando na preocupação dos pais, na preocupação daquilo que era um ou outro momento que os alunos partilhavam com eles. Mas acompanhava a intervenção do seu camarada Joel, era melhor encontrarem caminhos e soluções, até por às vezes havia alguma interpretação de aproveitamento político, de interpretar a coisa de uma forma mais dramática.

Disse que não se ia alongar, também para não transformar aquilo naquilo que criticava. Quis saudar a iniciativa do senhor Presidente, que quando anunciava e quando concretizava, o diálogo com as outras forças políticas, para se tentarem encontrar soluções, e ficavam na expectativa de haver concretização, haver efetivamente respostas.

Disse que, quanto à questão dos professores com deslocações imensas e frequentes, queria apenas chamar à atenção e que estaria disponível para contribuir, se assim o entendesse. Explicou que havia outras profissões com o mesmo problema, algumas ligadas à educação, mas também a outros sectores, onde a resposta pública era importante e a ausência dessas pessoas ou a pressão sobre elas também era grande. Reconhecia a preocupação específica dos professores com a pressão de “hoje estar aqui, amanhã estar ali”, às vezes de centenas de quilómetros, mas também era importante, já que estavam muito empenhados, juntar mais uma ou outra área, quer no acompanhamento às escolas, quer a outros sectores. Porque havia outras pessoas, outros profissionais, que também sofriam com o mesmo problema.

Ficava disponível para num outro momento poder, fosse por email, acrescentar dois ou três contributos, para que a nossa ação de alerta fosse ainda mais concreta, e ainda mais abrangente, na perspetiva, e insistiu, de encontrar caminhos para soluções e não para dramatismos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ia abordar duas ou três matérias que foram tratadas, uma delas tinha que ver com o primeiro tema que tinha sido abordado na reunião. Quis dar alguns elementos, porque para poderem intervir tinham de saber a realidade, e a informação da PORDATA, que era pública, anunciada no Dia Mundial da Pobreza, Portugal

tinha 4,5 milhões de pessoas em risco de pobreza, 45% da população portuguesa desses, 2,5 milhões recebiam apoios sociais, e conseguiam sustentar-se com os apoios sociais, os outros 2 milhões não recebiam nada. Era só para terem uma ideia da dimensão da coisa, e terem a consciência da complexidade dos acontecimentos.

Em simultâneo tinha sido anunciado publicamente, também, que a GALP, só em 9 meses, teve 600 milhões de euros de lucro, e a GALP costumava ter à volta dos 100 milhões, que já era um lucro fabuloso.

A NAVIGATOR, que costumava ter 100 milhões, estava nos 200 milhões naquele momento.

A riqueza e a pobreza não eram tratadas da mesma maneira, e a riqueza nacional, que havia muita, era muito mal distribuída e os números não deixavam enganar. Se fossem à procura dos lucros de outros grupos económicos de grande dimensão, o que iriam ter era o impressionante crescimento de lucro associado ao aumento dos preços e dos custos dos diversos produtos, sem qualquer justificação, tinham que ver com a produção, e os custos de produção, e tinha de ver exclusivamente com a especulação. Portanto, para se perceber como se vai intervir, também tinha de se saber o que se passava e tinha de se ter a dimensão do problema.

Uma segunda questão tinha que ver com a Porta de Entrada e a Quinta da Parvoíce. Naquele momento, desde o relatório que entregou ali na reunião da câmara, foram alojadas mais pessoas, naquele momento estavam alojadas 51, para a semana seguinte estariam 55, o que queria dizer que ficavam a faltar 21. Tinham como objetivo, e já não faltava assim tanto tempo, de até final do corrente ano, início do próximo ano, concluir o alojamento das pessoas. Iam ter que encontrar uma solução diferente, falavam naquele momento de pessoas isoladas, e algumas delas tinham pouco tempo de uso da habitação, porque circulavam muito pelo país e até pela Europa, em termos profissionais, portanto, a possibilidade de encontrar soluções intermédias de alojamento, para acabar com a Quinta da Parvoíce, e continuar a procurar uma habitação para aquelas pessoas nas mesmas condições de todos os outros, tinham que encontrar uma solução que permitisse que aquilo se resolvesse, não poderiam ficar ali mais 6 meses à espera que saia uma, duas, três, quatro ou cinco pessoas, e isso estava já a ser tratado com as pessoas, e iam ver se era possível encontrar uma boa resposta para aquela situação.

Portanto, precisavam de resolver o problema da Quinta da Parvoíce, porque aquilo era um risco grave, em termos de salubridade, de incêndio, de enxurrada e em termos mesmo das condições habitacionais, elas próprias, e queriam acabar com aquela situação em definitivo, era o último bairro de barracas em Setúbal, aliás tiveram uma preocupação grande de ir avaliar algumas situações abarracadas ali na zona da Manteigada, etc. Só encontraram uma pessoa que já conheciam a viver lá regularmente, o resto das situações eram situações de hortas urbanas, eram situações de sobrevivência, situações culturais, eram situações, muitas, talvez exageradas de criação de animais, que era uma coisa completamente ilegal e, naquele momento, era feito um trabalho de enquadramento dessa solução nos corredores verdes e criação de hortas urbanas, para enquadrar essas pessoas antes de demolir toda aquela realidade que ali estava.

Portanto, pensava que uma coisa estava ligada à outra, porque havia pessoas que viviam muito daquela realidade. A ideia era limpar a Quinta da Parvoíce em definitivo, e depois iria ser objeto de uma intervenção urbanística, que a Vereadora Rita Carvalho falaria.

O processo andava, e até haveria mesmo interesse, ali na zona da Quinta da Parvoíce, de se poder fazer o percurso todo pela Mecânica Setubalense e pelo lado dos armazéns, etc., para qualificar toda aquela zona, mas essa matéria não estava dentro da nossa capacidade de decisão, portanto, era uma matéria que teria de ser apreciada.

Relativamente à Estratégia Local, naquele momento, não via necessidade de uma atualização radical da Estratégia Local, não houve tantas mudanças assim na situação em Setúbal. O que interessava registar era a evolução do processo. Naquele momento, conseguiram candidatar o Bairro das Manteigadas, o Bairro da Bela Vista, o Bairro do Forte da Bela Vista e a Alameda das Palmeiras. A obra, como sabiam, já estava lançada a segunda empreitada das Manteigadas, que era para o interior do bairro, e iam lançar, ainda no mês de outubro, em

princípio viria a reunião de Câmara, o lançamento das empreitadas para o Forte da Bela Vista e para a Bela Vista, a da Alameda já tinha ido. O que queria dizer que até final do corrente mês teriam procedimentos de obra em curso, no valor de 65 milhões de euros, que eram os que já tinham sido aprovados no Conselho de Ministros e que já tinham financiamento garantido no quadro do PRR.

Iriam até final do corrente ano, ainda decidir, em função do andamento dos projetos, quais eram as candidaturas que iam fazer. A ideia que tinham era candidatar todos os bairros, não sabia se iria ser possível, mas iriam candidatar seguramente um conjunto de bairros muito vasto, até final do corrente ano.

Também trabalhavam com o IHRU, na construção nova, depois a senhora Vereadora Rita falaria disso também.

Havia ali um processo de andamento, de execução, também na situação dos sem-abrigo, naquela operação que também estava em curso, no Palácio do Quevedo, já se candidataram e a candidatura estava para aprovação. Portanto, havia um andamento de grande dimensão e de grande resposta dos nossos serviços, que garantiam uma captação financeira, também de grande dimensão. A ideia que tinham era que no início do ano seguinte, teriam candidatado até março, abril, mais cerca de 100 milhões. O que queria dizer que era um esforço muito grande, depois iriam ver qual era a resposta do PRR àquela matéria, visto que o 1.º Direito naquele momento se tinha transformado em PRR no território habitacional, o PRR e o 1.º Direito eram uma e a mesma coisa, mas quando acabasse o PRR, se não houvesse um reforço financeiro regressavam aquela lógica desgraçada do 1.º Direito, em que para construir pagavam 70%, para reabilitar pagavam 50%, e por aí fora. Portanto, estavam a fazer um esforço muito grande de ir tão longe quanto possível, e fazer com que não dependesse deles, a hipótese de não haver financiamento. Isto era, fazer tudo para o financiamento vir com o nosso esforço, e se não houvesse financiamento que não fosse por falta do esforço deles, que fosse por outras razões quaisquer. Estavam convictos que iriam ter alguma resposta de financiamento porque o Município de Setúbal estava entre os 30 ou 40 municípios que mais candidaturas apresentou, que mais rapidamente tinha apresentado, e era também dos municípios que mais verbas tinha naquele momento aprovadas.

Portanto, isso dava-lhes uma grande satisfação, sobretudo porque isso correspondia a qualificação e a humanização, da vida das pessoas que viviam nos nossos bairros.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que recentemente naquela casa tinha sido apresentado, não o plano, mas o estudo que levaria ao Plano Estratégico para a Cultura do concelho de Setúbal. Ficou claro que a bancada do Partido Socialista concordava com a criação daquele estudo, achava que o Município, ou seja, o executivo, tinha tomado a decisão certa, e aguardava os resultados com expectativa. Estranharam que o Município avançasse com aquela iniciativa, mas deixaram a garantia da confiança deles pela Universidade do Minho. Estranhavam como avançavam para aquela decisão sem o Município ter criado ainda o Conselho Municipal da Cultura. A razão era simples: podiam avaliar tudo, inclusive as políticas e o plano, mas o Conselho Municipal da Cultura seria o melhor órgão para isso, e isso não iria acontecer porque, até à presente data, já tinham passado bastantes anos sobre essa possibilidade, e aquele executivo teve maioria durante vários anos, portanto, se não o criou, foi porque não o quis.

Por outro lado, e não querendo deixar nenhuma “picadela”, mas achavam, que provavelmente, o avançar para aquela decisão teria tido também a ver com o facto de uma certa falência que existia, ao nível da estratégia, aliás, que eles tinham denunciado nos últimos anos, no caminho que a cultura seguia, ou naquele caso a descultura do concelho de Setúbal.

Dirigiu-se ao senhor Presidente e à senhora Vereadora com o pelouro dos Recursos Humanos e disse que se aproximavam do final do ano, e por muito que o senhor Presidente e a senhora Vereadora pudessem não gostar, iriam sempre tocar no assunto dos trabalhadores do Município, todos os trabalhadores, claro, mas naquele caso em concreto os falsos recibos verdes que continuavam a existir no Município. Já tinha sido explicada a razão, já tinha havido

uma discussão alongada sobre aquela matéria, o objetivo naquele dia não era voltarem a falar sobre a discussão do porquê que existiam, mas acima de tudo, porque é que ainda existiam, e como é iam resolver aquele problema até ao final do ano. E isso porque sabiam, tal como o executivo também sabia, e a senhora Vereadora que tinha esse pelouro também sabia, existiam contratos de prestações de serviço, que iriam terminar no final do ano. Existiam trabalhadores, porque era assim que tinham de chamar a essas pessoas, trabalhadores, porque exerciam funções claras de um trabalhador, que não tinham nenhuma informação, no final de outubro, do que lhes ia acontecer. Estavam a dois meses do final do ano, e essas pessoas não sabiam se no dia 1 de janeiro tinham ou não tinham trabalho. Inclusivamente, tinha-lhes chegado a informação de casos de pessoas que rescindiam, com dois meses de antecedência, os contratos que tinham de arrendamento das suas casas, porque não sabiam se a partir de um de janeiro tinham condições para pagar essas rendas. Por isso, apelavam mais uma vez, à senhora Vereadora, e ao senhor Presidente, e a quem tinha essa responsabilidade, que rapidamente chamasse esses trabalhadores, e que pudesse, com eles, encontrar uma solução. Várias vezes a senhora Vereadora falou sobre os concursos que abriam para resolver essas situações, esses concursos iam resolver umas situações, mas não iam resolver todas as situações. No dia 1 de janeiro, na primeira reunião, que tivessem ali, todos aqueles trabalhadores que tenham ficado sem trabalho, porque aquele executivo não resolveu o seu problema, certamente estariam ali na bancada para denunciar a situação. Dirigiu-se ao senhor Presidente dizendo que, como bem sabiam, viviam numa democracia, e uma democracia tinha regras e leis, lamentavam que por várias vezes, ao longo daquele mandato, e que já não era assim tão curto, apesar de já terem percebido que o primeiro ano foi um ano de adaptação, respeitavam essa decisão, mas não conseguiam perceber como existia um enorme número de pedidos feitos pela bancada do Partido Socialista junto do executivo, junto do Gabinete do senhor Presidente e continuavam sem resposta. Era compreensível que em alguns casos, pela complexidade dos assuntos, que se pudesse demorar mais algum tempo a fornecer informação, mas demorar 1 ano, 9 meses, 7 meses a responder, isso não percebiam e deu um exemplo. Há vários meses, tinha sido solicitado ao senhor Presidente que fizesse chegar a informação relativamente ao protocolo existente entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Supera, aquando da construção do complexo municipal que se situava na Praça de Portugal. E, na altura, solicitaram a informação relativa a que obras a Supera executou e que estavam na sua responsabilidade e no acordo estabelecido entre a Câmara e aquela entidade, porque houve uma contrapartida, para haver a cedência do terreno, era importante perceber - sabendo que o terreno pertencia à Cooperativa de Habitação - quais os valores ou que parte do valor total da verba estipulada e que a Supera tinha que realizar, pensava serem obras e algumas melhorias na cidade, que parte dessa verba foi destinada à melhoria do bairro, sabendo de antemão que o terreno era 100% da Cooperativa, portanto, por lógica toda a verba que viesse desse terreno deveria ter sido empregue no bairro. Mas compreendiam que pudessem ter existido outras decisões. Por fim, questionou se o senhor Presidente poderia naquele dia recordá-los, em quanto tempo disse que ia resolver o problema da sede da Academia de Dança, um novo espaço com mais condições e mais dignidade ao excelente trabalho executado.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, em resposta ao senhor Vereador Carlos Rabaçal, relativamente à necessidade de visitar o diagnóstico, pensava que efetivamente era necessário fazê-lo, porque havia situações que surgiam à *posteriori* e que, por exemplo, se houvesse necessidade de sinalizar, referenciar ao IGF para a questão de realojamento não era possível naquele momento se não estivesse devidamente enquadrada na estratégia local.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a estratégia podia ser atualizada a qualquer momento, não era esse o problema, não havia nenhuma revolução a fazer na estratégia, havia ajustamentos a fazer, já tinham feito vários ajustamentos. Já tinham feito dois, e havia mais um para fazer, e iam continuar a fazer, não era esse o problema. Isso não alterava a lógica da estratégia. A estratégia ia ter uma alteração profunda, quando fizessem a Carta

Municipal. Houve recentemente no Porto, um encontro muito importante dos municípios portugueses, para avaliar a questão da carta municipal de habitação, cuja legislação nunca mais saía, estavam à espera e todos os municípios decidiram avançar com as cartas municipais mesmo sem legislação, apoiados apenas nos parâmetros que a própria lei de bases de habitação definia. A senhora Secretária de Estado disse, que iria avançar com a legislação depois de algumas cartas avançarem, porque não havia experiência de cartas, logo era preciso que se encontrasse ali um caminho - faziam esse caminho. Em Setúbal, oportunamente iam avançar também para a Carta de Habitação, aí, sim, a Carta de Habitação ia ser o documento estratégico da habitação. Aí, sim, ia haver profundas alterações, porque a estratégica local, tal qual estava definida presentemente, como sabia muito bem, era exclusivamente para o 1.º Direito. Foram um pouco mais longe, mas ela era feita, fundamentava-se e justificava-se para o 1.º Direito, ponto final.

Portanto, não precisavam desse instrumento, em exclusivo, para o 1.º Direito, e a Carta Municipal é que ia ser o instrumento que ia definir a estratégia local de habitação de facto, isso era o que dizia e Lei de Bases. Aquele instrumento tinha a sua vida focada no 1.º Direito e, ia ter outro instrumento que era mais vasto do que a Estratégia Local de Habitação, que era um instrumento orientador de todo o processo habitacional em Setúbal.

Portanto, o momento em que se ia mexer em profundidade na Estratégia de Habitação em Setúbal, era o momento da construção da carta, que ia ter um debate público, ia ser uma coisa bastante debatida, e que era mais larga, e mais abrangente, do que a Estratégia Local de Habitação, tal qual era definida no presente.

Ponto 1 – Não havia nenhum problema com a estratégia;

Ponto 2 – A estratégia era mexida sempre que necessário;

Ponto 3 – Já tinha sido mexida duas vezes e ia ser mexida mais uma terceira vez.

Por exemplo, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social já estava integrado na nossa estratégia a pedido deles, isso tinha sido tratado com eles, e por aí fora.

Pensava haver ali uma grande maleabilidade e o próprio IHRU foi bastante acessível, sempre que necessitavam de mexer na estratégia, rapidamente acolhia as mudanças. Por exemplo, não tinham na nossa estratégia uma possibilidade que se podia encarar, que era a possibilidade de comprar, no privado, para alugar, mas não tinham isso. Mas também entendiam não colocar, porque não havia no mercado, se fosse colocado no mercado, em 2 ou 3 meses alteravam a estratégia e iam por aí fora. Portanto, a nossa estratégia era maleável, como eram todas as outras, porque a lei permitia essa maleabilidade. Mas naquilo que disse inicialmente poderia sugerir-se que era necessário fazer uma alteração profunda, não, a estratégia ia sendo mexida paulatinamente, conforme as necessidades e tem sido mexida paulatinamente, conforme as necessidades. Ia haver um momento de reflexão em Setúbal, e noutros municípios que optassem por essa solução, que era o momento da carta municipal de habitação. Esse momento iria ser um momento de profunda reflexão sobre a habitação, em todos os seus parâmetros, e não apenas no parâmetro da habitação pública / 1.º Direito.

Quis deixar aquela nota, para não ficar alguma dúvida, que houvesse ali algum problema, alguma dificuldade com a Carta Municipal.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse haver uma incorreção nas afirmações do senhor Vereador Carlos Rabaçal. É que a Estratégia Local de Habitação, não era feita exclusivamente para o 1.º Direito. As candidaturas que eram apresentadas no âmbito do 1.º Direito é que só podiam ser apresentadas se houvesse uma estratégia local de habitação. Aliás, prova disso, era que a Estratégia Local de Habitação de Setúbal, previa soluções de arrendamento acessível, que não eram no âmbito do 1.º Direito.

Sra. Vice-Presidente – Disse que quase que já nem precisava de fazer uma intervenção, visto que o senhor Vereador Nuno Cruz fez aquilo que achava que era a sua intervenção, mas de qualquer maneira, ia prestar alguns esclarecimentos, relativamente àquelas questões que tinham sido ali colocadas.

Muitas vezes quando traziam ali uma proposta, como era o caso daquele dia, de abertura de um procedimento concursal, acabavam por falar sempre da questão dos prestadores de serviços. Como anunciaram, no início do mandato, era por aquela via que podiam resolver os problemas de quem estava com prestações de serviços, era abrindo os procedimentos concursais e era fazendo os concursos. Naquele dia, mais adiante trariam ali uma proposta nesse sentido.

Relativamente às questões de quando é que acabavam e terminavam os contratos de prestação de serviços, e com aquela questão do dia 1 de janeiro, não conseguia compreender bem se era a questão de 1 trabalhador especificamente, ou se era uma questão genérica, porque não tinham os contratos de prestação de serviços todos a começar no dia 1 de janeiro, e todos a acabar no dia 31 de janeiro. Eles eram celebrados, por necessidade dos serviços, em datas muito diferentes. Receberam algumas pessoas que estavam em situação de prestação de serviços, esse encaminhamento tinha sido feito para todos os senhores Vereadores e todos os departamentos, estavam ali, numa reunião pública, estavam várias pessoas também a visionar aquela reunião, se houvesse algum caso de algum trabalhador que estivesse por responder, e por entreposta pessoa, não sabia se o senhor Vereador Nuno Cruz, era essa pessoa, estaria disponível, como era óbvio, para fazer o atendimento necessário, para conversar com as pessoas e para verem cada um dos casos. Não lhe parecia que no dia 1 de janeiro, fossem terminar todas as prestações de serviço, na Câmara Municipal, nem lhe parecia que essas pessoas não estivessem a ser recebidas por si e por cada um dos senhores Vereadores, com responsabilidades naquela Câmara Municipal.

Sr. Vereador Pedro Pina – Quis prestar um esclarecimento à senhora Vereadora Patrícia Paz, que quis saudar, porque recorrentemente era uma matéria que pensava ser da sua preocupação, não só pelas razões profissionais, tinha a ver com a questão do Plano Municipal para a Igualdade. Disse que do ponto de vista daquilo que era o Plano Municipal, naquele momento estavam numa fase dentro daquilo que eram os “*timings*” do próprio plano, constituíram o trabalho com as entidades externas e constituíram um grupo de trabalho no que dizia respeito à prevenção do combate à violência. Pensava que até no sentido das preocupações que sempre ali tinha manifestado, ia-lhe fazer chegar, o quanto antes, no dia seguinte, o ponto de situação de todas as “*démarches*”, que tinham sido feitas, as entidades contactadas, no sentido também da bancada do Partido Socialista, nomeadamente da sua pessoa, que demonstrou esse interesse, e também para acompanhar aquilo que era o processo. Aquele era um processo que tinha sido realizado, naquele momento estavam na terceira fase do processo, pensava conhecer os “*timings*”, relativamente àquilo que eram os Planos Municipais da Igualdade, portanto, estavam naquela terceira fase de divulgação, com o contacto com as entidades externas, na constituição do grupo de trabalho, no combate à violência doméstica, portanto, aquele era o ponto de situação, mas faria chegar o ponto de situação, no sentido de ficar com todas as informações possíveis.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse querer dizer à senhora Vereadora que tinha o pelouro dos Recursos Humanos, que sabia perfeitamente que quando se falava na data de 1 de janeiro, falava-se porque era uma data simbólica, era a mudança do ano civil. Porque iam estar até setembro de 2025, a falar daquele assunto. Enquanto houver uma pessoa, na Câmara Municipal de Setúbal, que estivesse num falso recibo verde, porque para eles, e sempre o disseram, que era normalíssimo haver uma prestação de serviços, no Município de Setúbal, como noutros municípios, mas num falso recibo verde, iam sempre falar no assunto. Sobre o facto de alguns trabalhadores, por vezes, não falarem com os seus vereadores, ou com as suas chefias, ou de às vezes, não poderem falar ali de certos casos em concreto, primeiro porque não deviam e depois porque queriam evitar ao máximo que pudessem acontecer situações idênticas a uma recente que aconteceu, por exemplo, na piscina de Azeitão. Podiam perguntar a essa trabalhadora, que foi dispensada depois de uma intervenção que teve numa reunião, aonde é que ela, presentemente, trabalhava.

Sr. Vereadora Rita Carvalho – Disse começar a sua intervenção por agradecer o apelo feito pelo Vereador Joel e pelo Vereador Vítor Ferreira, relativamente ao controlo do alarmismo e ao não aproveitamento político da situação, porque nem sempre era essa a postura do PS. Portanto, achava que era relevante terem tido aquela contensão, relativamente à matéria urgentíssima que estava em causa.

Sobre a Estratégia Local de Habitação, o Vereador Carlos Rabaçal já tinha feito um ponto de situação relevante das obras em curso, sobre os edifícios existentes. Valia a pena identificar uma imprecisão na intervenção da Vereadora Patrícia Paz, que a Estratégia Local não tinha que ser revista a cada 6 meses, podia ser revista a cada 6 meses e podia nunca ser se não se justificasse. Era natural que um diagnóstico feito em determinado momento, refletisse a realidade naquele momento e que tivesse a necessidade de ser atualizado com alguma frequência, maior ou menos, dependendo da situação.

Sobre a nova habitação, quis dar uma breve explicação. Disse que a nova habitação ia ser construída nos terrenos do IHRU, que lhes eram cedidos em decurso da operação urbanística do IHRU, as operações obrigatórias sempre que era feito um loteamento. A Câmara, numa avaliação que fez, identificou que faria todo o sentido aqueles terrenos serem cedidos. Eram cedidos por norma para equipamento ou para espaço verde, e que naquele caso deveriam ser cedidos para a própria Câmara promover habitação, a renda apoiada. Portanto, dali também havia uma perspetiva estratégica da própria Câmara, quando fazia aquela proposta ao IHRU.

Portanto, só seriam proprietários quando se formalizasse aquele loteamento, por parte do IHRU. O que faziam, naquele momento, era fechar o caderno de encargos e os termos de referência, para essas construções, para em conjunto com a Ordem dos Arquitetos fazer um concurso de ideias, à semelhança daquilo que foi a prática do IHRU, e até, articuladamente com o IHRU, naquilo que era a experiência que tinham. Pensavam que, no próximo mês de novembro, estariam em condições de fazer a aprovação dos termos de referência e do caderno de encargos.

Sobre aquelas preocupações, que eram legítimas e urgentes, que de facto todos eles olhassem para elas, todos eles municípios, todos eles comunidade local, mas também o Governo. Havia ali uma falha considerável, que não era de agora, que tinha anos, que tinha décadas, que era, de facto, o mercado de arrendamento que não era regulado por ninguém, e que não havia nenhum Governo que tivesse tido a coragem de tomar medidas de regular o mercado de arrendamento. E o que tinham, naquele momento, no Município de Setúbal, e na maioria dos municípios do país, era, efetivamente, rendas a um custo incomportável pela maioria das famílias, que eram os municípios que se substituíam ao próprio IHRU, que fazia renda acessível, e os municípios a fazerem renda apoiada, portanto, que era para a franja da população mais fragilizada, e eram os municípios, em crendo, que era o caso do Município de Setúbal, que fazia a renda apoiada para responder àquela necessidade que eram os desprotegidos dos desprotegidos.

Claro que a renda acessível era relevante e importante, mas ainda assim havia problemas muito mais graves, que só se resolviam com a renda apoiada, e sabiam disso. Todos sabiam, se não fosse por mais razões, pelas próprias posições do público que eram tomadas ali na reunião da Câmara.

Relativamente à Comenda, confessava que não esteve na última reunião da Câmara. Obviamente que conhecia as preocupações que eram levantadas por todos os Partidos, inúmeras vezes, em conversas, em reunião da Câmara, na própria Assembleia Municipal.

Não percebeu, em concreto, as questões específicas colocadas pelo Vereador Paulo Calado, que presumiu que resultassem da intervenção da última reunião. Quis deixá-lo tranquilo que os processos não iam prescrever e que continuavam uma atuação de forma muito diligente e apontada para aquele processo, em particular da Comenda, com aquele proprietário, em particular da Comenda.

Diariamente era matéria de iniciativa e de atuação por parte da Câmara, através fundamentalmente da sua Divisão de Fiscalização, mas também da divisão que fazia a apreciação dos processos, aliás, naquele dia, havia uma proposta que se referia a um

indeferimento da intervenção feita no Palácio da Comenda, que não teve o devido licenciamento.

Sr. Vereador Paulo Calado – Dirigiu-se à senhora Vereadora Rita Carvalho, e disse que a intervenção que fez, ali, na última reunião da Câmara, sobre a Comenda, foi relativamente extensa. Estava relacionada com uma peça jornalística, pensava que tinha sido da CNN Portugal, era uma questão de ver a ata.

A pergunta em concreto que deixou, tinha que ver com um compromisso que o senhor Presidente da Câmara assumiu ali perante eles, que iria fazer um balanço, ele próprio, da situação da Comenda, do que ali se passava, e obviamente que naquele balanço incluiu, naquela intervenção daquele dia, o estado em que estavam os processos de contraordenação levantados pela Câmara Municipal de Setúbal. Porque havia uma coisa que acontecia muitas vezes naquele país, e depois costumava-se dizer que a “culpa não morria solteira”, era que havia de facto aquele grande alarme social, relativamente a situações como aquela, de facto deixava todas as pessoas perplexas, e depois dava a ideia de que nada acontecia, não havia consequências. Pensava que, no fundo, era esse o objetivo das suas questões. Tinha de acontecer alguma coisa, nem que fosse para dar razão ao proprietário, ou não. Tinha de haver uma conclusão desses processos. Como alguns dos autos foram levantados no ano anterior, e conhecendo como o procedimento contraordenacional decorria, era importante terem ali uma ideia, se não fosse naquele dia que fosse à próxima reunião da Câmara, exatamente em que situação estavam esses processos. Tinha a ver exatamente com o que disse na reunião anterior, e percebia que a senhora Vereadora não esteve, mas quando se fazia uma manifestação, e pensava que tinha sido a primeira ação política que o executivo CDU daquela Câmara fez publicamente, foi estar presente, pelo menos o senhor Presidente da Câmara, numa manifestação no Parque de Merendas da Comenda, quando no mandato anterior, tinham sabido pela comunicação social, que a Câmara teria proposto, pela sua Presidente, adquirir aquele espaço por 6 mil euros. Teve ocasião de invocar a sua qualidade de jurista, para dizer que isso lhe parecia uma declaração, atendendo ao valor. Mas, na realidade, o que tinha sido afirmado ali e também na comunicação social, pela anterior Presidente de Câmara Maria das Dores Meira, foi que pretendia expropriar aquele espaço. Havia ali coisa que necessitavam de um esclarecimento público, não era só a eles, era à população de Setúbal. E era, no fundo, esse o sentido do repto que fez na reunião anterior, e que naquele dia fez de uma forma mais sucinta, no sentido de avivar a memória que aguardavam esse balanço, daquilo que era a análise que a CDU faria à situação denunciada por aquela reportagem.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não era em resposta, mas quis reafirmar a disponibilidade demonstrada pelo senhor Presidente, enviariam um ponto de situação sobre todos os processos que estavam em curso na Câmara, antes da próxima reunião da Câmara fariam chegar aos diversos gabinetes.

Tranquilizou-o mais uma vez “a culpa não morrerá solteira”, como o senhor Vereador sabia, aqueles proprietários eram litigantes, e, reagiam a qualquer iniciativa da Câmara, mas ainda assim, fariam todos os processos e todo o encaminhamento para repor as questões da legalidade que estavam previstas na lei e que não eram ultrapassáveis por ninguém, nem por nenhum proprietário.

Sr. Presidente – Disse que já muito tinha sido dito sobre as questões levantadas. Havia apenas duas ou três questões que gostava de salientar ou de acentuar.

Uma primeira, tinha a ver com a questão que o senhor Vereador Fernando Negrão colocou, e que tinha a ver com as populações que têm sido penalizadas, com o facto de não terem acesso ao transporte a que tinham direito, e se alguma coisa já tinha sido feita ou poderia ser feita. O que podia dizer, naquele momento, era que a empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa, que era quem tinha os contratos de concessão, aplicava as penalizações que o próprio contrato estabelecia, pelo não cumprimento do contrato. Tenham a informação que a

empresa recebia essas notificações, para que fossem aplicadas as penalizações que o contrato estabelecia, portanto, sabiam que isso acontecia.

Relativamente às pessoas penalizadas, pelo facto de não terem tido acesso a um direito que deviam ter, que era o direito ao acesso ao transporte público, naturalmente que isso passava por decisões que o próprio Conselho Metropolitano teria de tomar. As questões ainda não foram tratadas a esse nível, não podia, naturalmente, como era óbvio, substituir-se ali a uma decisão do Conselho Metropolitano. Como sabiam, não era fácil avaliar e tomar decisões no sentido de cada um poder ser minimamente participado com eventuais, ou com penalizações até monetárias, para além de até morais. Mas, isso era uma questão que certamente do Conselho Metropolitano haveria de avaliar e ponderar porque como sabiam aquela não era uma situação exclusiva do concelho de Setúbal, era uma situação que afetava aqueles cinco municípios que tinham a gestão daquela empresa, mas também sabiam que não eram só aqueles cinco municípios, porque havia outras empresas que também não cumpriam os contratos e que, portanto, também estariam a ser penalizadas, era uma situação geral.

O que podia dizer era que ponderavam a possibilidade da Câmara Municipal, de uma forma naturalmente contida e controlada, de poder tomar decisão sobre alguns benefícios aos munícipes de Setúbal que utilizavam o transporte. Naquele momento, era a única coisa que podia dizer. Uma coisa era dizerem: "*estas famílias, aquele grupo, justifica haver um apoio*", mas tinham de saber traduzir como se fazia esse apoio, porque senão isso depois não tinha sentido. E às vezes encontrar os mecanismos para que houvesse rigor, nessa distribuição ou de a pessoa ser menos penalizada, às vezes, não era fácil atingir. Mas no âmbito daquelas ponderações que tomavam, sobre a forma de evitarem maiores penalizações às famílias mais carenciadas ou mais fragilizadas na situação que viviam, aquela era uma questão que era ponderada. A seu tempo, se conseguirem encontrar a forma e o mecanismo de pôr em operação isso, naturalmente que isso seria feito, mas naturalmente que falavam da população do Município de Setúbal, num quadro mais alargado.

Relativamente à questão que o senhor Vereador Joel Marques colocou quanto ao empreendimento da SONAE para a Caldeira da Troia, e os impactos que isso poderia ter na realização das festas da Troia que, como todos sabiam, tinha um impacto significativo na população setubalense.

Transmitiu que já tinha pedido reuniões, com o senhor Presidente da Câmara de Grândola, e também com a associação que promovia as festas da Troia, no sentido de terem melhor informação sobre aquela questão, embora como o senhor Vereador disse, e muito bem, tratava-se de um território que tinha administração própria, e que era bom que houvesse respeito pelas decisões dos órgãos e dos municípios. Mas pediu para se marcarem aquelas reuniões.

Sobre a questão que o senhor Vereador Paulo Calado colocou, relativamente ao balanço sobre a situação da Comenda, disse ser necessário fazer esse balanço, reconhecia a questão, como o senhor Vereador a colocou, de que se não davam informação parecia que nada acontecia. Era importante que houvesse informação para todos. As coisas aconteciam e mantinha o compromisso que estabeleceu com os setubalenses de que o Parque da Comenda havia de voltar a ser usufruído pelos setubalenses. Também explicou serem questões complexas, porque estavam perante uma empresa que não olhava os meios para atingir os fins. Tinha meios, vastos meios, para contrariar aquilo que eram as iniciativas da Câmara e a boa-fé com que a Câmara tratou aquele assunto e esperava que, muito brevemente, pudesse fazer um balanço, ou um ponto de situação relativamente a algumas questões que justificavam já essa tomada de posição e de esclarecimento, junto da população.

Concordava com a questão que ali colocou, e esperava muito brevemente tornar público essa situação.

Como todos sabiam, a Câmara Municipal continuava a levantar os autos, e a cumprir o quadro legal a que estavam obrigados, no sentido de andar com os processos, que eram muitos, contra a empresa.

Como sabiam, foi constituída, no âmbito da Assembleia Municipal, uma comissão eventual para avaliar aquele processo. Teve oportunidade de explicar aos senhores Deputados Municipais em reunião, naturalmente privada, algumas condicionantes relativamente ao que estava ali em causa, achava que não o devia fazer em público, enquanto achar que não era ainda a altura própria para o fazer. Mas teve oportunidade de explicar aos senhores Deputados Municipais, as razões pelas quais ainda não tinha condições para dar passos maiores àqueles que foram dados, no sentido de cumprir com aquilo que era o compromisso que tinha com os setubalenses.

Quanto à questão do trânsito em Setúbal e, a alguns pontos de congestionamento, disse que, naturalmente, que tinham obrigação de estar sempre atentos, porque tinham essa responsabilidade, de algumas situações que não corressem tão bem, em termos dos projetos, em termos das intervenções que faziam no território e, em particular, no que dizia respeito à mobilidade, de repor as situações, de alterar as coisas que corriam menos bem. Mas do seu ponto de vista, a estratégia que tinha sido desenvolvida em termos de mobilidade, na cidade de Setúbal, era uma estratégia que se baseava num plano para o desenvolvimento sustentável da mobilidade, e dos transportes, no Município de Setúbal. Foi um estudo feito por uma empresa da especialidade, que teve consulta pública, e seguiam esse estudo. Portanto, tinham primeiro, antes de haver alterações à essa estratégia, e aquilo que tem sido feito, de ver se havia mesmo razões, que justificassem alterações pontuais.

Relativamente à questão que o senhor Vereador levantou em haver pontos de congestionamento preocupantes, sobretudo nas horas de ponta, disse que em primeiro lugar, como transmitiram, acreditavam que com os transportes públicos a funcionar, de uma forma sustentada e organizada, e em pleno, na cidade de Setúbal, a questão dos carros particulares a circular na cidade, iam reduzir substancialmente. Era uma convicção, iam ver se isso depois se traduziria. Tinha aquela convicção, estava nos estudos, não era nenhuma novidade, naturalmente que os estudos se baseavam também em experiências que aconteciam noutras cidades, o conhecimento fazia-se também das experiências, portanto, sobre isso era a convicção que tinha.

Por outro lado, nos dias anteriores começou a chover, e, naturalmente, quando chovia, todos tinham a tendência, ou a necessidade de utilizar o carro particular, para melhor resolver aquilo que eram as responsabilidades que tínhamos na nossa vida particular, comercial ou profissional. Achava que primeiro tinham de avaliar melhor aquelas situações, para depois puderem, eventualmente, tomar algumas decisões pontuais, onde as coisas precisassem de ser alteradas. Era essa a sua convicção, naquele momento.

O senhor Vereador Vítor Ferreira fez uma nota, um apontamento, a dizer que ele falou sobre a importância de o Governo ter em atenção os professores. Disse que referiu os professores como um exemplo, um exemplo que para eles era muito preocupante, pelas razões que o senhor Vereador acabou por reconhecer, da fragilidade da situação relativamente aos professores, e das consequências que isso tinha no funcionamento das escolas, e no bom aproveitamento das nossas crianças. Isso era uma preocupação maior, mas já tinha falado ali, muitas vezes, sobre a situação dos médicos, por exemplo, que era uma situação que todas as pessoas falavam. Esperavam que, com um novo Ministro e, com novas medidas, que essa situação pudesse ser ultrapassada. Não tinha dúvida nenhuma que havia outras áreas sociais, profissionais, que eram igualmente preocupantes. Pensava que, de uma maneira geral, todas as áreas profissionais eram uma situação muito preocupante, porque viviam naquela crise. Continuavam a ter os salários mais baixos da Europa, a uma grande distância dos outros países europeus, cada vez importavam mais energia e aquilo que consumiam, e em particular bens essenciais, para a nossa vida, e que compravam esses bens, naturalmente na Europa. Portanto, toda a situação social em Portugal, dos trabalhadores em Portugal, era uma situação generalizada, de grande preocupação, naquele sentido.

Deu apenas o exemplo dos professores, porque isso veio num quadro, que tinha também referido, que identificou questões de maior sensibilidade naquela fase, do ponto de vista social, a infância, as famílias que tinham crianças em idade escolar, foram essas as áreas

que identificou. Falou dos professores associando uma área que achava de grande preocupação e de grande sensibilidade, foi por isso que falou dos professores, não quis dizer com isso que não havia outras áreas sociais, e outras áreas profissionais, que não fossem igualmente de grande preocupação. Por exemplo, o caso dos médicos, era uma questão de grande preocupação, tendo em conta a situação da Saúde em Portugal, e dos cuidados, e da falta de profissionais de saúde em Portugal. O Serviço Nacional de Saúde não tinha profissionais, porque eles saíam do Serviço Nacional de Saúde para irem para o privado, porque no privado auferiam rendimentos e condições sociais, muito diferentes, daquelas que tinham no Serviço Nacional de Saúde. Portanto, tratando-se da Saúde, era a primeira questão, a questão central, a Educação seria a segunda, mas a saúde dos portugueses era a primeira grande preocupação.

Disse que não queria que ficasse a ideia que falou dos professores, e que com isso queria dizer que o resto estava tudo bem, não foi isso que quis dizer.

Relativamente aos falsos recibos verdes, já conheciam aquele discurso do Partido Socialista, desde há muito tempo. Explicaram muito bem, as razões por que é que aquela situação aconteceu na Câmara de Setúbal. Certamente não foi só na Câmara de Setúbal. Explicaram muito bem e explicaram dizendo que foi por razões bem justificadas, esteve em causa o apoio às populações, e porque a doença não afetou só os trabalhadores fora da Câmara Municipal, também afetou os trabalhadores da Câmara Municipal, portanto, como a Câmara Municipal tinha de ter meios, ter condições para dar apoio às populações, foi necessário em emergência contratar outros trabalhadores e, repor o quadro de pessoal, naquela fragilidade, e naquela limitação, mas a forma mais imediata de o fazer foi através dos recibos verdes. Explicaram isso várias vezes, mas o Partido Socialista continuava a insistir, porque isso era um filão, do ponto de vista político-partidário que o Partido Socialista encontrou.

Ficou bem claro, em todas as reuniões da câmara, e naquele dia mais uma vez, veio uma proposta a reunião da câmara para regularizar e contratar novos trabalhadores, porque a Câmara Municipal precisava de contratar mais trabalhadores. Infelizmente os concursos iam ficando desertos, essa é que era a realidade, e isso tinha a ver com a crise generalizada em que viviam. Isso também era importante dizer. O Partido Socialista a isso nem sequer levantava questões. E essas questões que viviam da realidade social, política e económica, e os municípios, naturalmente a Câmara de Setúbal também, tinham essa necessidade, de ter trabalhadores qualificados, para dar resposta às populações, aos investidores. Não tinham trabalhadores com formação profissional e técnicos superiores, não tinham, tinham uma grande falta.

Em todas ou quase todas as reuniões da Câmara tem vindo propostas para abrir lugares no quadro, para que esses trabalhadores a recibos verdes pudessem optar por ficar no quadro. Sabiam que havia trabalhadores, e isso, advinha da situação social e remuneratória que se vivia na função pública, e como sabiam, eram obrigados a cumprir as leis, o que estava estabelecido relativamente a remunerações e, quando um técnico superior, se quisesse vir trabalhar para a Câmara Municipal, para aquela ou para qualquer uma das outras, recebia mil euros. No privado, um trabalhador, um técnico qualificado, já com formação, um jovem, encontrava com maior facilidade rendimentos superiores no privado do que tinha ali na Câmara Municipal, portanto, a opção era clara. Isso é que era uma política de rendimentos, naturalmente salarial, que o Governo tinha de avaliar e ponderar muito bem. As pessoas iam a atingir idade da aposentação e iam-se aposentado, era necessário que a Administração Pública continuasse a substituir esses quadros. Entravam numa situação de grande dificuldade, como aquela que aconteceu, por exemplo, na área da saúde. Esse era um dos grandes problemas como já várias vezes ali falaram.

Portanto, abriam os concursos, no sentido de esses trabalhadores, que tinham recibos verdes, pudessem concorrer aos concursos, se quisessem ficar. Sabiam que havia trabalhadores que tinham estado ali, com recibos verdes, mas que não estiveram interessados em integrar a função pública, porque tinham outras opções, e naturalmente que as pessoas eram livres.

Quanto a outras situações, como a senhora Vice-Presidente disse, se calhar o senhor Vereador tinha uma pessoa ou outra identificada, embora não trazendo ali o nome, ou referência, mas a questão que se colocava ali era, para arrumarem aquilo, que ele tivesse conhecimento, não houve nenhum trabalhador que tivesse sido despedido da Câmara Municipal, no âmbito de um processo de recibos verdes, e que esse trabalhador, não tivesse tido oportunidade de poder concorrer aos concursos que foram abertos.

Era a informação que tinha e, considerava ser uma informação com credibilidade, não era qualquer um que vinha ali contar histórias.

Quanto à questão, que também o senhor Vereador levantou, sobre as promessas que ele fez referente à Academia de Dança, disse que o senhor Vereador andava um pouco desinformado, era a melhor coisa que podia dizer, para não dizer outra coisa.

Tinha sido convidado, duas vezes seguidas, uma para ir ver como a Câmara Municipal requalificou as instalações da Academia de Dança, e tinha sido convidado para ir aos 40 anos da Academia de Dança.

Foram feitos elogios à Câmara Municipal, pela Direção da Associação, pela Associação de Pais, relativamente à postura que a Câmara Municipal de Setúbal tinha para encontrar uma solução definitiva, relativamente às instalações da Academia de Dança de Setúbal. Portanto, pedia desculpa, mas o senhor Vereador, não estava atento àquilo que se passava, isso já não era um problema seu. Mas ainda bem que trouxe ali a questão, porque assim teve oportunidade de transmitir, ali, à Câmara aquilo que era feito no que dizia respeito, exatamente, à Academia de Dança. Outras situações, como referiu, que estavam identificadas, tomavam o mesmo caminho, e, ficava, naturalmente, muito feliz, e muito contente, porque a Câmara Municipal conseguia encontrar soluções para resolver problemas de associações, de instituições, que precisavam e queriam desenvolver melhor a sua atividade, e as instalações não o permitiam. E era nisso que trabalhavam. Aquele era o quadro em que trabalhavam, eram os compromissos que tinham com a população, e era isso que iriam continuar a fazer.

Naturalmente que, compreendiam o papel da oposição, de encontrar sempre, aqui ou ali, alguma questão no sentido de fazer oposição, era um papel que tinha de ser reconhecido. Também já tinha muitas vezes na oposição, e sabia que era importante fazerem esse papel. Agora, como o faziam é que de facto às vezes deixava muito a desejar.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que com a intervenção do senhor Presidente, a primeira coisa que ficaram a saber, é que sobre os recursos humanos e o modelo de gestão dos recursos humanos dos últimos anos, que o executivo levou à prática, pouco conhecia. Mas não conhecer no passado, apesar das responsabilidades que tinha, ainda conseguia compreender, não conhecer no presente é que era mais estranho. Certamente que ia junto do senhor Vereador que tinha o pelouro do desporto, brevemente saber o nome da funcionária, porque era assim que tratava as pessoas, os falsos recibos verdes, dispensada da piscina de Azeitão, sobre esse assunto, achava que não era preciso dizer mais nada. Mas também o Covid, que foi um problema grave, ainda existia, obrigou o Município de Setúbal a fazer um conjunto de contratações para ir ao encontro das necessidades e da prestação de auxílio à população de Setúbal. Curiosamente, devia ter havido um aumento de atividade na área do desporto, na área da cultura, na área das bibliotecas, por exemplo, no turismo, aumentou bastante o turismo no tempo do Covid, para terem um número bastante elevado de prestadores de serviços. Portanto, foi uma estratégia, contratar prestadores de serviços em alturas em que não se praticava desporto, infelizmente, para tristeza de todos a cultura estava parada, e o turismo, imaginava como estavam os hotéis na cidade de Setúbal.

Para terminar, ficaram também a saber que sempre que o senhor Presidente era convidado para ir a uma instituição num aniversário, que era o reconhecimento do excelente trabalho prestado pela Câmara Municipal de Setúbal. Pensou ser uma forma cordial do movimento associativo trabalhar com o executivo.

Esteve 18 anos numa instituição de Setúbal, não interessava o nome, tiveram o cuidado, ao longo desses 18 anos, de convidar sempre as forças vivas da cidade ao nível político,

independentemente de concordarem ou discordarem das suas decisões, umas vezes concordavam, outras discordavam, e tiveram forças políticas diferentes. Disse ter a certeza que, a Direção do Coral Luísa Todi, por o convidar, a estar presente no seu aniversário, estava muito satisfeita com o apoio anual de 1.500 euros, que o executivo dava a essa instituição. Não esteve presente, mas ia confirmar porque teve camaradas presentes, que também estavam noutros aniversários, e tinha a certeza com o Presidente da instituição agradeceu o apoio dos 1500 euros.

Sr. Presidente – Disse que não era preciso ir perguntar aos seus camaradas, podia-lhe dizer. No dia anterior esteve no aniversário do Coral Luísa Todi. Era só para que ficasse registado, porque assumiam com frontalidade, com toda a frontalidade, aquilo que faziam, assumiam as responsabilidades e até os erros.

Sobre os trabalhadores, podia-lhe dizer para estar descansado, porque ele também estava. Sobre as instituições, que estivesse descansado, porque ele também estava.

Não dizia que resolvia os problemas todos, nem que resolvia os problemas de todas as pessoas, não era isso que dizia, se era isso que o senhor Vereador queria interpretar. O que dizia era que eles estavam ali, assumiam compromissos, eram responsáveis, enfrentavam as situações, com toda a responsabilidade. Não conseguiam resolver todos os problemas, infelizmente.

Compreendiam o papel da oposição, também esteve muitos anos na oposição, e, sabia que a oposição tinha de fazer o seu papel, se fossem calados não resultava e a democracia não funcionava, compreendiam isso. Quando se era oposição, e isso era fundamental, que se fosse rigoroso e não especulativo, porque quando se era especulativo, mais tarde ou mais cedo a coisa ficava mal na fotografia. Tinha também a responsabilidade de chamar a atenção para isso.

Disse irem passar às saudações, havia várias e uma boa parte deles eram do Partido Socialista.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que indo ao encontro do que tem feito nas últimas reuniões, e como o senhor Presidente disse, tinham várias saudações que se prolongavam no tempo, iam apenas fazer algumas referências, referente a cada uma das saudações.

Em primeiro lugar, quis dar os parabéns pelo aniversário da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, que celebrou no passado dia 19 de outubro o seu 40.º aniversário.

De igual modo deu os parabéns à Associação Portuguesa de Insuficientes Renais – Delegação Regional do Sul, pela passagem do seu 44.º aniversário.

Saudou também o aniversário da Associação de Atletismo de Setúbal, pelo seu 39.º aniversário, celebrado no dia 18 de outubro.

Saudou o aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal, que celebrou o seu 139.º aniversário no dia 19 de outubro, instituição que precisavam bastante.

Também deu os parabéns pelo aniversário do Coral Luísa Todi, que já tinha sido ali falado naquele dia, pelo seu 61.º aniversário, celebrado no passado dia 25 de outubro.

Saudou o aniversário da Escola de Futebol Feminino de Setúbal, que celebrou no passado dia 15 de outubro, o seu 21.º aniversário.

E, por fim, saudou o Outdoor Clube de Setúbal, que no anterior fim de semana, e mais uma vez, e de uma forma impecável, era assim que gostava de dizer porque conhecia a organização, continuavam a organizar, provavelmente, para ele o melhor, mas se não fosse o melhor, um dos melhores *Trail Running de Portugal*. Percebiam as grandes dificuldades que eles derivaram ao que se passava com o fechar dos caminhos, reconheceu a importância do Município de Setúbal no apoio àquela iniciativa, mas aproveitou para dizer que aquele era um bom exemplo da forma como viam, e como aquele executivo deveria no futuro ver alguns eventos considerando estratégicos, porque aquele evento era um daqueles que trazia muitas pessoas a Setúbal, e com outro tipo de apoio, com um melhor apoio, certamente que teria maior capacidade para crescer.

O senhor Vereador Nuno Cruz apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 8 a 14.

*“Saudação
Aniversário da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal*

Fundada em 1982, a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal celebrou o seu 40.º aniversário no dia 19 de outubro.

Tem como objetivo promover o ensino da dança e dar aos alunos a possibilidade de adquirirem a proficiência necessária ao desempenho da profissão de bailarino, tornando-os aptos a competir de igual para igual no mercado internacional, desenvolvendo ao mesmo tempo a sua criatividade.

A Academia de Dança Contemporânea de Setúbal tem sido assim, ao longo dos últimos 40 anos, um importante ator para a promoção do ensino artístico da dança, e para o desenvolvimento cultural e desportivo do concelho de Setúbal. Tem sido e continua a ser o local de formação de bailarinos e bailarinas reconhecidos a nível nacional e internacional.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que de alguma forma contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário da Associação Portuguesa de Insuficientes Renais – Delegação Regional do Sul*

A Associação Portuguesa de Insuficientes Renais – Delegação Regional do Sul, celebrou no dia 16 de outubro o seu 44.º aniversário.

Fundada em 1978, a associação atua em todo o território português, incluindo no concelho de Setúbal, através da Delegação Regional do Sul. A sua atividade tem como objetivos principais a defesa dos direitos e interesses dos doentes renais, através da ajuda moral, física, social e informativa.

Estima-se que em Portugal cerca de 800 mil pessoas são afetadas por Doença Renal Crónica e prevê-se que esta se torne a nível mundial a quinta causa mais comum de morte prematura até 2040, o que torna particularmente importante o trabalho desta associação na sensibilização para a temática, bem como na defesa dos direitos daqueles afetados.

Reconhecendo o seu importante trabalho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a APIR e a Delegação Regional do Sul pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário da Associação de Atletismo de Setúbal*

A Associação de Atletismo de Setúbal celebrou o seu 39.º aniversário no dia 18 de outubro. Fundada em 1983, surgiu de um projeto idealizado ainda em 1979.

Tem como principal objetivo promover a prática e o desenvolvimento do atletismo no distrito de Setúbal, seja através da organização de competições e provas, mas também através da formação de juizes de atletismo, entre outras atividades de cariz competitivo, recreativo e formativo.

O importante papel da Associação de Atletismo de Setúbal para o desenvolvimento do atletismo e suas modalidades no concelho e distrito de Setúbal é claro, tendo esta sido a casa e local de formação de diversos atletas de alto-rendimento, que integraram por diversas vezes a equipa da Federação Portuguesa de Atletismo em competições Mundiais e Jogos Olímpicos.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reconhecendo a importância do movimento associativo para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, saúdam e felicitam a Associação de Atletismo de Setúbal pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal celebrou o seu 139.º aniversário no dia 19 de outubro.

Fundada em 1883, celebra 139 anos de serviço às populações de Setúbal e Azeitão. Um serviço essencial na garantia da segurança e bem-estar da comunidade, seja através das suas operações diárias ou da sua intervenção em situações de incêndio ou acidentes, bem como através de ações de prevenção.

Durante a pandemia de Covid-19, os Bombeiros Voluntários tiveram um importante papel, garantindo transportes urgentes e não urgentes, apoiando na evacuação de instalações sociais, e na operacionalização dos centros de vacinação e testagem.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário Coral Luísa Todi

Fundado em 1961, o Coral Luísa Todi celebrou o seu 61.º aniversário no dia 25 de outubro.

Apresentou-se ao público pela primeira vez em 1963 e desde aí tem desenvolvido, ao longo das décadas, uma intensa e interrupta atividade, em atuações em todo país e no estrangeiro.

Constitui-se enquanto um importante ator para o desenvolvimento cultural do concelho de Setúbal e para o reconhecimento do mesmo. O seu currículo conta com centenas de atuações de Norte a Sul do país, bem como em várias cidades europeias.

Para além do Coral adulto, com o qual iniciou a sua atividade, a diversificação da atividade da instituição levou à criação do Coral Infantil Luísa Todi e do Conservatório de Artes.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Coral Luísa Todi pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aqueles que de alguma forma contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário da Escola de Futebol Feminino de Setúbal

Fundada em 2001, a Escola de Futebol Feminino de Setúbal celebrou o seu 21.º aniversário no dia 15 de outubro.

Ao longo dos últimos anos constituiu-se enquanto um importante ator no desenvolvimento da modalidade, na luta igualdade de género na mesma, dando assim oportunidade às meninas e mulheres do concelho de Setúbal de a praticar.

Na época de 2021/2022 existiam cerca de 8000 praticantes de futebol feminino em Portugal, quatro vezes mais do que há dez anos, sendo que Setúbal, que contou com 670 jogadoras, foi o 5.º distrito com mais atletas federadas.

A modalidade tem sofrido uma evolução significativa no concelho e distrito de Setúbal, bem como em todo o país, algo apenas possível devido à existência de entidades como a Escola de Futebol Feminino de Setúbal.

Neste sentido, reconhecendo a importância do movimento associativo para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, bem como para a promoção da Igualdade, Inclusão e Participação, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Escola de Futebol Feminino de Setúbal pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Outdoor Clube de Setúbal*

O Outdoor Clube de Setúbal organizou mais uma edição da prova Duratrail, que se realizou no passado dia 2 de outubro na Serra da Arrábida.

A décima edição da prova, que integra o circuito nacional de Associação de Trail Running de Portugal, contou com de cerca de 500 participantes.

É um evento que liga o desporto à natureza, com grande potencial atrativo turístico, com a capacidade de se tornar uma referência a nível internacional.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Outdoor Clube de Setúbal pela excelência da organização, que tem feito de Setúbal uma referência nestas competições, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

O senhor Vereador Pedro Pina apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 15.

*“Saudação
João Cruz*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o patinador setubalense João Cruz, que se sagrou campeão europeu de patinagem artística no decorrer da Taça da Europa de Livres e Pares, realizada em Roccaraso, Itália.

O jovem patinador, que representa o Artwheels Clube de Patinagem do Sul, iniciou a sua carreira desportiva no Clube de Patinagem do Sado e confirma com este resultado ser uma promessa para a modalidade.

O resultado obtido por João Cruz é um impulso para o desenvolvimento da modalidade da patinagem artística, em particular, e do desporto, em geral, e dignificam não só o clube que o patinador representa como a cidade de Setúbal.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça os parabéns ao atleta e aos responsáveis técnicos e diretivos do Artwheels - Clube de Patinagem do Sul e renova os votos de sucessos para o seu futuro desportivo”.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que a bancada do Partido Socialista acompanhava a saudação apresentada pela bancada da CDU.

Sr. Presidente – Disse terem uma saudação pelo 139.º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal.

Teve oportunidade de participar naquela sessão do 139.º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal, e quis salientar a importância daquela

associação, e desejar, naturalmente, tudo de melhor, no sentido de poderem continuar a desempenhar o seu papel, tão importante na proteção e socorro, como faziam. E a fazer parte da estrutura Municipal, num conjunto com os Bombeiros Sapadores, e com a Cruz Vermelha Portuguesa, em Setúbal, todos contribuíam para a Proteção e Socorro.

Naturalmente, estavam muito agradecidos, àquele esforço que os Bombeiros Voluntários desenvolvem em Setúbal, e que, naturalmente, a Câmara Municipal continuaria a acompanhar, e a apoiar o desenvolvimento, a formação dos Bombeiros Voluntários, no sentido de eles continuarem, cada vez mais, a ter melhores condições, para desempenharem o seu papel.

Era importante referir que, os Bombeiros Voluntários, em Setúbal, eram também profissionais como os Bombeiros Voluntários que existiam em todos os municípios do país. E que, eram eles, que por esses municípios do país, eram os responsáveis pela proteção e socorro. Eram homens e mulheres, formados na Escola Nacional de Bombeiros, e que, portanto, tinham formação, capacidade para exercer ali em Setúbal as mesmas funções, o mesmo papel, que desenvolviam em outros tantos, municípios do país. E, por isso, era importante deixar ali aquela palavra de saudação pelo esforço e dedicação, aos Bombeiros Voluntários de Setúbal.

O senhor Presidente apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 16.

“Saudação

139.º Aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal

A Câmara Municipal de Setúbal, por ocasião da celebração 139.º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal, assinalado no passado dia 19 de outubro, saúda e felicita todas e todos os que se entregam, com total empenho, a esta nobre causa.

No momento em que assinalamos mais um aniversário desta associação de bombeiros, uma das mais antigas do país e também uma das mais antigas associações do nosso concelho, a cidade e a câmara municipal manifestam o total apreço e admiração que continuam a ter pelos seus soldados da paz.

É no contexto deste apreço que o Município se tem empenhado, permanentemente, no aprofundamento das relações com os Bombeiros Voluntários de Setúbal e com a associação que detém este corpo de bombeiros, em resultado de uma visão integrada do que deve ser a proteção e o socorro no nosso território, valorizando todos os agentes de proteção civil aqui presentes.

Os Bombeiros Voluntários de Setúbal são, sem qualquer dúvida, um dos mais importantes e qualificados agentes de proteção civil que atuam no nosso espaço concelhio com as forças ao seu dispor, integradas por significativo número de bombeiros profissionais dotados da necessária e qualificada formação para desempenhar as missões de proteção e socorro que lhes são atribuídas.

A prestação do socorro continua a ser assegurada com total prontidão e qualidade no nosso concelho também graças ao trabalho e ao esforço destes homens e mulheres. A melhor evidência desta prontidão e qualidade pode ser aferida pela resposta operacional que os corpos de bombeiros do nosso concelho foram capazes de dar no incêndio que assolou terras de Palmela em julho passado, ao impedir que o fogo ganhasse novas proporções no nosso concelho e no auxílio ativo no combate às chamas, noutros incêndios ao longo de todo o país e ainda na resposta à Pandemia, no apoio às populações e no socorro sanitário a quem dele necessitou e continua a necessitar.

A confiança que depositamos nos bombeiros do nosso concelho é atestada, por um lado, pelos avultados investimentos que continuamos a fazer em material de combate às chamas e na formação dos Bombeiros Sapadores e, por outro lado, no reforço das verbas atribuídas aos Bombeiros Voluntários de Setúbal.

Estão em vigor protocolos de colaboração entre a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal e a Câmara Municipal de Setúbal para o funcionamento de um posto de trabalho no Centro Municipal de Operações de Socorro e um outro para apoio a atividades de Proteção Civil e Atividade Operacional de Proteção e Socorro na área da Junta de Freguesia de Azeitão.

Em julho passado, estes valores foram significativamente atualizados, com efeitos retroativos a janeiro de 2022, em proposta aprovada por unanimidade nesta Câmara Municipal. O primeiro protocolo passou de 7.476 euros para 10 mil e 200 euros mensais e o segundo, respeitante a Azeitão, aumentou de 20 mil para 27 mil 300 euros. Anualmente, os serviços prestados por via destes protocolos pela AHBVS ao nosso concelho são, assim, apoiados com verbas no montante global de 450 mil euros, um esforço financeiro apreciável que consideramos absolutamente necessário para assegurar a qualidade do socorro no nosso concelho.

A este esforço há que somar verbas, entre os quatro e meio e os seis milhões de euros anuais, que a autarquia tem investido na sua Companhia de Bombeiros Sapadores para garantir a operacionalidade e prontidão, bem como a permanente modernização do equipamento que está à disposição dos Sapadores.

O socorro está garantido, e bem garantido, em Setúbal por este conjunto de homens e mulheres que prestam serviço nos nossos bombeiros.

Importa, agora, continuar a tudo fazer para que os Bombeiros Voluntários de Setúbal e a associação que os detém possam continuar a cumprir a sua missão de prestar socorro às nossas populações com o máximo de qualidade, honrando a sua já longa história de 139 anos intimamente ligada à evolução da nossa cidade e do concelho”.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de Alexandre Diegues, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 17:

*“Voto de Pesar
Falecimento de Alexandre Diegues*

Alexandre Diegues, nasceu no dia 13 de março de 1946 em Bragança faleceu no passado dia 20 de outubro enquanto exercia o cargo que sempre teve à frente da APACCF – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, onde era sócio n.º 1 e fundador.

Conhecido como Professor Alexandre, tornou-se uma referência no concelho de Setúbal através da sua intervenção comunitária e social.

Durante as décadas de 80 e 90 denunciou a fome, as injustiças sociais e combateu a pobreza e a exclusão social existentes no Bairro do Casal das Figueiras.

Dedicou a sua vida à defesa e afirmação dos valores cívicos, humanos e sociais, ao combate às causas da pobreza, procurando o bem-estar das crianças e das suas famílias. Contribuiu, de forma incontornável, para o desenvolvimento social e para promoção do bem-estar e qualidade de vida no concelho de Setúbal.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família, amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência, sentidas condolências”.

Sr. Presidente – Disse que, também, tinham um voto de pesar ao Professor Alexandre Diegues.

Sr. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de Alexandre Diegues, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 18:


34 / 86

*“Voto de Pesar
Alexandre Diegues*

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento de Alexandre Diegues, Presidente da Direção da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras.

Nasceu em Bragança a 13 de março de 1946, mas foi em Setúbal que o seu trabalho e a sua intervenção comunitária e social sempre se destacaram.

O professor Alexandre, como era tratado e conhecido, faleceu no passado dia 20 de outubro quando exercia o cargo que sempre teve na APACCF, instituição que também fundou e que representou, à época, uma das mais importantes respostas no combate à pobreza, em Setúbal. Continua ainda a ser uma entidade de referência no Concelho pelas respostas educativas, sociais e terapêuticas que mantém e que se mantém estruturantes para o tecido social de Setúbal.

A APACCF é uma instituição de utilidade pública, não governamental, fundada, em 1985, pelos Professores da Escola Básica n.º 9 Casal das Figueiras como resposta a problemas de insucesso escolar e de exclusão social. Desde logo a comunidade escolar diagnosticou que a questão do insucesso provinha dos problemas socioculturais do bairro. Foi na base desta premissa que a Associação surge e com o objetivo de desenvolver atividades que, por um lado, conduzissem à promoção pessoal e cultural das crianças (e jovens) e, por outro, provocassem uma intervenção junto das famílias e população em geral no sentido de contribuir para uma mudança de atitudes e comportamentos, face à educação das crianças.

Alexandre Diegues deixa marca indelével na APACCF, onde sempre defendeu a prática de uma intervenção comunitária implementada em articulação com os parceiros locais e entidades públicas nacionais, e que continua hoje a ser uma prática comum na organização. A relação que manteve com a Câmara Municipal de Setúbal é exemplo mais flagrante dessa prática.

As respostas socioeducativas e os programas que esta associação desenvolve nas diferentes áreas – berçário, creche, jardim de infância, ATL e ludoteca, Cantina Social, Loja Social, Apoio à Família e Comunidade Terapêutica – são reconhecidas pelas instituições e entidades como exemplo na atuação e no apoio aos mais vulneráveis.

O Professor Alexandre foi inovador na abordagem das questões da pobreza e da luta contra este flagelo, persistente e insistente na melhoria das condições de vida e, particularmente, na área educativa e solidária.

Foi um homem apaixonado pela família, pelo trabalho, pela terra e pelo outro! Em 1992, a Câmara Municipal de Setúbal agraciou-o com Medalha de Honra da Cidade, na classe Associativismo.

O Município lamenta profundamente a sua morte e manifesta sentidas condolências à família, aos muitos amigos e toda a equipa de dirigentes e técnicos da APACCF”

O Sr. Presidente propôs e fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Deliberação n.º 3537/2022 – Proposta n.º 30/2022 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do “Projeto do Plano de Gestão dos Riscos e Inundações do Sado e Mira (RH6) – 2.º Ciclo (2022/2027)”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19 a 21.

Sr. Presidente – Disse que foi feita uma avaliação do documento pelos serviços municipais, designadamente, os Serviços Municipais do Gabinete do Planeamento e Divisão de Planeamento Urbanístico, do Departamento de Urbanismo, o Gabinete da Gestão de Infraestruturas de Águas e Saneamento, do Departamento de Obras Municipais e o Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros, que elaboraram um relatório e propuseram no seu final, um parecer desfavorável para aquele plano. Os senhores vereadores tiveram oportunidade de ver o relatório e, no fundamental, o que estava ali em causa, era uma desconformidade entre aquilo que se propunha como área de proteção, ali, no Concelho de Setúbal, área de proteção relativamente às cheias naquele plano, que não correspondia àquilo que eram os estudos. Era preciso dizer que aquele plano era dirigido pela APA - Associação Portuguesa do Ambiente, e que também a mesma APA, deu parecer favorável aos estudos do Plano Diretor Municipal, que estava, como sabiam, em final de revisão e que as duas propostas não eram coincidentes, e por isso, era necessário, conforme o parecer técnico, que a APA esclarecesse aquela diferença, porque, no fundo, era a mesma APA que apresentava uma proposta agora, e que deu um parecer favorável, e até distinguindo o estudo que a Câmara Municipal elaborou, com empresas da especialidade, aquando foi da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Era um parecer técnico e fazia todo o sentido que a Câmara Municipal, naquele âmbito, colocasse a questão para que houvesse esse esclarecimento, em particular naquela questão. Havia um conjunto de outras questões que eram ali identificadas no relatório, mas aquela parecia-lhe aquela mais significativa e que, por isso, concordava com aquele parecer.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 3538/2022 – Proposta n.º 31/2022 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública relativa ao Processo de Licenciamento Único de Ambiente da ampliação da unidade industrial da OMYA, S.A.

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 3539/2022 – Proposta n.º 2535/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 4 - R/C Esq., em setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

Sr. Vereador Fernando Negrão – Solicitou ao senhor Presidente que do ponto 3 da ordem de trabalhos, até ao ponto 104, que dizia respeito ao exercício ou não do direito de preferência, todos aqueles pontos, fossem votados em simultâneo.

Sr. Presidente – Confirmou se o que o senhor Vereador propôs era que das propostas de deliberação 3539/2022 à 3640/2022, pudessem ser votadas em conjunto.
Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista se tinham alguma questão sobre aquele ponto.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que acompanhava aquela proposta, estavam disponíveis para essa votação.

O Sr. Presidente submeteu à votação a deliberação n.º 3539/2022 até à deliberação n.º 3640/2022 da ordem de trabalhos, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 3540/2022 – Proposta n.º 2536/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, Lote 14 – 2.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 25 (ver ponto 3).

5. Deliberação n.º 3541/2022 – Proposta n.º 2537/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Pulido Valente, n.º 5 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 26 (ver ponto 3).

6. Deliberação n.º 3542/2022 – Proposta n.º 2538/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 21 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 27 (ver ponto 3).

7. Deliberação n.º 3543/2022 – Proposta n.º 2539/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 69 a 73, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 28 (ver ponto 3).

8. Deliberação n.º 3544/2022 – Proposta n.º 2540/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Natália Correia, n.ºs 8 e 8A, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 29 (ver ponto 3).

9. Deliberação n.º 3545/2022 – Proposta n.º 2541/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Algodeia - Machadas de Baixo, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 30 (ver ponto 3).

10. Deliberação n.º 3546/2022 – Proposta n.º 2542/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Tortinhas, Casas de Azeitão - Núcleo Poente 2, Lote 48, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31 (ver ponto 3).

11. Deliberação n.º 3547/2022 – Proposta n.º 2543/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Beco Garcia Peres, n.º 10, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 3).

12. Deliberação n.º 3548/2022 – Proposta n.º 2544/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Barreto Gomes, n.ºs 1, 3, 5 e 7 - Duplex R/C e C/V, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 3).

13. Deliberação n.º 3549/2022 – Proposta n.º 2545/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Clérigo, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 3).

14. Deliberação n.º 3550/2022 – Proposta n.º 2546/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tomás Ribeiro, n.º 110 – 2.º E, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 3).

15. Deliberação n.º 3551/2022 – Proposta n.º 2547/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Maria Eusébio, n.ºs 68 e 70, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 3).

16. Deliberação n.º 3552/2022 – Proposta n.º 2548/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Lopes Júnior, n.º 14 - Moradia Sul, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 3).

17. Deliberação n.º 3553/2022 – Proposta n.º 2549/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Rosmaninho, n.º 3 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 3).

18. Deliberação n.º 3554/2022 – Proposta n.º 2550/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 60, 62 a 62C, 64 a 64D, tornejando para a Rua D. Gertrudes Ligeiro, n.ºs 5 e 5A e Rua Diogo Fernandes Pereira, n.ºs 25 e 27–3D-B5, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 3).

19. Deliberação n.º 3555/2022 – Proposta n.º 2551/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.ºs 77 a 85 e Avenida Cinco de Outubro, n.º 27 - R/C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 3).

20. Deliberação n.º 3556/2022 – Proposta n.º 2552/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.ºs 77 a 85 e Avenida Cinco de Outubro, n.º 27 - R/C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 3).

21. Deliberação n.º 3557/2022 – Proposta n.º 2553/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Cosider, n.ºs 2, 4, 6, 8 e 10 - Moradia Dta., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 3).

22. Deliberação n.º 3558/2022 – Proposta n.º 2554/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio da Besuga, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 3).

23. Deliberação n.º 3559/2022 – Proposta n.º 2555/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Montinho da Cotovia, n.ºs 103 e 105, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 3).

24. Deliberação n.º 3560/2022 – Proposta n.º 2556/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 27 – 5.º REC., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 3).

25. Deliberação n.º 3561/2022 – Proposta n.º 2557/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Felisberto Santos, n.º 13, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 3).

26. Deliberação n.º 3562/2022 – Proposta n.º 2558/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 14 - C/V Dta., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 3).

27. Deliberação n.º 3563/2022 – Proposta n.º 2559/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale Ana Gomes, Rua das Tulipas, Lote 136, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 3).

28. Deliberação n.º 3564/2022 – Proposta n.º 2560/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 3).

29. Deliberação n.º 3565/2022 – Proposta n.º 2561/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Aldeia de Irmãos, Rua de São Lourenço, n.ºs 3 e 5 e Rua da Parreira, n.ºs 2 e 4, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 3).

30. Deliberação n.º 3566/2022 – Proposta n.º 2562/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – GAR. C/V Dta., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 3).

31. Deliberação n.º 3567/2022 – Proposta n.º 2563/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso, Lote 20, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 3).

32. Deliberação n.º 3568/2022 – Proposta n.º 2564/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso, Lote 21, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 3).

33. Deliberação n.º 3569/2022 – Proposta n.º 2565/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Cerejeiras ou Monte Belo, Rua da Praceta Afonso Paiva, n.º 2 – 10.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 3).

34. Deliberação n.º 3570/2022 – Proposta n.º 2566/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 138 a 138F - R/C, Loja, n.º 3, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 3).

35. Deliberação n.º 3571/2022 – Proposta n.º 2567/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Lotes 92 e 93 – 1.º Esq., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 3).

36. Deliberação n.º 3572/2022 – Proposta n.º 2568/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 196, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 3).

37. Deliberação n.º 3573/2022 – Proposta n.º 2569/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Rúben de Carvalho, n.º 1 e Rua José Carlos Ferreira, n.º 2 – 2.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 3).



38. Deliberação n.º 3574/2022 – Proposta n.º 2570/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Cerejeiras, Estrada do Alentejo, n.º 9 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 3).

39. Deliberação n.º 3575/2022 – Proposta n.º 2571/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Paulo Barros, n.º 5 – 3.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 3).

40. Deliberação n.º 3576/2022 – Proposta n.º 2572/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 1, 3, 5 e 7 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 3).

41. Deliberação n.º 3577/2022 – Proposta n.º 2573/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Malaca, n.ºs 5, 5A e 5B e Rua de Ormuz, n.ºs 4, 4A e 4B – 3.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 3).

42. Deliberação n.º 3578/2022 – Proposta n.º 2574/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 18 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 3).

43. Deliberação n.º 3579/2022 – Proposta n.º 2575/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização dos Jardins do Sado, Praceta Sociedade Arqueológica Lusitana, Lote 11 – 2.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 3).

44. Deliberação n.º 3580/2022 – Proposta n.º 2576/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 54 – 5.º Centro Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 3).

45. Deliberação n.º 3581/2022 – Proposta n.º 2577/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Jorge Afonso, n.º 10 - R/C ET., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 3).

46. Deliberação n.º 3582/2022 – Proposta n.º 2578/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Cobro, Praça Professora Virgínia Rau, Lote 5 – 9.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 3).

47. Deliberação n.º 3583/2022 – Proposta n.º 2579/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Afonso Costa, n.º 24 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 3).

48. Deliberação n.º 3584/2022 – Proposta n.º 2580/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Montinho da Cotovia, n.º 97, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 3).

49. Deliberação n.º 3585/2022 – Proposta n.º 2581/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 1 – 3.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 3).



- 50. Deliberação n.º 3586/2022 – Proposta n.º 2582/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta José Malhoa, n.º 3 e Praceta Santa Rita Pintor, n.ºs 10, 11 e 12 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 3).

- 51. Deliberação n.º 3587/2022 – Proposta n.º 2583/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.ºs 89, 89A, 91 e 91A - Bloco Nascente, R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 3).

- 52. Deliberação n.º 3588/2022 – Proposta n.º 2584/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Praia da Saúde, n.ºs 11, 11A a 11E, 13, 13A, 13B, 15, 15A a 15H - R/C Loja, n.º 6, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 3).

- 53. Deliberação n.º 3589/2022 – Proposta n.º 2585/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 3 – 6.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 3).

- 54. Deliberação n.º 3590/2022 – Proposta n.º 2586/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de Jorge Afonso, n.º 10 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 3).

- 55. Deliberação n.º 3591/2022 – Proposta n.º 2587/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Moinho, n.º 7 – 2.º D 42, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 3).

56. Deliberação n.º 3592/2022 – Proposta n.º 2588/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Rei Lavrador, n.º 11, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 3).

57. Deliberação n.º 3593/2022 – Proposta n.º 2589/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Bonifácio Lázaro, n.º 2 – 3.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 3).

58. Deliberação n.º 3594/2022 – Proposta n.º 2590/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Poço Mouro, Alto da Guerra, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 3).

59. Deliberação n.º 3595/2022 – Proposta n.º 2591/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 3 – 7.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 3).

60. Deliberação n.º 3596/2022 – Proposta n.º 2592/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal de Bolinhos, Rua Baltazar Guimarães, n.º 10, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 3).

61. Deliberação n.º 3597/2022 – Proposta n.º 2593/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Juventude Azeitonense, Lote 152, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 3).

62. Deliberação n.º 3598/2022 – Proposta n.º 2594/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Professor Hernâni Cidade, n.º 2 – 3.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 3).

63. Deliberação n.º 3599/2022 – Proposta n.º 2595/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 32 - C/V Dta., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 3).

64. Deliberação n.º 3600/2022 – Proposta n.º 2596/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lopo Homem, n.º 4 - R/C C., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 3).

65. Deliberação n.º 3601/2022 – Proposta n.º 2597/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização do Bairro Afonso Costa, Rua São João de Deus, Lote 87 – 2.º A, em Setúbal


A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 3).

66. Deliberação n.º 3602/2022 – Proposta n.º 2598/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Oliveiras, n.º 32, tornejando para a Rua Paulino de Oliveira, n.º 62 – 2.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 3).

67. Deliberação n.º 3603/2022 – Proposta n.º 2599/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Afonso do Paço, n.º 13, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 3).


47 / 86

- 68. Deliberação n.º 3604/2022 – Proposta n.º 2600/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Antigo Olival, n.º 8 e Rua da Figueira Grande, n.ºs 5 e 7 – 3.º B 42, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 3).

- 69. Deliberação n.º 3605/2022 – Proposta n.º 2601/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cova da Onça, Areias - Rua Formosa e Rua Camilo Castelo Branco, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 3).

- 70. Deliberação n.º 3606/2022 – Proposta n.º 2602/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 14, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 3).

- 71. Deliberação n.º 3607/2022 – Proposta n.º 2603/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 156, 158, 160, 162 e 164 – 3.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 3).

- 72. Deliberação n.º 3608/2022 – Proposta n.º 2604/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Padaria, n.º 133, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 3).

- 73. Deliberação n.º 3609/2022 – Proposta n.º 2605/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cidade de Setúbal, n.º 2, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 3).

74. Deliberação n.º 3610/2022 – Proposta n.º 2606/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 39, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 3).

75. Deliberação n.º 3611/2022 – Proposta n.º 2607/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 5.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 3).

76. Deliberação n.º 3612/2022 – Proposta n.º 2608/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Melros, n.º 11, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 3).

77. Deliberação n.º 3613/2022 – Proposta n.º 2609/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 47, 49 e 51, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 3).

78. Deliberação n.º 3614/2022 – Proposta n.º 2610/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Natália Correia, n.º 8 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 3).

79. Deliberação n.º 3615/2022 – Proposta n.º 2611/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta João dos Santos, n.º 3 e Rua Henrique Rosa, n.ºs 24 e 26 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 3).



80. Deliberação n.º 3616/2022 – Proposta n.º 2612/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta dos Vidais, Rua Falcão Machado, Lote 17 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 3).

81. Deliberação n.º 3617/2022 – Proposta n.º 2613/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Fernando vale, n.ºs 12 e 12A, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 3).

82. Deliberação n.º 3618/2022 – Proposta n.º 2614/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bombeiros Voluntários de Setúbal, n.º 40, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 3).

83. Deliberação n.º 3619/2022 – Proposta n.º 2615/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Losano, n.º 15 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 3).

84. Deliberação n.º 3620/2022 – Proposta n.º 2616/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 - R/C C., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 3).

85. Deliberação n.º 3621/2022 – Proposta n.º 2617/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Joaquim Brandão, n.ºs 10, 12 e 14 e Avenida Mariano de Carvalho, n.ºs 23, 23A e 23B – 4.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 3).



86. Deliberação n.º 3622/2022 – Proposta n.º 2618/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Leques, Casas de Azeitão, Núcleo Poente II, Lote 4 – 1.º Bloco 4-A, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 3).

87. Deliberação n.º 3623/2022 – Proposta n.º 2619/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Aldeia Rica, Quinta dos Foios, Lote 47, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 3).

88. Deliberação n.º 3624/2022 – Proposta n.º 2620/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Carlos da Maia, n.ºs 60, 62 e 64, tornejando para a Rua das Oliveiras, n.ºs 1, 3 e 5 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 3).

89. Deliberação n.º 3625/2022 – Proposta n.º 2621/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Óscar Pacheco, n.º 11 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 3).

90. Deliberação n.º 3626/2022 – Proposta n.º 2622/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ocidental do Convento, n.ºs 7 e 7A e Rua da Encosta, n.º 8 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 3).

91. Deliberação n.º 3627/2022 – Proposta n.º 2623/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares, n.º 44 – 6.º andar, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 3).

92. Deliberação n.º 3628/2022 – Proposta n.º 2624/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 359, 361 e 363, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 3).

93. Deliberação n.º 3629/2022 – Proposta n.º 2625/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Principal de Praias do Sado, n.º 114 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 3).

94. Deliberação n.º 3630/2022 – Proposta n.º 2626/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da Independência das Colónias, n.º 30 (Lote B -1) – 8.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 3).

95. Deliberação n.º 3631/2022 – Proposta n.º 2627/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Avelar Brotero, n.º 53 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 3).

96. Deliberação n.º 3632/2022 – Proposta n.º 2628/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Rio da Figueira à Baixa de Brancanes, Lote 6 - R/C Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 3).

97. Deliberação n.º 3633/2022 – Proposta n.º 2629/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, Lote 17 – 3.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 3).

98. Deliberação n.º 3634/2022 – Proposta n.º 2630/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Abel Salazar, n.º 25 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 3).

99. Deliberação n.º 3635/2022 – Proposta n.º 2631/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Armindo Martins, n.º 3 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 3).

100. Deliberação n.º 3636/2022 – Proposta n.º 2632/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Damão, n.º 8 - R/C Dto e R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 3).

101. Deliberação n.º 3637/2022 – Proposta n.º 2633/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Batalha do Viso, n.ºs 119 e 119A - R/C D., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 (ver ponto 3).

102. Deliberação n.º 3638/2022 – Proposta n.º 2634/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal das Figueiras, Lote 288, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123 (ver ponto 3).

103. Deliberação n.º 3639/2022 – Proposta n.º 2635/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vila Nogueira de Azeitão, Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.ºs 25 e 27 - Moradia Esq., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 3).

**104. Deliberação n.º 3640/2022 – Proposta n.º 2636/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida D. João II, n.º 22 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 3).

**105. Deliberação n.º 3641/2022 – Proposta n.º 2637/2022 –
DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º
07/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de auditoria
externa e revisão legal de contas, individuais e consolidadas, para os anos
de 2022 a 2024 – Ratificação da adjudicação**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 126 a 129, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**106. Deliberação n.º 3642/2022 – Proposta n.º 2642/2022 – DAF/DICOR – Imposto
Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2022 a cobrar em 2023 e participação
variável do IRS no ano de 2023 - RETIRADA**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130.

Sr. Presidente – Disse que aquela proposta, vinha no sentido daquilo que tem referido. Entendia, naturalmente, que havia situações sociais, na sociedade setubalense, que requeriam uma maior ponderação por parte da Câmara, no sentido de criar apoios ou incentivos sociais, no sentido de haver menor penalização da crise que se agudizava às camadas sociais mais fragilizadas. Nesse sentido propôs, como referiu no início da reunião, aos partidos políticos para todos poderem dar o seu contributo, no sentido de identificar medidas que pudessem ir nesse sentido. Em junho passado, o Município deliberou aprovar taxas de IMI e de participação variável do IRS, a vigorar em 2023, as quais correspondia uma devolução, no entendimento deles, limitada de rendimento a famílias proprietárias de imóveis ou residentes no concelho de Setúbal.

Aquela proposta que apresentaram, enquadrava-se numa iniciativa, fase aos constrangimentos que viviam, do ponto de vista social e económico, e acentuava os problemas da justiça social também, em que aquela devolução dos rendimentos, no que dizia respeito à comparticipação do IRS e da redução da taxa do IMI, daquela forma pensavam haver condições para uma melhor distribuição na sociedade setubalense daqueles diferenciais, no que dizia respeito ao IMI e ao IRS. E era essa a proposta que ali se fazia. Com aquela proposta das taxas de IRS e de IMI, que ali eram apresentadas, entendiam que havia melhores condições para fazer a distribuição daquele diferencial de verbas, para um leque mais alargado e mais fragilizado da população de Setúbal.

Tudo isso era feito porque consideravam ser necessário continuar a ter um controlo muito apertado da situação financeira das contas do Município, portanto, daquela forma prosseguiam aquilo que era uma sensibilidade que tinham, que todos os partidos manifestaram, concordar com essa sensibilidade, e de poderem, a partir dali, apresentar propostas que iam no sentido de haver uma distribuição de uma forma mais justa, atingindo

camadas sociais mais fragilizadas da sociedade setubalense. Era esse o sentido daquela proposta.

Sr. Vereador Joel Marques – Começou por dizer desconhecem inteiramente quais eram os consensos resultantes da reflexão promovida pelo senhor Presidente, que era mencionada naquela proposta. Até porque não havia, naquela proposta de agravamento do IMI da participação variável no IRS, que a CDU lhes apresentava, naquele dia, face aquilo que foram as propostas aprovadas em junho do corrente ano, não havia uma proposta concreta, uma linha que fosse, no âmbito do apoio social. Conheciam os chavões do preâmbulo da proposta e conheciam, certamente, o argumento, a demagogia que se seguiria, eram aqueles malandros da oposição, que eram uns irresponsáveis e não deixavam que a CDU apoiasse as famílias, se a proposta que ali lhes era trazida, não fosse aprovada.

Naquele contexto, lamentava dizê-lo, mas o argumento que lhes era apresentado de apoio social, parecia-lhes puramente demagógico, porque aquela era uma proposta que representava objetivamente um aumento de quase 2,1 milhões de euros em impostos, sem que fosse apresentada, indicada, ou concretizada qualquer contrapartida concreta, em termos de apoio social. Os aumentos de impostos não apoiavam às famílias, e isso era tão verdade hoje como foi nos anos da Troika, nos tempos de Passos Coelho e Vítor Gaspar. Mas registavam e era importante repeti-lo, que a CDU não concretizava nem propostas, em montantes de apoio, nem sequer aquelas que seriam as linhas orientadoras do orçamento municipal, cuja despesa não se esgotava, como bem sabia, nos apoios sociais. Não fazia, sequer, acompanhar a proposta de uma súmula da execução orçamental de 2022, que lhes permitisse ali conhecer ou que lhes demonstrasse alguma dificuldade na execução da receita prevista no orçamento, ali aprovado, no final de 2021. A única coisa que era atingível e conhecida, era efetivamente a intenção de cobrar, grosso modo, mais de 2,1 milhões de euros, face aos valores que ali aprovaram em junho. A intenção de retirar 2,1 milhões de euros, efetivamente às famílias setubalenses.

Recordou que a prestação de contas 2021, que o senhor Presidente e o seu executivo ali tinham-lhes apresentado, refletiam um acréscimo, de sensivelmente 6,5 milhões de euros na cobrança de impostos. Isso, naturalmente, impostos, contribuições e taxas, face ao ano 2020. Um acréscimo que representava mais de 14,2% de cobranças, de impostos, contribuições e taxas em 2021, face às receitas 2020. A isso somavam-se, naturalmente, alguns milhões já pagos pela empresa concessionária do estacionamento tarifado, no início do contrato, bem como a receita do município que decorria da expansão da zona tarifada que tem ocorrido naquele ano e que iria a continuar a correr como todos bem sabiam. Como o senhor Presidente também bem sabia, representava um acréscimo de receita, face aquilo era a receita passada. Também desconheciam esses valores, porque não existia ainda nenhuma súmula da execução orçamental do ano presente.

Recordou, também, que a proposta de Orçamento de Estado para 2023, previa já um aumento das transferências da administração central para as autarquias. São mais 6,6%, no âmbito da Lei das Finanças Locais, que se somavam também as transferências por via do PRR, e do fundo de financiamento da descentralização.

O que o senhor Presidente ali lhes vinha dizer, com aquela proposta, era que o seu executivo não tinha capacidade de gerir as suas receitas.

O senhor Presidente afirmava, com aquela proposta, que o executivo não conseguia alocar com os meios de que já dispunha para apoiar as camadas mais vulneráveis da população, e que tinha de sobrecarregar de impostos muitas outras famílias que sofriam não só com a inflação, como também com o agravamento das prestações dos seus créditos hipotecários.

A verdade era que as propostas de redução do IMI, da participação variável no IRS, que a oposição ali aprovou, e aprovou num momento e num contexto em que era clara a pressão inflacionista, colocava dinheiro do bolso dos setubalenses, eram 2,1 milhões de euros. Aliás, ainda há poucos dias, ali ao lado, em Palmela, a CDU propôs e aprovou uma redução de IMI da participação variável do IRS. Não só aprovou uma proposta de redução, como também assumiu a intenção, desde já, de reduzir até à taxa mínima no decorrer do presente mandato.

Portanto, o senhor Presidente lhes diria se a CDU de Palmela era irresponsável, ou se a CDU de Palmela não tinha preocupações sociais, nem tinha despesas de âmbito social.

Se em Setúbal, a preocupação da CDU e do seu executivo, fosse mais com o apoio às famílias e menos com a maximização de receita fiscal, o senhor Presidente poderia, ali, ter apresentado uma proposta que diferenciase o IMI que incide sobre os imóveis que eram habitação própria permanente, dos restantes imóveis. À semelhança do que acontecia, por exemplo, em Matosinhos, que tinha uma diferenciação, tinha uma minoração do imposto que incide sobre os imóveis de habitação própria permanente. O senhor Presidente não o fazia, porque o foco, efetivamente, não estava nas pessoas, estava na cobrança de receita fiscal. E essa falta de foco nas pessoas, disse até uma certa falta de empatia política para com as necessidades das famílias, estava, aliás, bem patente na forma como aquele executivo e aquele que o antecedeu, abordava as suas responsabilidades em matéria de política de habitação.

Era importante que falassem das políticas de habitação também, porque quando falavam do aumento do IMI, tinham de assumir de forma muito clara que era maioritariamente sobre a habitação que aquele imposto incidia. Todos sabiam, os dados eram públicos, que sensivelmente 73% das famílias portuguesas viviam em casa própria, numa casa por si adquirida. Nos últimos anos, muitas famílias viram-se condicionadas à compra de casa própria, porque num cenário de juros muito baixos como viveram na última década, a prestação de um crédito era muitas vezes 30%, 40%, 50%, inferior às rendas praticadas no mercado, por um imóvel equivalente.

A senhora Vereadora Rita Carvalho referiu, e bem, numa intervenção com a qual concordavam, que ao longo dos anos, houve uma desregulação, daquilo que era o mercado de arrendamento e a oferta privada de arrendamento. A essas famílias, àquelas que se viram na contingência de ter de adquirir uma casa para residir, que CDU pretendia retirar mais de 2,1 milhões de euros em Setúbal. Das famílias que viviam em casas arrendadas, 35% tinham uma sobrecarga das despesas com habitação em função do seu rendimento. Essa percentagem era um dado de 2017, era provável que presentemente fosse uma percentagem superior à que era em 2017. Eram famílias que precisavam efetivamente de uma resposta que, no âmbito da ação municipal, podia ser dada por via direta, de oferta de habitação, ainda há pouco falaram sobre isso, como alguns municípios fizeram e como constava também da Estratégia Local de Habitação do Município de Setúbal, mas podia também intervir indiretamente no mercado, não apenas através da promoção direta de construção de habitação.

Sabiam que a oferta pública de habitação dependia maioritariamente da sua promoção, mas sabiam também que o Município podia e devia intervir indiretamente na oferta de habitação privada com renda acessível, como por exemplo, minorando ou até mesmo isentando o IMI dos imóveis que fossem alocados ao programa de arrendamento acessível. Como o senhor Presidente, certamente sabia tinham obrigatoriamente uma renda pelo menos 20% inferior aos valores de referência do mercado, ou seja, era aquele programa que permitia às famílias que não tinham uma carência económica, de tal forma vincada, que tivessem que recorrer à renda apoiada para ter habitação, mas que tinham uma sobrecarga bastante assinalável nos seus encargos com habitação por se verem na contingência de ter que recorrer ao mercado, e não terem solução intermédia que o programa de habitação acessível, previa, e promovia.

A proposta que o senhor Presidente ali lhes trazia previa, as mesmas majorações e minorações e iam sendo aplicadas há alguns anos, e que constavam também da proposta que o Partido Socialista ali apresentou em junho, bem como da proposta que o Partido Socialista ali apresentou em outubro de 2021. Mas as majorações, minorações e até isenções incidiam apenas sobre as ARU de Setúbal e Azeitão, e reconhecendo a sua importância, e a importância desses mecanismos na promoção da reabilitação urbana dos territórios, entendiam que era hora de dar àquele instrumento de diferenciação fiscal, um pendor mais social, e esperavam, efetivamente, de uma proposta que apesar de não concretizar fazia ponto de honra o apoio social e a redistribuição, que a diferenciação fiscal fosse um pendor a ter em conta na altura de apresentar as propostas àquela Câmara Municipal.

Em súmula, nem políticas de habitação, nem propostas concretas no âmbito dos apoios sociais, nem linhas orientadoras da construção do orçamento para 2023.

Aquilo que o senhor Presidente ali lhes trazia era apenas a intenção declarada de aumentar em 8,1% a carga fiscal municipal, face aos valores que já foram aprovados em junho de 2022, e para isso, não contasse com o Partido Socialista.

Sr. Presidente – Disse que daquilo tudo o que o senhor Vereador disse, podia tirar duas conclusões. Da grande insensibilidade do Partido Socialista, pela intervenção que o senhor Vereador fez, relativamente à situação muito preocupante, do ponto de vista social e económico, que o nosso país atravessava, e naquilo que lhes dizia respeito, a sociedade setubalense. Era uma grande insensibilidade porque aquilo que propunham era que em vez de serem apenas os proprietários, que tinham maior propriedade, e que por isso, na redução do IMI, tinham um retorno maior. Tinha sido demonstrado já até publicamente, quais eram os valores, isso só corresponderia com algum significado a cerca de 20% da população setubalense, e o que eles propunham, era que esse diferencial fosse mais bem distribuído pela população setubalense, e sobretudo pela população que tinha orçamentos mais fragilizados. Era daí que acentuava o facto da intervenção que o senhor Vereador fez, ser de uma grande insensibilidade social e económica, à situação em que viviam.

Disse ser lamentável que o mesmo partido que representava ali, o Governo, ou o mesmo partido que tinha a responsabilidade governativa que fizesse intervenções daquele tipo ali, na Câmara Municipal de Setúbal.

Lamentava, sinceramente, aquela intervenção.

Para que ficasse claro, aquilo que pretendiam era que essa distribuição do valor que referiu, fosse mais dirigida às camadas sociais com orçamentos mais fragilizados, na nossa sociedade. Era essa a primeira preocupação que tinham. Eram essas as primeiras medidas deles, a orientação que seria feita era a de tomar essas primeiras medidas. Não sabiam o que iria acontecer em janeiro, fevereiro, março ou em abril, lá estariam para irem acompanhar a evolução daquela situação. Naquele momento identificou, quando entreviu na Assembleia Municipal, quais as áreas que considerava de maior sensibilidade. Mantinham essa orientação e, naturalmente, que tinha a ideia dos contributos que vieram de todos os partidos, que estavam muito próximos, muito de acordo, naturalmente que haviam propostas diversas, mas muitas se concentravam naquelas preocupações que salientou.

Portanto, essa era a preocupação e o compromisso deles, de naquele dia, se aquela proposta fosse aprovada, de eles na próxima reunião poderem vir a beneficiar essas camadas mais fragilizadas da nossa população. Era isso que estava ali em causa.

Os munícipes de Setúbal, sobretudo os proprietários, tiveram no ano de 2021 para o ano 2022, um abaixamento significativo, tanto no que dizia respeito ao IRS como relativamente ao IMI.

Portanto, estavam, no fundamental, a considerar, numa visão global e integrada, da nossa sensibilidade relativamente às preocupações da sociedade setubalense, a procurar ir de encontro àquilo que consideravam que era a prioridade das prioridades. Por isso, lamentava muito a insensibilidade da intervenção que o senhor Vereador ali fez.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que na reunião anterior, o Partido Socialista teve oportunidade, ali, de apresentar uma recomendação, elencando diversas propostas no âmbito do apoio social, mas também do apoio às pequenas e médias empresas. No dia anterior tiveram conhecimento de propostas apresentadas pelo PSD, também em conferência de imprensa. Outros partidos teriam apresentado aquelas propostas apenas em reunião privada com o senhor Presidente, o que era um facto, era que a única proposta que conheciam da CDU era uma proposta de aumento de impostos, portanto, quanto a insensibilidade, pensava ficarem conversados.

Sr. Presidente – Disse que lhe faltou dizer que eles faziam uma avaliação global da situação, e naturalmente que era uma questão que ele veio sempre a afirmar, que eles fariam tudo o

que estivesse ao alcance deles para evitar que a situação financeira da Câmara Municipal voltasse aos anos de 2002. Todos sabiam o que isso significou, e o que isso ainda presentemente significa para todos eles e para as famílias setubalenses. Continuavam a pagar um valor substancial pelo contrato de reequilíbrio financeiro obrigados a assinar em 2003. Disso os senhores nunca falavam, recusavam-se sempre a falar disso. Parecia que não tinham nenhuma responsabilidade sobre essa matéria. Não se podiam esquecer daquilo que era mais penalizador para as nossas vidas, para as vidas das nossas famílias, para a capacidade de investimento e de resposta da Câmara Municipal de Setúbal. Era isso que estava ali em causa, e os senhores sabiam muito bem, porque tinham acesso a toda a informação, se não tinham acesso é porque não queriam, à informação publicada e que era todos os meses entregue às entidades que acompanhavam as finanças do Município. E os senhores tinham, igualmente, o acesso, se assim o quiserem, a toda a evolução financeira da Câmara Municipal, e sabiam também, ao longo dos anos, como era a situação financeira da Câmara Municipal, e por isso tudo o que disse voltava a dizer, era de uma grande insensibilidade.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse estar pasmado com aquela intervenção do senhor Vereador Joel Marques, pelas questões que abordou e pela forma como as havia abordado. Achava muito difícil, o Partido Socialista fazer críticas urbanísticas à CDU, quando o urbanismo do Partido Socialista, durante os 20 anos, foi um urbanismo terceiro-mundista, que nos deixou um legado que ainda não conseguiram resolver e iam levar anos a resolver. Em Azeitão, em Setúbal, situações completamente anómalas, situações completamente irregulares, que tentavam resolver, e que faziam bem, resolvendo esse passivo, e faziam bem fazendo novo. Portanto, quando se tratava de urbanismo, achava que até era interessante fazer a história do urbanismo do PS em Setúbal, porque o que tinham em Azeitão, por exemplo, era uma coisa inenarrável, era terceiro mundo. Em Setúbal, tinham situações de bairros, urbanizações, em que tinham terceiro mundo também na conceção das coisas. Inclusive, uma anterior Vereadora daquela Câmara, presentemente com responsabilidades em órgãos centrais, disse numa reunião, que o que tinham ali feito sobre habitação: *“de facto hoje não faríamos assim”*. Mas não era porque à época se faria como tinha sido feito, já naquela época foi mau como foi feito. Portanto, sobre aquele assunto, ponto um, urbanismo, achava que a autoridade que o Partido Socialista, que tinha trazido um urbanismo terceiro-mundista para o nosso concelho, que ainda os amarrava a imensas soluções, achava que deveria ter algum pudor. Segunda questão, a questão do IMI. Achava que a demagogia tinha limites, porque o IMI, e o IRS previu para 2023, uma redução de cerca de 6 milhões de euros, que se mantinha de 2022, era por ano. Mantinha-se esse apoio às famílias. Brincavam com o quê? Ainda por cima era reforçado com o IMI Familiar que aprovaram ali. Portanto, pela via do IMI havia um apoio substantivo e poderoso às famílias do nosso concelho que se mantinha. Ou não se mantinha, questionou. Claro que se mantinha, foi a redução do 0,45 para 0,40, esse apoio mantinha-se em 2023, ou o senhor Vereador tinha-se esquecido, ou não sabia fazer contas, questionou. De repente perdeu a noção das contas. Esse apoio mantinha-se para 2023, era um poderoso apoio que se mantinha. O que dizia é que além desse apoio por essa via, que tinha sido reforçado pelo IMI familiar também, havia outros apoios que era necessário desenvolver. E era isso que discutiam. Foi isso que tinha sido feito na auscultação aos partidos, e era ponderada as soluções apresentadas e propostas, todas elas tinham valores financeiros, foram estudados, e na altura oportuna iriam aparecer essas propostas. O que queria dizer que o senhor Vereador falou antes de tempo. Porque dizia que não havia propostas nenhuma, iam existir propostas, estavam a ser discutidas, apresentaram propostas, o PSD apresentou propostas e eles também tinham propostas. E conversavam e a avaliavam as propostas, para poderem, em tempo oportuno, apresentar essas propostas devidamente valoradas. Portanto, falou antes de tempo, devia esperar um bocadinho mais e aguardar.

Era falso que não houvesse um apoio substantivo com a redução do IMI, naquele concelho, e aquele apoio vinha do ano anterior e continuava no corrente ano, e tinha sido reforçado pelo IMI familiar, portanto, por aí havia um apoio substantivo. Eles entendiam que devia haver, naquele ano específico 2023, outros tipos de apoios. E era nisso que trabalhavam, e como “a manta não estica”, mantinham os apoios que já tinham no IMI, e iam fazer outros apoios. Iam analisá-los, e esses apoios iriam à reunião de Câmara, como era evidente, numa próxima reunião, e iriam discutir esses apoios. Mas tinham de ter condição para discutir apoios, não poderiam discutir apoios que implicavam dinheiro, sem ter a garantia que esse dinheiro ia existir. Se não faziam conversa.

Pensava ser muito importante, que ficasse claro essa matéria. O apoio pela via do IMI às famílias mantinha-se naquele ano, como existiu no ano anterior. Nada de confusões sobre isso. Aquela era a questão que lhe parecia ser a mais relevante.

Por outro lado, não conhecia ninguém, naquele país e no estrangeiro, que considerasse que o IMI era uma peça central de uma política de habitação, ou de uma estratégia de habitação, não conhecia. Nunca ouviu, foi a primeira vez. Mas também os argumentos eram como a pastilha elástica, valia tudo, cada um utilizava os argumentos como entendia, para aquilo que lhe dava jeito. Estudam com alguma atenção as questões da habitação, e não conhecia nenhum especialista, nenhum teórico, fosse com a prática, fosse da investigação que dissesse que o IMI era uma peça central de uma política e de uma estratégia de habitação. Não conhecia.

Portanto, se o senhor conhecia que lhe dissesse, explicasse e entregasse essa documentação, esses estudos científicos que diziam que o IMI era uma peça central de uma política e de uma estratégia de habitação.

Quanto às questões da carta que referiu, já que não tinham carta, há pouco disse, ninguém naquele país tinha carta de habitação, e não tinham porque o Governo não pôs cá fora a regulamentação da carta. E os municípios, decidiram, independentemente da inexistência da regulamentação, independentemente de o Governo não ter feito nada nessa matéria, decidiram elaborar as suas cartas, guiando-se pela lógica básica e dos pontos essenciais, e de referência que a Lei de bases definia. Mas não era assim que estava dito na Lei, estava dito que em x dias, achava que era 90 dias seria regulamentado várias coisas, incluindo um decreto-Lei que definia as Cartas Municipais de Habitação.

Portanto, nem percebia bem como entrava ali, o IMI e a Carta de Habitação. Podiam ter muitos fatores, o IMI até poderia entrar naquela lógica, mas não era, nem de perto, nem de longe, o elemento central daquela matéria. Não era nem nunca foi, bastava olhar a história das políticas de habitação.

O que quis deixar ali retido era que falou antes de tempo, fez demagogia, falou de algo que deveria ter tido algum pudor em falar, e se quisesse discutir isso em profundidade, discutia-se em profundidade que era a questão do urbanismo, e que era demagogia dizer que não havia apoios substantivos poderosos, pela via do IMI. Eram cerca de 6 milhões de IMI e IRS. Era isso que tinham e era esse apoio que as famílias tinham e iam continuar a ter, com o reforço do IMI familiar. Era essa matéria que tinha de ser tida em conta, naquela discussão que ia ter e, calmamente, aguardar que numa próxima reunião pudessem discutir com calma todos, as propostas que todos fizeram, com a respetiva valoração para poderem proteger a população de Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que com toda a franqueza tinham de dizer que durante anos o PSD tinha-se batido pela redução do IMI em Setúbal, aliás, o nosso Município era conhecido por um dos municípios com um IMI mais alto do país. E foi graças ao facto de não haver maioria absoluta que tinham presentemente uma redução substancial naquele imposto que incidia sobre um largo conjunto de setubalenses e azeitonenses.

No entanto, havia ali uma questão, que pensava estar a inquinhar aquele debate. No preâmbulo e nos considerandos daquela proposta, fazia-se referência ao contexto socioeconómico que viviam, que já ali discutiram no período antes da ordem do dia, e como disse, e muito bem, o Dr. Fernando Negrão, o PSD, tal como fez publicamente, iria apresentar

já para a próxima reunião, as suas propostas de medida, no seguimento daquilo que foi também já transmitido ao senhor Presidente, na reunião para a qual foram convocados, como os outros partidos com assento na Assembleia Municipal.

E como tal, pensava que aquela proposta não fazia sentido nenhum ter sido agendada naquele dia, aliás, achava até que era quase a despropósito, e muito sinceramente, se de facto, queriam discutir as coisas com seriedade, achava que aquela proposta devia ser retirada e devia ser discutida, se fosse o caso, no dia em que tivessem todas as propostas, porque também não conheciam as propostas da CDU e apenas tinham conhecimento de uma recomendação que tinha sido ali apresentada pelo PS na reunião anterior.

Portanto, achava terem de se sentar, porque o importante naquela discussão era saber como podiam ajudar de facto as pessoas, naquele momento de dificuldade, e não andarem ali com arremesso, nomeadamente, aquela questão que também era recorrente, de atirarem pedras o PS e a CDU sistematicamente.

Aquele era um assunto que os devia unir, e era por isso que apresentaram, e pensava deverem fazer as coisas assim, de uma forma institucional, apresentaram ao senhor Presidente, na reunião, na passada segunda-feira, tiveram oportunidade, inclusivamente, de dizer-lhe que aquela proposta devia ser retirada naquele dia, e faziam votos que, tanto a CDU, como o PS, apresentassem propostas, tal como eles iriam fazer, para a próxima reunião de Câmara.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Gostaria de deixar algumas anotações referentes à intervenção do Vereador Joel Marques, que, ao contrário do que disse recentemente e do jeito como começou a sua intervenção, ali estava o aproveitamento político sistemático feito pela bancada do PS. Fez uma confusão, misturou argumentos e foi vago nas informações que passou, e não era por falta de conhecimento, era deliberadamente.

Não sabia qual era o projeto que tinha sido aprovado que alterava um projeto de custos controlados para um projeto de comércio e serviços. Deduzia que fosse a Praça de Portugal, mas não era um projeto aprovado, era um terreno cedido a uma cooperativa que, atualmente, não tinha condições de concretizar aquele projeto, como muitos outros lotes que tem disponíveis. Mais uma vez, porque não foram criadas as condições para as cooperativas subsistirem e eles sabiam e essa discussão foi tida no momento.

Sobre a Estratégia Local de Habitação, baralhou, apresentou argumentos completamente descabidos e disse haver uma falta de estratégia. O Município de Setúbal, e isso tem sido reafirmado várias vezes pelo senhor Presidente, e pelo Vereador Carlos Rabaçal, era dos poucos municípios que tinha uma estratégia aprovada, era dos poucos municípios que conseguia concretizar a sua estratégia e, não percebia o nível de argumentação e baralhação, e até juntar depois um argumento que nada tinha a ver com aquele assunto. A Carta Municipal não existia, não existia nem em Setúbal, nem em nenhum município. Não havia legislação para isso porque, mais uma vez, os sucessivos governos, ou naquele caso, o Governo do PS, não o quis legislar. Não quis deliberadamente, tal como não quis criar regras para o mercado de arrendamento.

Portanto, quando questionava o Município de Setúbal, quais eram as regras que eram criadas para o mercado de arrendamento, enfim... questionou porque não criavam regras do ponto de vista nacional, essas, sim, eram necessárias. Estavam ali à volta do assunto, mas estavam com uma falta de seriedade, e com oportunismo político como tinha sido indicado há pouco pela bancada do PS.

Deu mais uma nota relativamente àquela proposta. A alteração do IMI aprovada em junho tinha impactos sobre todos os proprietários, mas como sabiam e, como fizeram essa discussão na altura, tinha impacto sobretudo sobre os grandes proprietários, ou sobre aqueles que tinham imóveis com mais valor. Não tem um impacto sobre os proprietários, que eram a maioria dos proprietários, e podia estar a dizer alguma imprecisão, mas com imóveis até ao valor de 400 mil euros - não tinha informação em concreto sobre isso. E esses impactos estavam na ordem dos 20 euros, na melhor das hipóteses, 20 euros anuais, o que estava ali em causa era que aquelas receitas, que iam beneficiar, de facto, os grandes

proprietários, possam ser devolvidas ao orçamento municipal, para beneficiar a escala dos pequenos proprietários, ou não, com medidas adicionais de apoio à crise ou a situação atual em que viviam.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que ia começar por fazer um esclarecimento àquela última intervenção da senhora Vereadora Rita Carvalho. É que ninguém ali falou em projetos aprovados na Praça de Portugal, falaram na transformação de quase 7 mil metros quadrados de capacidade construtiva, não falaram em projetos aprovados. Aliás, era bom que se lembrassem que aquele terreno, especificamente aquele terreno, que era da cooperativa, e que estaria em processo de transmissão, se é que não foi já transmitido, era um terreno que tinha sido cedido pelo Município, mas que veio à posse do Município através de uma expropriação, com um fim específico.

Portanto, era bom que eles também olhassem para o passado e para o que estava na origem dos projetos, para perceberem de que forma é que eles podiam ou deviam ser alterados.

Ficou efetivamente estupefacto, com a intervenção do senhor Vereador Carlos Rabaçal. O senhor Vereador Carlos Rabaçal vinha ali afirmar que a redução do IMI e da participação variável no IRS, era uma medida de apoio às famílias. Recordou ao senhor Vereador que a CDU e o senhor Vereador votaram contra essa proposta do ano anterior. E recordou que no presente ano, em junho, votaram, novamente, contra uma proposta de redução e, enfim, eram aquelas imprecisões que resultavam de mascar demasiada pastilha elástica, o senhor tentou fazer um balão e ele rebentou, não lhe correu bem.

Reforçou uma questão, que tinha a ver com aquilo que era a redução do IMI. A estimativa deles, e foi com base nessa estimativa, e ela foi ali apresentada e discutida quando apresentaram no ano anterior, a proposta de redução dos 0,43 que já tinham sido aprovados, no anterior mandato, para 0,40, bem como da redução da participação variável no IRS, ali, sim, de 5% para 4%, a estimativa deles apontava para uma redução global na ordem dos três milhões e oitocentos mil euros, não era nem de perto, nem de longe, os 6 milhões de euros ou mais de 6 milhões que o senhor Vereador referiu.

Além disso, deixaram sempre claro que era necessário que houvesse um ajustamento do ponto de vista da receita fiscal e que caminhassem no sentido de ter taxas, quer da participação variável no IRS, quer do IMI mais baixas àquelas que tinham já naquele dia aprovadas, nem sequer falava daquela que naquele dia apresentavam-lhes, falava especificamente sobre aquelas que tinham àquela data aprovadas. E diziam, porque sabiam que apesar da CDU se escudar sistematicamente do contrato de reequilíbrio financeiro, sabiam que, em 2002, as receitas, por exemplo, com os impostos sobre a propriedade não ultrapassariam os 5 milhões ou 6 milhões de euros, e com os executivos CDU ultrapassou, rondou pelo menos os 24 milhões, falavam de uma diferença significativa.

E sabiam também que o contrato de reequilíbrio financeiro que tinha sido feito, entre outras coisas, para regularizar dívidas a fornecedores, mas presentemente tinham dívidas a fornecedores na ordem dos 20 ou 22 milhões de euros, aliás, pensando naquilo que tinha sido a prestação de contas que ali lhes tinha sido apresentada pelo senhor Presidente naquele ano, tinha havido um aumento só nas dívidas a fornecedores, na ordem dos 2 milhões de euros. Isso independentemente, daquilo que tinha sido o contrato de reequilíbrio financeiro, e na sequência daquilo que era a gestão que os senhores vereadores da CDU e que o senhor Presidente entendiam ser uma gestão absolutamente rigorosa e de grande estabilidade. Se existia essa estabilidade financeira, que os senhores entendiam que existia, e que sempre lhes tinham comunicado, os aumentos de receita que o Município iria dispor no próximo ano, bem como alguns ajustes necessários à despesa, certamente que se encontrará, nesse pacote, nesses mais de 100 milhões de euros que ali lhes seriam apresentados até ao final do ano, bem mais de 100 milhões de euros de orçamento, certamente, que se encontraria a folga necessária para encaixar os 2,1 milhões que ali apresentavam de aumento de carga fiscal sobre os setubalenses, para justificar os apoios sociais que não conheciam e que não tinham sido ainda apresentados.

Portanto, entendiam o incómodo do senhor Vereador Carlos Rabaçal com as palavras que ali tinham sido proferidas, mas factos eram factos. Conheciam as propostas do Partido Socialista, no âmbito do apoio social, tinham sido tornadas públicas as propostas do PSD, sabiam que outros partidos poderiam ter apresentado outras propostas em reunião privada, mas da CDU conheciam uma única intenção, que era a intenção de aumentar a carga fiscal, face ao que já estava aprovado, não conheciam uma ideia, uma linha orientadora, uma proposta concreta cuja aplicação se fizesse depender aquele aumento de carga fiscal. Portanto, quanto a isso e quanto á demagogia da argumentação estariam conversados.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a proposta que lhes era apresentada, naquele dia, podia até seguir a prática de outros municípios, e estarem ali a debater a descida do IMI, atendendo viverem um momento difícil para as famílias do ponto de vista económico e financeiro. Contudo, naquele dia, não encontravam ali esse sinal positivo para com as famílias setubalenses, antes pelo contrário, encontraram uma espécie de ajuda em formato negativo que ia penalizar as famílias ainda mais, com a inflação galopante, pelo estacionamento tarifado, entre outras coisas já ali referidas anteriormente pelo Vereador Joel Marques. Ficava-se com a sensação, pela prática daquele Município, de que as famílias que se sacrificavam e trabalhavam para pagar as suas casas eram ricas, quando ter uma casa por si só tinha muitos custos associados. Tinha água, eletricidade, gás, condomínio, tinha a prestação mensal ao banco, tinha impostos, tinha manutenção, *“então vamos continuar a sobrecarregá-las”*.

Na proposta referia que no âmbito, e passou a citar: *“da crise inflacionista iniciada no período pós-pandémica, e agravada com a especulação financeira associada, o Município de Setúbal desenvolve um conjunto de iniciativas, e medidas excecionais de apoio e proteção de famílias, empresas e, demais entidades da economia social”*.

Pretendiam, de forma clara, e objetiva, saber quais as iniciativas e medidas excecionais de apoio e proteção a famílias a que se referia.

Por último, no 6.º parágrafo da proposta era referida uma pretensão de promover uma redistribuição de recursos, e rendimentos para apoiar as famílias e camadas mais vulneráveis para beneficiarem de apoios mitigadores, medidas essas em preparação. Contudo, o conteúdo era muito vago, falando genericamente da infância, famílias com dependentes em idade escolar, famílias que sofriam perdas repentinas de rendimentos, instituições que prestavam apoio à terceira idade, pequenas e médias empresas. Vago e nada de concreto, era quase como assinarem um cheque em branco.

Sr. Presidente – Agradeceu á senhora Vereadora e disse que era uma boa forma de desviar o assunto.

Fariam de tudo para honrar os compromissos que assumiam, achava que não havia razão para pôr em causa as afirmações que fazia sobre essa matéria.

O que a senhora Vereadora considerou de medidas genéricas, de facto, não estavam ali quantificadas, mas já tinha referido que o que estudaram, e essa era uma forma que não era fácil, era saber como fazer chegar essas medidas minimizadoras a cada uma daquelas famílias. Sabiam que a infância, os mais jovens, as crianças em idade escolar eram as famílias com orçamentos mais fragilizados, eram aqueles que precisavam mais de ser ajudados. Não era bastava dizer serem não sei quantos mil euros, não sei quantas centenas de milhares de euros, não, tinham de ser rigorosos sempre.

Quando falavam de dinheiro ali na Câmara Municipal de Setúbal, e quando eram eles a falar disso, tinham de quantificar. Não era como o Partido Socialista, também de uma forma bem-intencionada, apresentou um conjunto de medidas numa recomendação, que todos sabiam que não tinha nenhum efeito prático, mas o Partido Socialista tinha-as apresentado, não estava ali em causa a legitimidade de ter apresentado ou não, tomou a iniciativa política e apresentou essas medidas, mas faltava saber, que impacto económico, financeiro, tinham essas medidas que o Partido Socialista apresentou nas contas municipais. Os senhores não se preocuparam, minimamente, com isso, como era demonstrado ao desviar o assunto para o

lado. Estavam todos de acordo, agora a questão que se colocava ali era que os senhores achavam que a forma de intervir com medidas sociais de benefício das famílias era através da continuada redução do IMI e do IRS, era isso que os senhores entendiam. Eles entendiam que essa redução podia ser feita de outra forma, ou seja, que houvesse outras áreas sociais que não beneficiavam da redução do IMI, porque não o tinham, ou o património que tinham era demasiadamente reduzido, portanto, a redução no IMI não tinha impacto nenhum no seu orçamento familiar, ou maior parte delas como sabiam nem habitação, nem património tinham, e, essas eram excluídas nas vossas medidas e era isso que estava a li em causa. E era preciso que isso ficasse bem claro.

O que o Partido Socialista propunha era que fossem sempre os mesmos a beneficiar. Eles avaliavam e consideravam que as medidas que já tinham sido tomadas em termos de redução do IMI e de IRS beneficiaram determinadas camadas sociais, determinadas famílias. O que eles propunham, era que essa redução, através do IMI, através do IRS, que fosse garantida através de apoios sociais a determinadas famílias que não tinham benefício nenhum com a redução do IMI e do IRS. Era isso que estava ali em causa. Naturalmente que eram opções claras, bem diferenciadas daquelas que era um entendimento que a CDU tinha sobre aquela matéria e aquela que o Partido Socialista tinha. Era preciso que ficasse claro, que havia diferenças significativas. Por isso, trazia ali aquela proposta porque era necessário garantir, como já tinha dito, que a situação financeira da Câmara Municipal não fosse penalizada, quando apresentavam propostas que nem sequer estavam quantificadas, nem sabiam do que falavam, depois quando fossem feitas as contas e fossem tornadas públicas as contas das propostas que apresentaram iam todos perceber do que falavam. Portanto, o Partido Socialista, não teve o cuidado de quantificar as propostas que apresentou ou de saber do que é que falava. Isso não interessava porque quem tinha a responsabilidade da gestão das finanças do Município era a CDU, não era o Partido Socialista, portanto: *“se as coisas correrem mal... se correm mal para a CDU, naturalmente que hão de correr bem para o Partido Socialista”*.

Eles não faziam assim as contas, faziam as contas de uma forma rigorosa, séria, ponderada e, portanto, naturalmente, com efeitos no equilíbrio das contas municipais e na redistribuição possível de rendimento, de receitas, que a Câmara Municipal tinha, dirigidas a camadas sociais mais fragilizadas. Era esse o compromisso, era isso que estava em causa.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que não sabia se aquilo se chamava defesa da honra, não sabia o que se chamava, mas o senhor Presidente tinha acabado de dizer uma coisa que repudiava e a sua bancada naturalmente, porque naquele dia era ele que estava a liderar, ia repudiar também: *“se correm mal para a CDU, naturalmente correm bem para o Partido Socialista”*.

Disse ao senhor Presidente com toda a frontalidade, de quem já se conhecia há muito tempo: *“se correm mal para a CDU, correm mal para o concelho de Setúbal”*, e correndo mal para o concelho de Setúbal, corria mal para todos aqueles que ali estavam eleitos em nome da democracia, pelos cidadãos eleitores do concelho de Setúbal, da Gâmbia a Azeitão. Nunca o ouviria a ele, nem àquela bancada, bater palmas quando alguma coisa corre mal á CDU e, naturalmente, correr mal a todos eles.

Não estavam de acordo. Durante a sua vida política, se tinha falado 30 minutos com o antigo Presidente Mata Cáceres, tinha sido uma sorte, o que deixava claro que não seriam propriamente os dois maiores amigos, tinha estado muitas vezes até em desacordo.

Disse que sistematicamente ao longo daqueles anos tinha ouvido muitos autarcas da CDU, até falarem em vergonha de ser setubalense. Tinha nascido em Setúbal no tempo do Estado Novo, nunca tinha tido vergonha de ser setubalense, nem nunca achou aquela maravilhosa cidade cinzenta. Já tinha passado, como era óbvio, por outros presidentes, Francisco Lobo, vários, mas nunca o ouviriam dizer que tinha vergonha de ser setubalense. E também nunca o ouviriam dizer que tudo o que *“este ou aquele”* tinha feito mal. Nem os ouviriam dizer que tudo o que a anterior Presidente Maria das Dores Meira tinha feito, tinha sido mal. Havia

coisas com que concordavam e outras que não concordavam, o senhor Presidente também estaria a fazer com as quais concordavam mais, outras menos.

Era hábito da CDU crucificar a vergonha, o terceiro mundo, como ainda agora o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha dito sobre a urbanização, pelos vistos a antiga senhora Vereadora Teresa Almeida teria também dito, corroborado, não sabia. O que sabia dizer era que tinha muito orgulho naquelas que tinham sido as 3 piscinas, nas não sabia quantas escolas que se tinham construído, aquilo que eram os não sei quantos parques, e aquilo que tinha sido o avanço da cidade, as infraestruturas de saneamento que tinham sido construídas. Tinham ficado aquém? Ficaram!

A CDU nos últimos 20 anos tinha dado um passo em frente nalguns setores? Com certeza que tinha dado. E era isso que saudava e era exatamente porque saudavam o que era bom e criticavam o que era mau, que nunca os ouviria bater palmas quando a CDU errasse e isso prejudicasse o concelho de Setúbal.

Repudiava, insistiu, aceitava que fizesse críticas, que os chamasse demagógicos, era a vida democrática, fazia parte do debate, agora acusá-los de ficarem satisfeitos com aquilo que prejudicava o nosso concelho, aquilo que prejudicava as nossas gentes, isso pedia imensa desculpa, mas estariam sempre do outro lado dessa afirmação.

Nunca os ouviria bater palmas e pediu que discordando deles politicamente, não tendo eles as mesmas leituras e as mesmas soluções, não lhes colasse aquilo que os tratava no fundo a todos, para quem os ouvia lá em casa, fosse o que estava a dizer, fosse o que estivesse a ouvir, como se fossem gente que não tinham valor, que não tinham dignidade.

Naquela sala estavam pessoas de bem, era assim que encarava, e não queria fazer nenhuma alusão a partidos neofascistas ou protofascistas, estavam ali em nome de uma boa causa, que era a causa da democracia e a causa das gentes de Setúbal.

Portanto, esperava que de futuro, independentemente daquilo que os afastava, que os separava, não precisassem de utilizar aquilo que não fazia sentido.

Ultimamente ouvia, naquela casa, coisas que não estava á espera. Também poderiam exagerar e reconhecia que às vezes podiam estar um bocadinho entusiasmados e ir longe demais, mas aquela tinha sido demais. Não estava ali á procura que a CDU errasse, estava ali á procura que a CDU fizesse melhor.

Sr. Presidente – Disse que já se conheciam a algum tempo e reconhecia que havia determinadas situações ou determinadas palavras que, naturalmente, justificavam a manifestação da indignação como o senhor tinha referido.

Mas a sua questão era que não percebia porque é que tinha ficado indignado.

E disse que ia repetir, para ficar claro o que tinha dito, porque podia não ter percebido bem. O que tinha dito tinha sido: *“os senhores apresentaram propostas que nem tinham a noção, nem tinham a noção da quantificação, nem a preocupação, porque se não, nem as tinham apresentado, mas quando as contas vos forem apresentadas, do significado de algumas das propostas que aqui apresentaram, naturalmente que depois falaremos”*. Era disso que falava. Não falava de outra coisa.

Portanto, quando falava sabia do que falava. Se calhar o senhor não tinha a noção, porque não tinha sido o senhor que tinha apresentado as propostas, dizia ele, alguém tinha feito as propostas e tinha apresentado e o senhor tinha concordado. Admitia que o senhor não tivesse percebido bem o que estava ali em causa, porque sabia do que falava, porque já tinha feito a avaliação das propostas que os senhores tinham apresentado. Sabia do que falava, depois iam ver que o senhor lhe iria dar razão, porque sabia que o senhor era capaz de lhe dar razão. Quando lhes fossem apresentadas contas do significado da quantificação, dos impactos financeiros que estariam nas contas do Município as propostas que os senhores tinham apresentado. Era disso que falava, não era de outra coisa.

Disse estarem sempre disponíveis para encontrar os caminhos, aliás, não poderia ser de outra maneira. Se tomou a iniciativa de solicitar aos vários partidos políticos para virem falar com eles, e para darem os seus contributos para que pudessem, nos meios que podiam ser disponíveis, para que encontrassem os caminhos para beneficiar essas camadas que eles

identificaram de maior sensibilidade nos seus orçamentos, naturalmente que apresentaram ali aquela proposta, foi o caminho que eles entenderam, porque achava que primeiro havia que salvaguardar o equilíbrio das contas do Município, e depois em função disso, havia o compromisso de fazer a distribuição daquelas verbas no valor identificado pelas tais camadas sociais mais fragilizadas, com a atual crise bem identificadas. Aquilo que referiu, em termos genéricos, nenhum dos partidos políticos pôs em causa, as áreas sociais, que identificou como as mais fragilizadas. Não queria dizer que não houvesse outras, e que até dali por três ou quatro meses, houvesse áreas sociais, que atualmente não estavam identificadas, e que pudessem ficar mais fragilizadas. Mas, naquele momento, eram aquelas áreas que identificou, que todos os senhores conheciam, que lhe pareciam as mais sensíveis e, mais fragilizadas, portanto, era nessas que eles apostavam. Por isso aceitavam a proposta que o PSD fazia de retirar aquela proposta, mas disse que aquela proposta iria à próxima reunião da Câmara, no sentido de que ela pudesse ser aprovada para que fosse salvaguardada a situação financeira da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que apesar de o senhor Presidente ter dito que iria tirar a proposta, já tinha pedido a palavra, e, ia manter a sua intervenção, até porque se ia trazê-la no futuro a reunião da Câmara, achava que fazia sentido porque ia ajudar certamente o executivo a trazer uma melhor proposta.

la tentar fazer a sua intervenção de maneira que no fim não fosse chamado de demagogo, porque era habitual. Respeitavam, não o ia ver fazer. Às vezes também não sabia para quem é que se havia de dirigir.

Sr. Presidente – Questionou o senhor Vereador se estava a falar para ele ou para o senhor Vereador, porque ele é que tinha dito que eles eram demagogos a apresentar aquela proposta.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que às vezes quando olhava para ali não era para olhar para o seu colega, mas era para olhar, se calhar, para aquele que gostaria de ser o Presidente do Município de Setúbal, naquele momento o seu assessor.

Não falava daquele que queria muito ser candidato, antes de o senhor ser, mas isso um dia conversariam a beber um cafezinho.

Disse ser muito interessante, estudou um pouco de gestão, não queria dizer que soubesse mais, não sabia mais que o resto dos vereadores ali presentes, mas estudou um bocadinho de gestão e quando falavam de um orçamento falavam de despesa e receita. O senhor Presidente e o seu executivo limitavam-se a discutir a necessidade de aumentar a despesa dos setubalenses, eram 2 milhões e cem mil euros. O senhor Presidente falou desse valor, mas nunca houve uma discussão a respeito de despesas. Lamentavam que o senhor Presidente, naquele dia, não tivesse tido a coragem de apresentar ali as propostas que o PS apresentou para os setubalenses poderem ter conhecimento. Mas eles faziam essa parte. E nem tivesse tido o cuidado de perguntar, a quem esteve presente na reunião, como era possível chegar aquelas propostas sem aumentar os impostos, mas olhando para as gorduras que a Câmara Municipal de Setúbal continuava a ter e que não eram assim tão pequenas. Deu alguns exemplos, e esses exemplos iam ao seguimento daquilo que o executivo poderia fazer até à próxima reunião. Por exemplo, o boletim municipal. Faria sentido num momento de aflição, em que havia fome, dito pelo senhor Presidente, em que havia crianças necessitadas, etc.

Sr. Presidente – Questionou se tinha dito que havia fome.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que havia muitas formas de dizer que havia fome. Questionou o senhor Presidente se ia para casa descansado pensando que o dinheiro que investia no boletim, ninguém sabia. Já ali tinham perguntado - tinha sido mais uma questão que não tinha sido respondida por aquele executivo -, se não faria mais sentido, e não pondo

em causa a questão da comunicação, como já tinham dito no passado existiam muitas formas atualmente de comunicar através das novas tecnologias com os municípios, deixar de ter aquele custo e reverter esse valor para o apoio social.

Disse que também podia dar outra ajuda. Questionou se era necessário o executivo municipal - já sabia qual ia ser a resposta do senhor Presidente, mas não ia dizer qual ia ser para deixar para o senhor Presidente -, andar com viaturas com bancos aquecidos, volantes aquecidos, espelhos aquecidos. Era uma cidade com 280 dias de sol e das cidades mais quentes da Europa, com tanta coisa aquecida, que certamente conseguiria comprar uma viatura, ou alugar, naquele caso uma viatura, que faria o mesmo serviço com metade do valor, mas pronto, o conforto também era importante.

Também poderiam falar de avenças, daquelas que eram verdadeiras avenças, não pelo facto de existir a avença, mas pelos valores. Os setubalenses precisavam de saber que o Município de Setúbal, pagava avenças de 6 mil euros. O senhor Vereador Rabaçal já estava a abanar a cabeça porque por acaso essa pessoa trabalhava para o serviço do senhor Vereador.

Vozes em fundo

Sr. Vereador Nuno Cruz – Questionou se era mentira, disse que depois apresentavam o valor, era fácil.

Portanto, poderiam pensar em baixar um pouco esse tipo de avenças e já conseguiam apoiar as crianças.

Mas também podiam falar de algum tipo de investimento que era feito ou de algumas propostas que iam ali a reunião da Câmara, como a que tinha ido ali naquele dia. Questionou porque é que o senhor Presidente não tirava a proposta sobre a contratualização de uma empresa de segurança, para a Feira de Santiago e para o Parque de Santiago, que tinha de existir evidentemente, porque estava lá património do Município, em que ia aumentar a despesa do erário público, 50 mil euros por ano.

Os vereadores também faziam o trabalho de casa, não era só fazer demagogia, também faziam o trabalho de casa.

A proposta que era trazida, naquele dia, pelo departamento de desporto, cultura, etc., aumentava o erário público em mais 50 mil euros aos contribuintes de Setúbal.

Portanto, tinham ficado ali algumas dicas, algumas soluções, existiam mais, certamente diminuindo aquelas despesas iam chegar ao valor das propostas que tinham apresentado numa reunião e se o senhor Presidente quisesse poderia dizer quais eram.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador o deixava muito triste com a sua intervenção. Disse que a intervenção do senhor Vereador era demagógica e populista. E, não tinha de lhe dizer isso, ainda por cima quando vinha de alguém que representava o partido que estava no governo, que olhasse para dentro, que olhasse para o que se passava na rua, que visse qual era o comportamento dos vários membros do governo, dos seus gabinetes, etc. Era profundamente lamentável. O senhor Vereador tinha acabado por dizer que esperava que não lhe viessem a chamar demagógico, mas com uma intervenção daquelas o que é que queria que lhe fizessem, demagógica e populista, ainda por cima com a responsabilidade que tinha. Ainda se fosse um partido que não estivesse no poder, mas um partido que estava no poder, e já ali tinha dito naquele dia várias vezes, que era necessário, utilizando uma linguagem mais popular: "que o Governo continua a abrir a bolsa", porque de facto a situação o exigia e o senhor ainda se punha ali..., naturalmente que tinha de levar com aquelas designações de demagogia e de populista, para quem tinha as responsabilidades que o senhor tinha enquanto dirigente do Partido Socialista, que era o partido que estava no governo, pediu desculpa, mas não podia deixar de lhe lançar aqueles epítetos.

Disse que a CDU retirava aquela proposta. Aquela proposta voltaria à próxima reunião da Câmara no sentido de que pudessem ter ali outras propostas, como aquela, e poderem tomar decisões que se impunham naquele momento.

**107. Deliberação n.º 3643/2022 – Proposta n.º 2643/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Celebração de contrato de arrendamento - Serviços Municipalizados de
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 131 e 132.

Sr. Presidente – Disse que, como sabiam, já tinha sido aprovada pelos órgãos municipais a constituição dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Agora era necessário dar continuidade às condições para a instalação e bom funcionamento dos Serviços Municipalizados.

A proposta que ali estava era uma proposta de arrendamento de instalações para o funcionamento dos Serviços Municipalizados. A renda mensal tinha o valor de 1.625,00€, durante o primeiro ano de vigência do contrato, passando para 1.500,00€ nos anos seguintes, com uma atualização anual.

Sr. Vereador Paulo Calado – Questionou porque era mais caro no primeiro ano e depois baixava o valor nos anos seguintes, era um bocadinho análogo, costumava ser ao contrário.

Questionou se a ideia era só utilizarem o espaço no primeiro ano e depois os serviços passarem para outro local.

Questionou qual a razão daquela estipulação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquele era um espaço no Edifício Bocage, era um dos dois espaços que iam ter de alugar no Edifício Bocage para colocar os serviços, visto que a dimensão dos serviços não cabia só num dos espaços que lá existiam, no único espaço disponível naquele momento. Aquele era um espaço no terceiro piso, depois havia um espaço no segundo piso que era das Finanças, e que iam ocupar, para fazer a distribuição de toda a área administrativa, financeira e administrativa comercial, o Conselho de Administração também, e toda a estrutura de funcionamento dos serviços centrais dos Serviços Municipalizados. Aquele era um primeiro arrendamento iria aparecer o segundo. Era mais caro no primeiro porque já ocupavam aquilo há mais de um mês e não fizeram, entretanto, alugar, começaram a trabalhar lá, e comprometeram-se com o proprietário que fariam a compensação desse mês, na primeira mensalidade do primeiro ano. E depois seguir-se-ia o valor que estabeleceu como o valor mensal real de 1.500€.

Portanto, era por isso que estava esse valor mais elevado no primeiro e depois, os seguintes eram o valor real do aluguer.

Portanto, no fundo, juntavam no primeiro ano o custo do mês e distribuíam pelos vários meses, porque já estavam de facto a ocupar e a trabalhar ali já há algum tempo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD, e 4 abstenções do PS.

**108. Deliberação n.º 3644/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DRH/DIGAT –
Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho
titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo
indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município
de Setúbal para o ano de 2022, ao abrigo e nos termos do disposto nos
artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP),
aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do
Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133.

Sra. Vice-Presidente – Disse que pediram autorização à Câmara para abertura de procedimento Concursal, na carreira e categoria de Assistente Técnico, num total de 3 postos de trabalho correspondentes à remuneração base de 757,01€, nos termos da Lei. Era aquela autorização que solicitavam para a abertura do procedimento Concursal.

Submetida à votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

109. Deliberação n.º 3645/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

110. Deliberação n.º 3646/2022 – Proposta n.º 2640/2022 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal, para o ano de 2023

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 135 e 136.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tendo em conta as transferências de competências, aquela foi uma das competências que lhes foi atribuída, decidiram continuar com a mesma metodologia que as escolas já tinham. As escolas que possuíam um serviço de limpeza prestado por uma empresa externa decidiram que essa seria a melhor opção e, por isso, solicitaram que fosse aberto um concurso público para a contratação de uma empresa de limpeza para as escolas que não estão agrupadas e os agrupamentos do nosso concelho.

O Sr. Presidente submeteu a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

111. Deliberação n.º 3647/2022 – Proposta n.º 2638/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste Direto n.º 299/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT), para alimentar todas as infraestruturas, equipamentos e instalações integradas nos Serviços Municipalizados de Setúbal, ao abrigo dos Lotes 1, 2 e 3 do Acordo Quadro AQ-ELE-2020, da ESPAP – PAQ n.º 2859/2022/GAVCR

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 137 a 139.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta, visava garantir o fornecimento de energia ao sistema de funcionamento dos Serviços Municipalizados no seu todo, fosse da água, fosse do saneamento e tinha sido construída de acordo com o Acordo Quadro da

entidade de serviços partilhados da Administração Pública que o Governo Central disponibilizava. Pretendia-se adquirir a energia necessária para garantir pelo menos os primeiros 5 meses, para depois poderem voltar a fazer outro tipo de contratação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

112. Deliberação n.º 3648/2022 – Proposta n.º 2639/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste Direto n.º 298/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2022/2023, ao abrigo do Lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2019, da ESPAP – PAQ n.º 2322/2022/DITEM

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 140 a 142, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

113. Deliberação n.º 3649/2022 – Proposta n.º 37/2022 – DOM - Empreitada CP 10/2022/DOM - “EN 10-4 entre KM 15 + 255 e o KM 21 + 072 – Beneficiação” - Aprovação da autorização para adjudicação excepcional acima do preço base e aumento da despesa

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 143 a 147.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a novidade daquela proposta era que numa primeira fase todas as empresas tinham sido rejeitadas, porque tinham valores anormalmente baixos ou acima do valor de base. A legislação atual, no contexto da crise atual, permitia que fosse possível adjudicar a quem tivesse aparecido com valor base acima até 20%, acima de 20% não. Havia 3 empresas que tinham aparecido com valores acima do valor base. Havia uma delas que tinha aparecido com valor abaixo dos 20%.

O que se propunha, tendo em conta o interesse público, a urgência e a necessidade de fazer aquela via e a necessidade de intervir, porque do ponto de vista dos fundos comunitários estavam no limite mesmo da execução da obra, era que se pudesse aprovar aquela adjudicação daquela obra àquela empresa, Estrela do Norte, que ficaria então com a responsabilidade da execução daquela obra, que constava no quadro do concurso e no quadro da informação dos relatórios todos que tinham sido entregues a acompanhar a proposta. Era a única empresa qualificável e entendiam que devia ser adjudicada àquela empresa aquela obra.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

114. Deliberação n.º 3650/2022 – Proposta n.º 38/2022 – DOM – Empreitada “CP 13/2011 – RESET – Modernização e Ampliação do Fórum Municipal Luísa Todi” - Auto de Receção Definitiva – Homologação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 148 e 149.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o que se propunha era a provação do auto de receção definitiva visto que depois de várias receções provisórias, de vários movimentos até de acionamento de garantia bancária, etc. tinha sido feita toda a correção de todos os defeitos da obra e aquela vistoria tinha verificado que havia condições, finalmente, para fazer a receção definitiva.

Propunham a homologação do ato de receção definitivo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

115. Deliberação n.º 3651/2022 – Proposta n.º 39/2022 – DOM – Empreitada CP 34/2016 - “Desenvolvimento das Infraestruturas de Ensino – Setúbal (EB1/JI Arcos, EB1/JI Monte Belo, EB1 Fonte do Lavra, EB1 Pinheirinhos e EB1/JI S. Gabriel” - Libertação da garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 150 e 151, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

116. Deliberação n.º 3652/2022 – Proposta n.º 2641/2022 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 30/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de segurança e vigilância no Parque Santiago, pelo período de 18 meses e na Feira de Santiago, durante a edição de 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 152 a 154, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

117. Deliberação n.º 3653/2022 – Proposta n.º 92/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Outdoor Clube de Setúbal - X Duratrail – Circuito Nacional de Trail

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 155, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

118. Deliberação n.º 3654/2022 – Proposta n.º 93/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas - Taça do Mundo de Damas Clássicas 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 156, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

119. Deliberação n.º 3655/2022 – Proposta n.º 94/2022 – DCDJ/DICUL – Doação de artefactos etnográficos de Possidónio José Felício Chitas

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 157, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

120. Deliberação n.º 3656/2022 – Proposta n.º 95/2022 – DCDJ/DISOC – Banco Alimentar Contra a Fome - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 158, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

121. Deliberação n.º 3657/2022 – Proposta n.º 96/2022 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 159, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Paulo Calado – Propôs que do ponto 122, deliberação 3658/2022, ao ponto 160, deliberação 3696/2022, fosse votado em bloco. Não viam razão para não votar da mesma forma, com exceção do ponto 137, relativo à deliberação 3673/2022.

Sr. Presidente – Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista qual era a posição deles.

Sr. Presidente – Não havendo objeção por parte do Partido Socialista colocou à votação as propostas de deliberação desde o n.º 3658/2022 ao n.º 3696/2022, com exceção da proposta de deliberação n.º 3673/2022.

Colocadas a votação foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

122. Deliberação n.º 3658/2022 – Proposta n.º 760/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação - Processo n.º 290/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 160 (ver ponto 121).

123. Deliberação n.º 3659/2022 – Proposta n.º 761/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 210/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 161 (ver ponto 121).

124. Deliberação n.º 3660/2022 – Proposta n.º 762/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 26/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 162 (ver ponto 121).

125. Deliberação n.º 3661/2022 – Proposta n.º 763/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 544/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 163 (ver ponto 121).

126. Deliberação n.º 3662/2022 – Proposta n.º 764/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 543/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 164 (ver ponto 121).

**127. Deliberação n.º 3663/2022 – Proposta n.º 765/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel, piscina
e muro de vedação - Processo n.º 328/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 165 (ver ponto 121).

**128. Deliberação n.º 3664/2022 – Proposta n.º 766/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de 4 moradias, 4 garagens, 4 piscinas
e muro de vedação -Processo n.º 334/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 166 (ver ponto 121).

**129. Deliberação n.º 3665/2022 – Proposta n.º 767/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de garagem, alpendre e muro de
vedação - Processo n.º 249/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 167 (ver ponto 121).

**130. Deliberação n.º 3666/2022 – Proposta n.º 768/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação -
Processo n.º 177/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 168 (ver ponto 121).

**131. Deliberação n.º 3667/2022 – Proposta n.º 769/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação -
Processo n.º 128/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 169 (ver ponto 121).

**132. Deliberação n.º 3668/2022 – Proposta n.º 770/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia - Processo
n.º 368/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 170 (ver ponto 121).

**133. Deliberação n.º 3669/2022 – Proposta n.º 771/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em
moradia - Processo n.º 239/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 171 (ver ponto 121).

**134. Deliberação n.º 3670/2022 – Proposta n.º 772/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de alteração de moradia e construção
de abrigo automóvel, piscina e muro de vedação - Processo n.º 68/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 172 (ver ponto 121).

**135. Deliberação n.º 3671/2022 – Proposta n.º 773/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de alterações a moradia e construção
de piscina - Processo n.º 730/18**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 173 (ver ponto 121).

**136. Deliberação n.º 3672/2022 – Proposta n.º 774/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura, ampliação da implantação do edifício
- Processo n.º 316/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 174 (ver ponto 121).

**137. Deliberação n.º 3673/2022 – Proposta n.º 775/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de ampliação de unidade de
supermercado “Pingo Doce” - Processo n.º 403/06**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 175.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que a questão que tinham era se naquela ampliação também estava prevista a ampliação do parque de estacionamento, dos lugares de estacionamento, de acordo com o PDM.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que estava previsto o aumento da captação nos termos do aumento da área construída, aliás, o número de lugares existente já seria superior àquilo que era a captação exigível.

Sr. Presidente – Disse que havia até uma área para instalar uma bomba de combustível.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que estava previsto no projeto inicial que não tinha sido concretizado.

Vozes em fundo

Sr. Presidente – Disse que havia espaço suficiente para aquela questão do estacionamento.

Vozes em fundo

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**138. Deliberação n.º 3674/2022 – Proposta n.º 776/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de construção de
parque de estacionamento - Processo n.º 250/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 176 (ver ponto 121).

**139. Deliberação n.º 3675/2022 – Proposta n.º 777/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura para obras de demolição total de um
edifício, com vista à construção de uma moradia unifamiliar, com 2 pisos -
Processo n.º 227/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 177 (ver ponto 121).

**140. Deliberação n.º 3676/2022 – Proposta n.º 778/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção de moradia, abrigo automóvel,
piscina e muros de vedação - Processo n.º 56/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 178 (ver ponto 121).

**141. Deliberação n.º 3677/2022 – Proposta n.º 779/2022 – DURB/DIGU –
Concessão da licença de construção de moradia térrea, abrigo automóvel,
piscina e muro de vedação - Processo n.º 57/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 179 (ver ponto 121).

**142. Deliberação n.º 3678/2022 – Proposta n.º 780/2022 – DURB/DIGU –
Indeferimento do pedido de licença de obras de reconstrução e alteração
em imóvel em vias de classificação - Processo n.º 167/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 180 (ver ponto 121).

143. Deliberação n.º 3679/2022 – Proposta n.º 781/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 35/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 181 (ver ponto 121).

144. Deliberação n.º 3680/2022 – Proposta n.º 782/2022 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de edifício de habitação coletiva, legalização de moradia e de apoios agrícolas, tanque e ocupação do solo - Processo n.º 28/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 182 (ver ponto 121).

145. Deliberação n.º 3681/2022 – Proposta n.º 783/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de informação prévia para instalação de central de produção de hidrogénio verde - Processo n.º 25/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 183 (ver ponto 121).

146. Deliberação n.º 3682/2022 – Proposta n.º 784/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações e ampliação do edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º 73/22


A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 184 (ver ponto 121).

147. Deliberação n.º 3683/2022 – Proposta n.º 785/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º 545/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 185 (ver ponto 121).

148. Deliberação n.º 3684/2022 – Proposta n.º 786/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 956/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 186 (ver ponto 121).

 76 / 86

**149. Deliberação n.º 3685/2022 – Proposta n.º 787/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício
habitacional - Processo n.º 364/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 187 (ver ponto 121).

**150. Deliberação n.º 3686/2022 – Proposta n.º 788/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de ampliação, alteração, com
alteração de utilização de fração para habitação - Processo n.º 85/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 188 (ver ponto 121).

**151. Deliberação n.º 3687/2022 – Proposta n.º 789/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de ampliação e alteração de edifício
habitacional - Processo n.º 116/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 189 (ver ponto 121).

**152. Deliberação n.º 3688/2022 – Proposta n.º 790/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício
habitacional - Processo n.º 28/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 190 (ver ponto 121).

**153. Deliberação n.º 3689/2022 – Proposta n.º 791/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional -
Processo n.º 290/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 191 (ver ponto 121).

**154. Deliberação n.º 3690/2022 – Proposta n.º 792/2022 – DURB/GAPRU –
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 21/18**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 192 (ver ponto 121).

155. Deliberação n.º 3691/2022 – Proposta n.º 793/2022 – DURB/GAPRU – Pedido de informação prévia sobre viabilidade de reconstrução e alteração de edifício existente e construção de um novo edifício - Processo n.º 59/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 193 (ver ponto 121).

156. Deliberação n.º 3692/2022 – Proposta n.º 794/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 120/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 194 e 195 (ver ponto 121).

157. Deliberação n.º 3693/2022 – Proposta n.º 795/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 133/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 196 e 197 (ver ponto 121).

158. Deliberação n.º 3694/2022 – Proposta n.º 796/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 152/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 198 e 199 (ver ponto 121).

159. Deliberação n.º 3695/2022 – Proposta n.º 797/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 153/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 200 e 201 (ver ponto 121).

160. Deliberação n.º 3696/2022 – Proposta n.º 798/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 164/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 202 e 203n (ver ponto 121).

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Marta Matioli – Disse ser com um sabor agri-doce que estava ali naquele dia. Por um lado, pelo privilégio em poder ali ir, e por outro, estava triste por ter de optar por aquela via de participação pública no nosso sistema democrático. Tinha ali ido porque a qualidade de vida de quem vivia em Setúbal diminuía, e a causa não era sempre uma crise externa.

Lamentava, mas tinha de trazer, mais uma vez, o assunto dos transportes, porque estavam a dias de completar 6 meses, daquele novo serviço, e ainda não constatavam as vantagens de terem mudado, pelo contrário.

Fez outro reparo, disse que aproximadamente há 10 meses, começaram a ter falhas graves na TST. Havia motoristas, mas não havia autocarros decentes. Portanto, os setubalenses iam quase para um ano num serviço de transporte público, que não era aquilo que devia ser. Portanto, a incerteza regia o dia a dia de quem tinha de apanhar um transporte público. Dirigiu-se ao senhor Vereador Fernando Negrão, e disse lamentar informar que continuava a afetar, portanto, não era um problema do passado, melhorou um bocadinho, mas não estava resolvido.

Na semana anterior, repararam na comunidade onde vivia, na Camarinha, e todas as pessoas comentaram que, realmente, havia mais autocarros, mas chegado o fim de semana não houve nenhum serviço. Sábado à tarde inteiro, ainda por cima com chuva, domingo à tarde inteiro. Quem se quis deslocar não teve hipótese, uma senhora que conhecia ficou duas horas e meia, numa paragem à espera do autocarro. Havia casos de pessoas que já tinham desistido de usar os transportes públicos, como o seu filho. O seu filho mais velho ia a pé da Camarinha até à Escola Superior de Turismo, de fato e gravata. Como era ensino profissional não podia chegar atrasado, porque se chegasse atrasado depois tinha que compensar.

Portanto, perante a indecisão, preferia ir a pé. No dia anterior apanhou a sua primeira molha. Mesmo que dali para a frente o serviço melhorasse, notou que ainda não havia visto uma linha nova que preenchesse a necessidade, por exemplo, fazer a ligação Camarinha / Monte Belo e Bela Vista, por exemplo, à zona dos *ferry-boats* que era onde estava a Escola Superior de Turismo, e aonde iam muitos estudantes diariamente.

Em relação ao seu filho do meio, já tinha havido vários dias que teve de fazer 6 quilómetros para ir à escola e, a sua prática desportiva. E a sua filha mais nova, que ainda não tinha 2 anos, já esperou mais tempo em paragens de autocarro do que, se calhar, muitas pessoas ali em toda a sua vida.

Também a preocupava a ligação da zona da Camarinha / Monte Belo e Bela Vista, ao Estádio do Vitória de Setúbal, onde muitas crianças faziam a sua prática desportiva.

Nos dois planos, não havia ligação entre as zonas. Todos os autocarros que vinham da Camarinha, do Monte Belo, e da Bela Vista, chegavam ao pé do ITS e iam todos pela mesma rua, do lado esquerdo, relativamente ao edifício camarário que lá estava, e nenhum autocarro ia pela Praça do Brasil, conseguindo fazer ligação à parte de cima do Parque do Bonfim.

O senhor Presidente sabia bem, porque fez as sessões públicas, que havia até pessoas que não tinham como se deslocar, como idosos para ir a centros de saúde, ou mesmo quem tinha de apanhar os primeiros comboios da madrugada tinha que ir a pé da sua casa, muitas vezes até ao ITS, porque ainda não tinham a expansão do serviço.

O Município dizia haver meses que falava com a empresa, mas só em setembro é que fez um ultimato. Nessa altura organizou as sessões públicas, e uma das questões que foi falada, nessas sessões públicas, esteve na sessão pública da Freguesia de São Sebastião, foi a questão do tarifário de bordo, porque havia pessoas que quando compravam o bilhete a bordo, para vir da Camarinha até ao Centro de Setúbal, ou só para andar 500 metros pagavam 2,60€. E o senhor Presidente disse que isso realmente era um erro do tarifário de bordo, e que já envidaram esforços para resolver isso. Mas já tinha passado um mês e ainda não viu essa atualização.

Outra questão que também não dependia de motoristas, nem de autocarros, era a colocação de relógios. Pelo que foi informada estaria previsto haver relógios com a previsão da chegada do autocarro, ainda não viram nada. Achava que isso não dependia do motorista, portanto, poderia ser implementado pela empresa, e ao menos as pessoas quando chegavam à paragem já podiam decidir se esperavam ou não.

Questionou se já havia uma calendarização da resolução daquela situação, pelo menos para o pior cenário, se calhar em 2025 aquilo já estaria resolvido, porque não tinham nenhuma previsão, era uma indefinição total.

O descrédito pelo uso do transporte público era crescente, se não fosse a crise económica já todas as pessoas andavam de carro diariamente, complicando ainda mais o problema do trânsito, como foi ali falado.

Toda aquela situação era muito grave, e via ali atirarem culpas uns para os outros, ou responsabilidades, mas ao fim ao cabo até àquele dia não sabiam quem é que devia ser responsabilizado. Inclusivamente, nem conseguiam consultar os cadernos de encargos e contratos, porque no Portal Base.Gov também não estavam disponíveis, o que era estranho.

O sentimento que ficava em Portugal era que a justiça não era feita, e isso era triste e afetava os processos democráticos de maneiras que não eram positivas para o interesse público, e dos cidadãos.

Tinha-se falado ali de compensações, e de como iam compensar os setubalenses de tudo aquilo. Propôs uma solução muito simples, poupava tempo em burocracia, e todas as pessoas usufruíam, e ninguém iria ficar aborrecido, era serviço gratuito pelo tempo em que o mesmo não tinha sido providenciado nos termos em que foram contratualizados. Seria bem simples, não se perdia mais tempo, estava a decisão tomada e tinha a certeza de que nenhum setubalense se oporia àquela forma de compensação.

Para terminar o assunto dos transportes, que infelizmente não ia terminar ali de certeza, falou também do espaço público e a propósito de alguns acidentes com mortes no perímetro urbano, chamou à atenção que na zona da Camarinha não havia praticamente uma passadeira visível. A Avenida do Alentejo, entre o Hiper China e o Burger King precisava de uma passadeira a meio, porque senão tinham de ir às pontas, e ali os carros iam a alta velocidade e não dava para atravessar, era uma extensão enorme, havia muita gente que utilizava aquela avenida para atravessar e para fazer as suas deslocações a pé.

Há meses atrás colocou uma questão à senhora Vereadora Rita Carvalho, sobre se um terreno ao pé do Jardim do Monte Belo, se era ou não espaço público, era um terreno que ficava junto à Avenida do Alentejo, que a ser espaço público gostaria de saber se o que estava preconizado para essa área, uma vez que essa área era uma área muito interessante para arborizar e para criar uma área verde naquela zona de Setúbal, até porque muitas vezes, o jardim do Monte Belo ficava a abarrotar no verão, e não tinha nenhuma sombra. Portanto, podia-se criar ali uma dinâmica entre esses dois espaços.

Independentemente de quem tinha razão, questionou quem ia compensar os setubalenses da perda de espaço público do Parque da Comenda, situação que era completamente surreal, mas isso já todos sabiam. Era um espaço utilizado ao longo de todo o ano, um espaço de excelência acessível a muitos. Isso somado a tudo o que se passava em troia, que também foi ali levantado, perguntou onde iam usufruir do nosso ambiente, em particular das praias, ou de outros locais tradicionalmente utilizados pela população.

Quando veio estudar para Setúbal com 11 anos, porque era lisboeta, ia a Troia muitas vezes por cem escudos no ferry, naquele momento o preço praticado era uma coisa que dá um resultado que viam. Quem usava o ferry dos passageiros no verão eram os turistas de vinham de Lisboa, porque a Costa da Caparica já estava tão cheia que eles usavam aquele ferry porque tinham dinheiro para pagar os 8€ para fazer uma viagem de 20 minutos. Os setubalenses, mais uma vez, naquele ano, tiveram de lidar com o transporte para as praias, da maneira como foi. No seu caso naquele ano nem saiu de Albarquel, porque várias vezes teve de vir de Albarquel a pé para a Camarinha, com a sua filha de 1 ano ao colo, nem se tinha arriscado a ir mais longe.

Questionou que esforços eram feitos para melhorar a qualidade do ar no concelho de Setúbal, que já era bastante afetado pela indústria de produção de pasta de papel, e também das pedreiras que existiam no Parque Natural da Arrábida. E essa situação iria ser agravada pelos impactos das alterações climáticas e, pensava que isso era um tema que devia começar a ser discutido, e ver que estratégias e que futuro é que queriam para Setúbal, para os setubalenses e para a saúde dos setubalenses.

Relativamente aos bio resíduos, pensava dever ser feito um investimento na sensibilização porta a porta. Na sua rua, só duas famílias utilizavam o compostor que lá estava, ela e a sua vizinha do rés-de-chão. Podia dizer que naquele momento compreendia que não fossem

recolher o resíduo, porque não compensava, eram só duas casas a colocar num saco enorme, mas naquele momento, como abriam a tampa, tinham de se afastar, porque aquilo ficava cheio de moscas, porque os resíduos já lá estavam sabia-se lá há quanto tempo, portanto, achava que a comunicação como tinha sido feita, deixar um panfleto, não foi eficaz. Era um caminho que a preocupava, onde achava haver necessidade de investir, no aproveitamento daqueles biorresíduos. Achava que só poderia ser feito de porta a porta, a explicar às pessoas, a falar com as pessoas, e não a por um papel na sua caixa do correio que iam a algum lado.

Terminou com o assunto do Supera, e questionou se sabiam que se fizesse uma assinatura no Supera em Lisboa, que era mais barato do que o Supera em Setúbal. Fazia alguma estranheza, porque achava que quase de certeza a Câmara de Lisboa não tinha cedido terreno nenhum, ou não fez nenhum tipo de acordo e, como era possível em Lisboa ser um preço e em Setúbal, com um apoio camarário, sendo um investimento de alguma forma com o apoio do Município, como podia ficar mais caro.

Sr. Presidente – Disse que, em primeiro lugar, agradecia a vinda e a participação da senhora Marta Matioli.

Disse ser muito importante que os municípios participassem e que expressassem as suas preocupações, naquele caso na Câmara Municipal, havia quem o fizesse na Assembleia Municipal, era muito importante do seu ponto de vista, que os municípios tomassem essa iniciativa. Naturalmente que sabiam nem todas as pessoas tinham as condições para vir nos horários de funcionamento, e às vezes ficar a esperar para poderem intervir.

Relativamente aos temas que colocou, estavam todos muito inter-relacionados.

Quando falavam dos transportes públicos, e lembrava-se da sua intervenção na sessão pública que houve, e das questões que colocou, no fundo, e no seu entender, a situação permanecia praticamente na mesma. Essa informação era importante. Era importante saberem como os municípios, nos seus sítios, olhavam para aquela situação.

Como disse no início da reunião, como informação que achava importante trazer ali à Câmara Municipal, era que, de facto, foram informados de que houve um reforço de 20 motoristas, era uma informação do dia anterior, numa reunião técnica que houve com a Câmara Municipal, portanto, tinha a ideia, também, de algumas conversas que teve com alguns municípios, de que alguns serviços teriam melhorado. Mas 20 motoristas não era suficiente para pôr o sistema a funcionar. O que lhes tinha sido dito numa reunião que tiveram com eles, há uns dias, era que garantiam, naquela altura, que a partir do dia 2 de novembro que o sistema estaria a funcionar, não era em pleno, porque isso não acreditava, mas estaria a funcionar já com uma grande capacidade. Por isso, pediu para se marcar uma reunião para o dia 31, porque se no dia 2 davam essa garantia, o dia 1 era feriado, saber se efetivamente conseguiram atingir esses objetivos, e no dia 31 certamente que iriam ter condições para prestar informações mais concretas sobre essa proposta para o dia 2.

A informação que trouxe ali, era que era uma situação que se arrastava há quase dois meses, a da contratação dos motoristas em Cabo Verde, a empresa tinha-lhes dito que contratou quase 60 motoristas, mas havia o problema dos vistos. A informação que trazia, e essa informação não vinha só através da empresa, vinha também com novos contactos que a TML tinha, e que fazia junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, portanto, os 60 motoristas presentemente tinham o visto. Sabiam que não era fácil 60 pessoas virem nos aviões de Cabo Verde para ali, porque tinha muito movimento, e era preciso 3 ou 4 dias, para virem os 60 motoristas. O que lhes disseram, era que quando chegassem, ao final de uma semana, estavam em condições de entrarem no funcionamento dos autocarros. Essas eram boas notícias, no meio da situação em que viviam, que era dramática, e sobre isso estavam todos de acordo, e da parte deles, tem feito tudo, e não podia deixar de manifestar sempre o seu regozijo pela forma como muitas pessoas de Setúbal, de Azeitão das Praias do Sado, e da Gâmbia, se manifestaram e vieram ali, mesmo sem transportes e, muita gente, centenas de pessoas estiveram naquela concentração, e naquela manifestação, e ele, ao contrário de eventualmente de outras pessoas, entendia que aquela pressão pública sobre a empresa

fazia com que a empresa fosse mais célere a tomar decisões e a tomar medidas. Portanto, era uma boa notícia, no meio da situação que viviam. Iam ver, no dia 31, quais eram as garantias que lhes davam, naturalmente que depois ficariam a verificar, no dia 2 de novembro, como as coisas iam acontecer, se de facto havia uma melhoria, um passo mais em frente, no sentido da prestação dos serviços, dar mais garantia às pessoas que iam para a paragem, e nunca sabiam se o autocarro vinha. Era tudo isso que esperavam.

Mas a senhora Marta disse algo muito importante também, que às vezes não se falava, porque estavam sempre à procura das coisas que eram mais prementes, e o caso dos motoristas era mais premente. Tinham autocarros, que estavam parados, e as pessoas não tinham autocarro para se deslocar, havia o problema dos motoristas, e foi sempre essa questão que se salientou mais, mas teve oportunidade de dizer nas sessões públicas, que não era só o problema dos motoristas. A empresa não cumpria, conforme o caderno de encargos, com o contrato, em muitas matérias, e aquela que referiu, da falta de informação, e designadamente da utilização de novas tecnologias, que estavam no contrato, andavam na cidade e viam, as paragens de autocarros não tinham essa informação. O caderno de encargos tinha lá escrito quando é que a empresa tinha de pôr toda essa informação às populações, para saberem quais eram os horários dos autocarros, etc., e essa informação, como também referiu, que salientaram sempre quando foi a apresentação do sistema, quer era de uma pessoa estar numa paragem, e saber que o autocarro levava 3, 4 minutos a chegar. Atualmente isso era uma informação muito importante.

Era tudo isso, não era só a falta dos motoristas, havia toda uma falta de organização da própria empresa. Era muito importante salientar isso.

Relativamente às questões que levantou sobre os circuitos dos autocarros, disse que naquele momento estavam fundamentalmente preocupados com aquilo que estava contratualizado poder ser cumprido, mas, e isso também estava assumido entre as partes, que podiam ir sempre adaptando o modelo, por isso, as questões que levantou, quando se dizia haver determinada zona da cidade uma carreira que fazia todo o sentido acontecer para ligar um ponto a outro ponto, não sabia se já tinha falado com a senhora Vereadora sobre isso, agradecia que num dia que tivesse oportunidade de ir falar com a senhora Vereadora, ou com os técnicos, que acompanhavam aquele processo, no sentido de manifestar essa sua preocupação, e como via a necessidade de haver um determinado circuito que pudesse servir melhor as pessoas. Isso eram coisas que depois haveriam de ir a adaptar, e melhorando esse serviço. Naquele momento estavam substancialmente preocupados com a questão de o autocarro passar ou não, esse é que era o grande problema.

Também referiu a importância das questões ambientais, a importância da qualidade do ar. Naturalmente que, não tendo uma rede de transportes públicos a funcionar no nosso concelho, e em particular na nossa cidade, naturalmente que, na sua convicção, conforme iam aumentando a confiança dos cidadãos no transporte público, a utilização dos carros particulares ia a diminuir, portanto, a qualidade do ar iria melhorar, porque havia menos poluição libertada pelos carros. Isso eram avaliações que conheciam como o “*bê-á-bá*”. Mas havia uma questão importante, que certamente que também tinha conhecimento. Tinham a funcionar duas estações de medição da qualidade do ar, e solicitou há senhora Vice-Presidente, para acrescentar alguma informação sobre isso, que permitia que fossem a avaliar, como a qualidade do ar ia a evoluir em Setúbal. Eram duas estações, que funcionavam no centro da cidade.

As preocupações da senhora Marta Matioli eram importantes, deveriam ser as preocupações de todos nós.

Relativamente há questão das passadeiras, sabiam que era um problema, praticamente em todo o concelho, de facto tinha sido um lapso. Para terem as passadeiras a tempo e horas, era necessário lançar um concurso com um ano de antecedência. Porque um concurso com aquelas dimensões, em termos de valor, com as reclamações para aqui e para ali, levava um ano e meio para entrar em obra. Já assumiram que não tinha sido feito esse concurso no tempo, e agora estavam confrontados com aquela situação. Aprovaram em reunião da Câmara, um empréstimo para terem condições, e esperava que a partir de fevereiro/março,

de lançar esse concurso, para terem passadeiras e criar na própria Câmara municipal um sistema, para que se fosse fazendo a manutenção das passadeiras, para não chegar ao ponto a que chegaram.

Não faziam tudo bem, havia muitas coisas que não faziam bem, tinham era de assumir essa responsabilidade. E era isso que queria assumir ali, que essa era uma situação reconhecida.

Referiu muitas vezes quando estavam na preparação do sistema transportes para as praias, de que havia um objetivo, e esse objetivo continuava a existir, era de que pudessem negociar com a APSS, com a empresa que fazia a ligação entre Troia e Setúbal, incluindo até a Câmara Municipal de Grândola, no sentido de encontrarem uma solução para que, pelo menos os setubalenses, tivessem preços da travessia mais adequados às famílias. Não esperavam milagres, porque a resposta da empresa, desde há muitos anos, era de que aquela empresa dava prejuízo e, não podia fazer descontos, ou qualquer contemplação. Mas continuava convencido, que a Câmara Municipal, a APSS, que era quem tinha o contrato com a empresa, e com o envolvimento da Câmara Municipal de Grândola, porque, no fundo, a redução do preço dos bilhetes interessava a Setúbal, se calhar mais, mas também havia de interessar a Grândola, porque havia munícipes de Grândola fazia aquele trajeto de Grândola para Setúbal e Setúbal para Grândola. Continuava convencido que seria possível, um dia destes, encontrarem um entendimento que pudesse reduzir, o que fosse possível, o preço dos bilhetes. Quanto mais fossem reduzidos os preços dos bilhetes da travessia, maior número de setubalense poderia ir para Troia, e quanto mais fossem para Troia menor seria a pressão sobre o acesso às praias da Arrábida, que era um problema que tinham. Muitos tinham sempre muitas soluções, mas eles avaliavam isso do ponto de vista técnico, do ponto de vista que estavam a entrevir numa área protegida, com regras próprias, etc., e, todas aquelas coisas eram condicionalismos a tomarem decisões para fazerem um transporte para as praias. Nessa lógica, estava convencido de um dia daqueles chegariam a bom porto.

Agradeceu a participação e aquele conjunto de questões levantado pela senhora Marta Matioli, era muito importante haver munícipes empenhados.

Sra. Vice-Presidente – Disse que relativamente às estações de medição da qualidade do ar tinham duas estações em funcionamento, uma, na Escola dos Arcos, e outra junto ao Quebedo. E tinham recentemente feito uma visita daquelas estações com painéis informativos para as pessoas perceberem que equipamento era aquele.

Também tinham, na Escola Dom João II, que foi desativada aquando das obras da Parque Escolar, já tinham feito a reinstalação elétrica, e a CCDR agora tinha de fazer a calibração todos os equipamentos. Tinham também um protocolo com a CCDR, talvez tivesse conhecimento, era possível ver online as medições que eram efetuadas, e estavam disponíveis.

A D. Marta questionou o que faziam relativamente às alterações climáticas...

Vozes em fundo

Sra. Vice-Presidente – Disse que fizeram um estudo com a ENA, relativamente aos três municípios, sobre os impactos e efeitos das alterações climáticas em determinadas áreas, e os riscos a que estavam sujeitos. Principalmente a questão dos incêndios, era uma das questões e, do aumento da temperatura.

A questão da qualidade do ar tinha muito a ver também com a dimensão das partículas, e isso também era uma preocupação.

Faz uma série de projetos relativamente há questão das alterações climáticas. Era cidade membro, e aderiram ao Pacto dos Autarcas em 2013, e tinham um plano com uma série de contributos, no sentido da redução das emissões. Um deles tinha a ver com o nosso plano de plantação de árvores, e com as questões das zonas verdes que desenvolveram e daquilo que tem plantado. Inclusivamente nesse sentido, candidataram-se a algumas ações por parte do Programa Floresta Comum, para conseguirem algumas árvores nesse sentido e fizeram uma série de ações.

A D. Marta colocou uma questão que para si era importante, e que tinha a ver com a questão dos resíduos orgânicos.

Fizeram três candidaturas ao POSEUR, e foram um dos primeiros Municípios a apostar na recolha dos resíduos orgânicos. Para além das questões da recolha, tinha uma vantagem significativa, e um propósito, que era retirar de aterro uma série de resíduos que eram atualmente colocados em aterro, e que daquela forma podiam ter outro aproveitamento. Nesse sentido também dar ali um contributo importante naquilo que era a economia circular.

Começaram em 2021 com a implementação efetiva daquilo que era o programa Porta a Porta em Azeitão, e atualmente, já tinham alargado, quer o programa Porta a Porta estava praticamente todo instituído, e depois faltava, relativamente ao sistema que a D. Marta tinha perto de casa, ainda a colocação de alguns contentores como, por exemplo, no Bairro Afonso Costa e noutros bairros, portanto, faltava colocar ainda 30 contentores.

Dos números que tinha o que poderia dizer, era que todos os meses a quantidade de aderentes era maior, havia mais pessoas todos os meses a aderirem. Admitia que havendo uma insistência maior junto das pessoas e uma explicação maior, poderiam ter mais pessoas a aderir. A questão era como chegavam...

Vozes em fundo

Sra. Vice-Presidente – Disse que, quando fizeram o concurso e, se propuseram a fazer a recolha porta a porta, consideraram ser a melhor solução, porque nos sítios onde havia moradias, entregavam dois baldes, e era efetuada a recolha porta a porta junto à casa da pessoa e não havia aquele problema. Nos sítios onde a recolha era coletiva, efetivamente tinha-se verificado esse problema. Estudaram com a empresa a colocação de um saco grande, como existia nos indiferenciados. Falaram de um material que quando estava misturado e era indiferenciado não tinha tanta capacidade de degradação, como quando o orgânico estava separado, portanto, estavam atentos a essa questão. Aquela experiência era muito nova, porque a maioria das experiências dos orgânicos que existiam eram quase todas porta a porta e não eram realmente de âmbito coletivo. Aquilo que podia dizer era que estudavam aquela questão e até lá tinham de lavar, era praticamente a única maneira de conseguir resolver o problema.

Disse que não faziam recolhas, mas a recolha era feita 3 vezes por semana.

Vozes em fundo

Sra. Vice-Presidente – Disse que naquele momento estavam com uma sensibilização mais efetiva em Azeitão, nas zonas onde também tinha a contentorização coletiva, e depois dependiam dos nossos técnicos, porque a candidatura previa verbas para efetuar essa sensibilização que, no caso da porta a porta, tinha sido feita pessoa a pessoa, depois no caso dos coletivos e que não foi.

Portanto, tinham de reformular, porque se não, era um desperdício terem os equipamentos e as pessoas não os usarem. De qualquer maneira também agradecia que falasse com os seus vizinhos sobre a bondade do projeto, porque realmente o projeto tinha, e iam ver a longo prazo, os efeitos muito positivos, quer daquilo que podia ser o desvio de aterro de muitas toneladas, quer aquilo que podia ser, pensavam eles, a redução na fatura.

Vozes em fundo

Sra. Vice-Presidente – Disse que a legislação previa que até 2025 as Câmaras tivessem modelos de Payt, ou coisas do género, o problema era como se controlava. Mas tinham de fazer esse caminho, que já era feito noutros países. Portanto, os municípios até 2025 iam ter de testar. Ali, também já tinham dado um passo, porque já tinha leitor do chip em cada um dos contentores, e já conseguiam identificar.

Sr. José Fernando Almeida – Disse que comprou uma casa na Bela Vista há 10 anos ou mais, e andava há 8 anos para resolver um problema com a Câmara, a água estragava-lhe a casa. Trouxe consigo fotografias atuais. Não tinha hipótese de resolver a situação, sentia-se desesperado, e por esse motivo estava ali.

Tinha 2 netos, um com um ano e meio e outro com três, outra neta com 19 anos e um filho com vinte, e estava ali “enfiado” naquela casa, a “levar” com barulho diariamente e com infiltrações na casa, e ninguém lhe resolvia o problema.

Quando comprou a casa foi bem tratado, e agora ninguém queria saber.

Há 8 anos que ia aos Serviços Sociais para tratar daquele assunto. Iam lá Engenheiros, nem sabia bem quem lá ia, tinham máquinas a tiracolo, tiravam fotografias. Mas não estava lá nada, diziam-lhe que eram fotografias pessoais e não estava lá nada.

Há um mês e meio, apresentou novamente fotografias, mas não estavam lá as fotografias, não sabia onde foram parar.

Tirou fotocópias para mostrar ao senhor Presidente, tinha com ele os papeis onde estava tudo escrito o que disse na Câmara.

Agradecia que lhe tentasse resolver aquela situação da melhor maneira.

Era um problema grave que ali estava. Caía água em cima do termoacumulador, a água estava em todo o lado.

Tinham-lhe dito terem lá ido fazer obras, a água parou, mas voltou tudo à mesma.

Sr. Presidente – Solicitou ao senhor José Almeida para falarem no final da reunião e para ver o que o senhor trazia com ele.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela situação era bem conhecida, tinha começado por uma coisa não muito grave e, depois tinha-se agravando, estava pior naquele momento.

Já tinha sido reportado “n” vezes, tinha sido elencada como uma das intervenções necessárias das muitas que tinham para fazer. Era uma questão que se ia resolver, em definitivo, agora com a intervenção que iam ter com o PRR, mas tinha de ser resolvida de imediato, porque havia infiltrações. Já tinha falado com os serviços enquanto decorria a reunião. No dia seguinte, ia lá alguém tratar daquilo com toda a brevidade.

O senhor podia ficar descansado, no dia seguinte ia lá alguém e iam tratar disso. Tratava-se de uma infiltração de um inquilino deles, um inquilino de cima.

Sr. José Fernando Almeida – Disse que estava desesperado porque não podia ter as crianças em casa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que conheciam bem. Ia ser resolvido em breve.

Sr. José Fernando Almeida – Disse que o que pretendia era que a situação fosse resolvida e que não lhe dissessem que era para o próximo mês e depois nunca chegava à sua vez. Nem dormia, se olhasse para a sua cara via que nem dormia.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que no dia seguinte iria lá alguém e iam resolver isso com grande brevidade.

Ficava ali a palavra dada e iam tratar disso.

Relativamente há questão do barulho que tinha colocado é que era mais delicada, dependia da família que tinha em cima, tinham de falar com a família e ver o que se passava.

Em relação à infiltração era uma infiltração da casa de banho. Iam lá no dia seguinte e iam resolver isso rapidamente.

Sr. José Fernando Almeida – Disse que tinha ido uma vez à Câmara e tinham-lhe dito que naquele dia é que ia ser resolvido, tinham aparecido lá três senhores, com uma máquina a tiracolo, tiraram fotografias, e isso tinha sido há mais de 4 anos.

Deixara passar um ou dois anos, para ver se chegava a sua vez, mas nunca chegou.

Sr. Presidente – Disse ao senhor José Almeida que o senhor Vereador se tinha comprometido, e que no dia seguinte iam lá, se dois dias depois se não fossem lá, o senhor José Almeida que fosse ali ter com ele. Estava a dizer isso para ir descansado.

Sr. José Fernando Almeida – Disse que agradecia porque era assunto muito urgente de saúde e material, porque também não dormia naquela casa. As pessoas que moravam por cima propositadamente faziam barulho.

As pessoas da Câmara tinham-lhe dito que já os tinham avisado, mas ainda estava pior. Eram avisadas e faziam pior ainda.


Sr. Presidente – Disse que em relação a essa parte teriam de avaliar de outra maneira. Em relação á questão das infiltrações, no dia seguinte os serviços iriam lá, se não acontecesse nada, o senhor José Almeida fosse ao seu gabinete e pedisse para falar ele, era só para ir descansado porque no dia seguinte os serviços iriam lá. Pediu desculpa ao senhor José Almeida por ter tido de ir ali.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e três minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 22 de março de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 86 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Aldora Poeira / Conferida por: Ana Paula Lico / Revista por: Paulo Hortênsio